

# Relatório de Prestação de Contas **2023**



## ÍNDICE

NOTA DO PRESIDENTE.....	3
1. INTRODUÇÃO .....	5
2. CONTEXTO MACROECONÓMICO .....	6
2.1. Economia mundial.....	6
2.2. Zona Euro .....	9
2.3. Economia portuguesa.....	11
3. PRINCIPAIS RESULTADOS .....	14
4. ATIVIDADES .....	20
4.1. Cultura e património .....	21
4.2. Economia, pessoas e inovação .....	23
4.3. Ambiente, energia e qualidade de vida.....	26
4.4. Urbanismo e habitação .....	30
4.5. Coesão social.....	32
4.6. Mobilidade .....	35
4.7. Governância da Câmara .....	37
5. RELATO ORÇAMENTAL .....	40
5.1. Equilíbrio orçamental .....	40
5.2. Alterações orçamentais.....	41
5.2.1. Alterações orçamentais da receita .....	42
5.2.2. Alterações orçamentais da despesa .....	43
5.3. Análise da receita .....	44
5.3.1. Execução da receita global .....	44
5.3.2. Receita efetiva .....	47
5.3.3. Receita não efetiva .....	52
5.4. Análise da despesa .....	52
5.4.1. Execução da despesa global .....	52
5.4.2. Despesa efetiva .....	56
5.4.3. Despesa não efetiva.....	60
5.4.4. Grandes opções do plano .....	61
5.4.5. Plano plurianual de investimentos .....	62
5.4.6. Plano das atividades mais relevantes .....	67
5.5. Saldo de gerência .....	69
6. RELATO FINANCEIRO .....	71
6.1. Análise do balanço .....	71

6.2.	Análise da demonstração de resultados .....	76
6.3.	Proposta de aplicação de resultados.....	78
7.	ENDIVIDAMENTO .....	79
8.	CONTABILIDADE DE GESTÃO .....	81
8.1.	Análise de gastos por centro de custo .....	85
8.2.	Análise dos rendimentos gerais e gastos não incorporados .....	87
8.3.	Gastos ambientais .....	87
8.4.	Resultados económicos.....	88
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO .....	89
	Índice de figuras .....	167
	Índice de quadros .....	168
	Acrónimos.....	169

## NOTA DO PRESIDENTE

A análise das contas de 2023 tem de ser efetuada tendo em conta uma conjuntura internacional com novo foco de conflito internacional, agora no Médio Oriente, e uma crise política em Portugal com a demissão do Governo da República e todas as alterações e incertezas daí derivadas.

O choque inflacionista tem vindo a dissipar-se, mas o andamento da economia a nível sobretudo da Europa mostra sinais de fraqueza. Na cidade do Porto assistimos a uma continuada dinâmica económica, com a continuada chegada à cidade de novas empresas internacionais, investimento em habitação forte que coloca a cidade no top nacional e um turismo que continua a gerar receitas, emprego e dinâmica para a economia local. Continuamos a mostrar numa vida cultural aberta e multidisciplinar, um desenvolvimento de cidade que coloca no centro a política de habitação acessível e a custos controlados, a atração de investimentos, a renovação e regeneração urbana, a sustentabilidade ambiental e as pessoas, através de fortes investimentos na área da educação, lazer e desporto, tudo isto sem descurar a sustentabilidade financeira que não hipoteca, assim, o futuro da cidade.

Durante o período em análise, o Município do Porto obteve resultados financeiros positivos, consolidando o equilíbrio alcançado nos anos anteriores. Destacamos alguns dados-chave:

- Dívida Líquida de Curto Prazo: A análise orçamental revelou valores negativos na dívida líquida de curto prazo, demonstrando uma gestão financeira prudente e eficaz.
- Resultado Líquido do Exercício: O resultado líquido do exercício foi de 14,6 milhões de euros, refletindo uma situação financeira favorável e um efetivo controle das despesas.
- Receita Total: Registou-se um aumento de 5,2% na receita total em comparação com o ano anterior, impulsionado pelo crescimento da receita efetiva, em especial da receita fiscal.
- Despesa Total: Houve um acréscimo de 9,6% na despesa total, principalmente devido ao aumento das despesas correntes, apesar de uma redução nas despesas de investimento.

Esses dados financeiros são reflexo de uma gestão responsável e estratégica dos recursos municipais, permitindo o cumprimento dos compromissos e a realização de investimentos essenciais para o desenvolvimento da cidade.

Além dos resultados financeiros, este relatório também destaca as atividades desenvolvidas em diversas áreas prioritárias, como a cultura, a economia, o ambiente, o urbanismo, a coesão social, a mobilidade, a saúde, o turismo e a educação.

Através dessas iniciativas, o Município do Porto continua a promover o crescimento sustentável, a qualidade de vida dos cidadãos e a consolidação da sua posição como uma cidade vibrante, inclusiva e próspera. Este relatório reflete o compromisso do Município do Porto com a transparência, responsabilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, bem como o empenho em promover o desenvolvimento integral da cidade e o bem-estar dos seus cidadãos.

De forma empreendedora, aguerrida, participativa e proactiva, fomos capazes de adaptar-nos a um contexto de enormes dificuldades. Soubemos fazer das fraquezas forças, redesenhámos e reinventámos processos, através de uma gestão de recursos rigorosa, cautelosa e planeada, com uma colaboração escrupulosa de todos os trabalhadores do universo municipal, incansáveis no seu espírito de missão.

Mantivemo-nos centrados no que é realmente importante: o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Este Executivo Municipal fecha 2023 com as “boas contas”, as “contas à moda do Porto”, que nos permitem deixar à Cidade, sem onerar ou comprometer as gerações vindouras, a garantia de uma cidade mais sustentável, mais segura, mais solidária e mais inclusiva.

***Rui Moreira***

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando-se o disposto no n.º 1 do art.º 3.º do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, apresenta-se o presente relatório, relativo ao ano de 2023. O mesmo foi elaborado tendo subjacente a Norma de Contabilidade Pública (NCP) n.º 1, que define a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, e a NCP n.º 26 relativa à contabilidade e relato orçamental.

Dispõe a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), que os documentos de prestação de contas individuais são apreciados pelo órgão deliberativo. Dispõe ainda o mesmo normativo que as contas consolidadas podem ser aprovadas em momento diferente do das contas do Município.

As demonstrações financeiras e de desempenho orçamental agora apresentadas são uma representação fidedigna do desempenho financeiro e orçamental do Município do Porto no decurso do ano económico de 2023.

## 2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

### 2.1. ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial encontra-se a recuperar dos acontecimentos históricos que marcaram os últimos anos e continuam a desencadear externalidades, em particular, a pandemia COVID-19, o conflito armado na Ucrânia e no território da Faixa de Gaza, o aumento da inflação e o impacto das políticas monetárias restritivas implementadas a nível mundial. Apesar da resiliência económica a estes fatores adversos e da evolução positiva verificada até ao início de 2023, as mais recentes projeções apontam para um abrandamento da economia a nível mundial em 2023 e 2024. A incerteza e os riscos associados ao atual contexto geopolítico impactam a estabilidade económico-financeira e constituem uma limitação ao crescimento das diversas economias.

Com o intuito de atualizar as projeções para a atividade económica dos próximos anos, diversas instituições têm revisto em baixa as suas perspetivas de crescimento económico para 2023, 2024 e 2025. Segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>1</sup> e do Banco Mundial<sup>2</sup>, o crescimento económico mundial abrandará, sendo esperada uma recuperação mais sólida em 2025. O Banco Mundial é a entidade mais conservadora nas suas estimativas, perspetivando uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) mundial de 2,6% em 2023, 2,4% em 2024 e 2,7% em 2025. No entanto, e apesar de as entidades preverem uma contração do crescimento, é de destacar que as estimativas mais recentes do Banco Mundial para o crescimento do PIB real em 2023, disponibilizadas em janeiro de 2024, aumentaram em 0,5 p.p., quando comparadas com as projeções divulgadas em junho de 2023. Numa perspetiva mais otimista, o FMI estima que o crescimento global se mantenha moderado, prevendo um crescimento de 3,1% para 2023 e 2024 e 3,2% em 2025 (Figura 1).

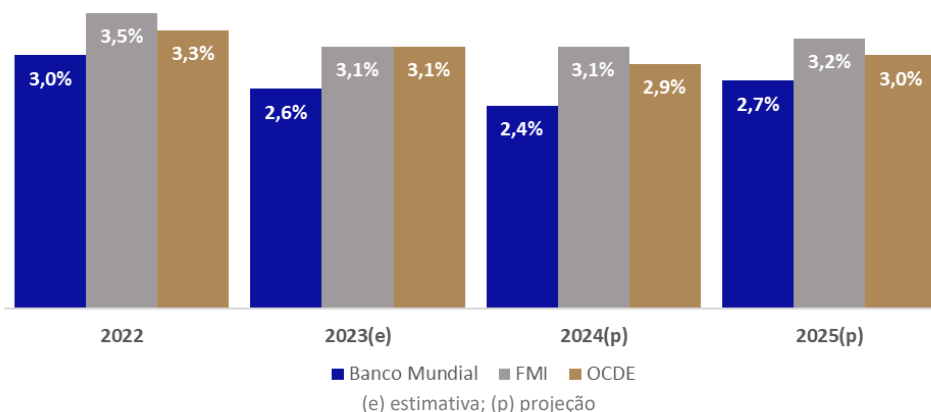
---

<sup>1</sup> FMI (2024). *World Economic Outlook Update, January 2024: Moderating Inflation and Steady Growth Open Path to Soft Landing*. Publicado em janeiro de 2024.

<sup>2</sup> Banco Mundial (2024). *Global Economic Prospects*. Publicado em janeiro de 2024.

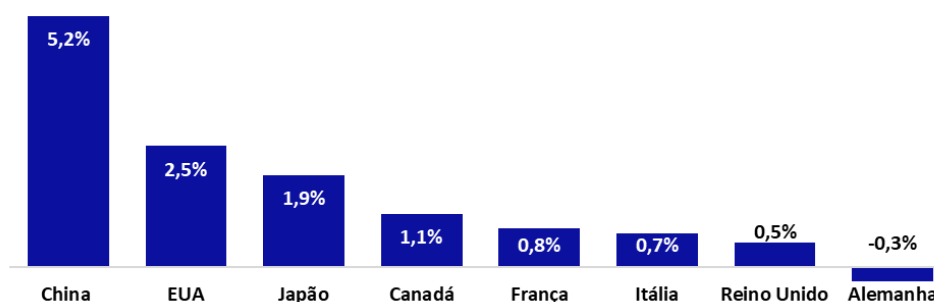


Figura 1. Projeções do PIB mundial



Ao considerar a atividade económica das maiores economias mundiais, as estimativas do FMI<sup>1</sup> destacam a China como a economia com maior crescimento do PIB real em 2023, atingindo os 5,2%, seguindo-se os Estados Unidos da América, com um crescimento de 2,5%, e o Japão de 1,9% (Figura 2). Num polo oposto, as estimativas apontam para uma contração de 0,3% na Alemanha, posicionando o país germânico com o pior crescimento entre este grupo de países. De acordo com a Comissão Europeia (CE)<sup>3</sup>, a estimativa para a contração do crescimento da Alemanha é sustentada pelo impacto no consumo privado da perda de poder de compra, pela subida dos custos de financiamento e pelos elevados custos de construção, com a agravante da escassez de mão-de-obra e dos elevados preços da energia, o que acabou por condicionar o investimento no setor da construção e outros com utilização intensiva de energia.

Figura 2. Estimativa do PIB das maiores economias mundiais (2023)



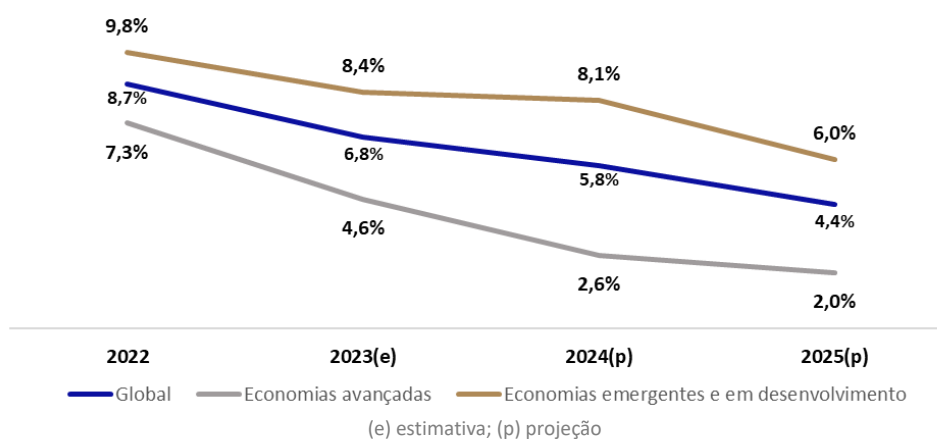
No que concerne à inflação, as estimativas apontam para uma moderação gradual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) ao longo do horizonte temporal considerado

<sup>3</sup> Comissão Europeia (2024). *Winter 2024 Economic Forecast: A delayed rebound in growth amid faster easing of inflation*. Publicado em fevereiro 2024.

(2023-2025), embora na maioria das economias mundiais este indicador continue superior ao objetivo de médio-prazo dos bancos centrais, resultando em impactos significativos na atividade económica. A redução dos preços da energia tem contribuído para diminuir a inflação global e aliviar as pressões sobre o orçamento disponível das famílias.

Na perspetiva do FMI<sup>1</sup>, a inflação está a diminuir mais rápido do que era esperado na maioria das economias, projetando que a inflação global seja de 6,8% em 2023, 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025. Embora os fatores que determinam a descida da inflação divirjam consoante o país, de um modo geral, o FMI considera que esta tendência resulta essencialmente das políticas monetárias restritivas implementadas e da descida dos preços da energia. As previsões desta instituição destacam ainda que será de esperar uma desinflação mais rápida nas economias avançadas (4,6% em 2023, 2,6% em 2024 e 2,0% em 2025) do que nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, onde é esperado que a inflação se situe em 8,4% em 2023, 8,1% em 2024 e 6,0% em 2025 (Figura 3).

Figura 3. Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes



## 2.2. ZONA EURO

No que concerne à perspetiva europeia, as estimativas para a Zona Euro<sup>4</sup>, e para a União Europeia, permanecem moderadas, após ter sido evitada uma recessão técnica no segundo semestre de 2023. De acordo com a Comissão Europeia<sup>3</sup>, perante a diminuição do poder de compra das famílias, do enfraquecimento da procura externa e dos impactos da implementação de política monetária restritiva, a atividade económica tem-se mantido estagnada. Não obstante, as perspetivas sugerem desenvolvimentos positivos face às previsões anteriores, principalmente no que diz respeito à inflação, perspetivando-se “um reforço do crescimento” a partir do início de 2024, tal como apontam as estimativas de dezembro de 2023 do Banco Central Europeu (BCE)<sup>5</sup>.

Segundo a Comissão Europeia<sup>3</sup>, a queda do preço dos produtos energéticos, a par da moderação generalizada e rápida da pressão sobre os preços, poderá ajudar a União Europeia a recuperar parte da competitividade perdida durante a crise energética e impulsionar a procura externa. À medida que a inflação desacelera, o crescimento dos salários reais e o “emprego resiliente” deverão apoiar a recuperação do consumo. Apesar da queda das margens de lucro e da expectativa de que a concessão de crédito se mantenha com restrições, o investimento deverá beneficiar de uma flexibilização gradual das condições de crédito. No entanto, a Comissão Europeia salienta a vulnerabilidade a riscos adversos que poderão impactar as diversas economias e atrasar a sua recuperação económica, em particular de eventuais perturbações comerciais que poderão refletir pressões sobre os preços, resultantes das tensões geopolíticas prolongadas elencadas e do alargamento do conflito no Médio Oriente ao Mar Vermelho, bem como os impactos da execução da política monetária restritiva.

De acordo com as projeções do BCE<sup>5</sup> para a Zona Euro, no médio prazo, a economia deverá refletir um crescimento moderado gradual, face à recuperação da procura interna e externa, sendo estimado que o crescimento do produto atinja 0,6% em 2023, 0,8% em 2024 e 1,5% em 2025 (Figura 4). O BCE considera que a recuperação do crescimento a partir de 2024 será impulsionada à medida que a procura externa se aproxima da tendência pré-pandemia e se verifique um aumento dos rendimentos reais. A Organização para a Cooperação e

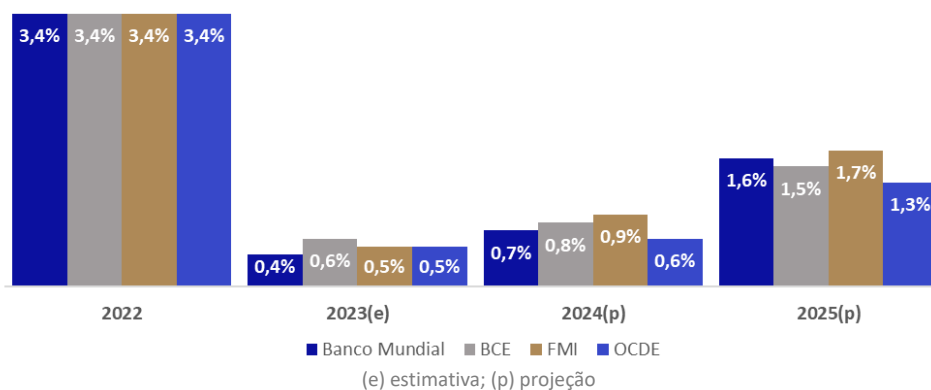
---

<sup>4</sup> A Zona Euro integra os países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

<sup>5</sup> BCE (2023). *Macroeconomics Projections*. Publicado em dezembro 2023.

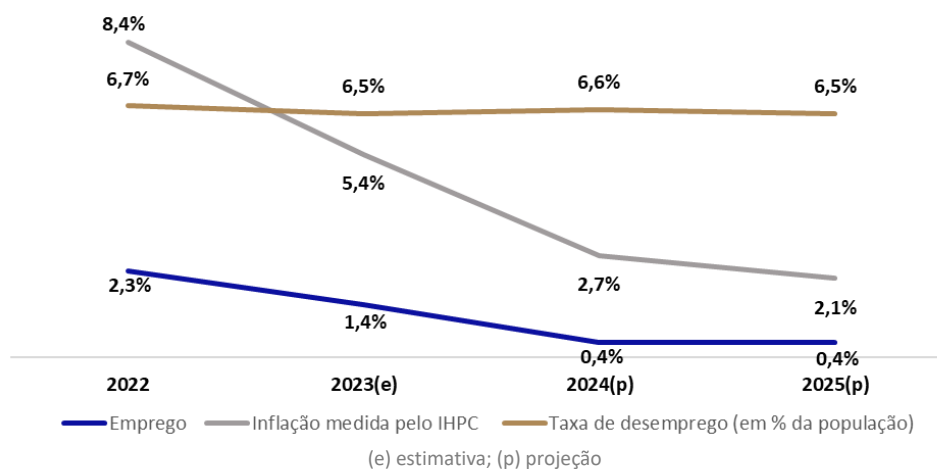
Desenvolvimento Económico (OCDE), por meio de uma revisão em baixa das suas estimativas publicadas no final de 2023, prevê que o crescimento do produto para a Zona Euro se situe em 0,5% em 2023, 0,6% em 2024 e 1,3% em 2025. O Banco Mundial<sup>2</sup>, por sua vez, estima que o crescimento do produto se situe em 0,4% em 2023, 0,7% em 2024 e alcance 1,6% em 2025.

Figura 4. Projeção do PIB na Zona Euro



No que diz respeito à inflação da Zona Euro, as estimativas apontam para um decréscimo significativo face ao pico registado em 2022. De acordo com as perspetivas do BCE<sup>5</sup>, é esperado que o IHPC se situe em 5,4% em 2023, sofrendo uma redução para 2,7% em 2024 e 2,1% em 2025, tal como evidencia a Figura 5. As estimativas de dezembro de 2023 refletem uma perspetiva mais otimista, perspetivando um decréscimo de 0,2 p.p. para o ano de 2023 e de 0,6 p.p. para 2024. A expectativa de convergência deste indicador para o objetivo de médio-prazo do BCE, contribuirá para o aumento do rendimento disponível das famílias e, consequentemente, da confiança dos consumidores.

Figura 5. Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro



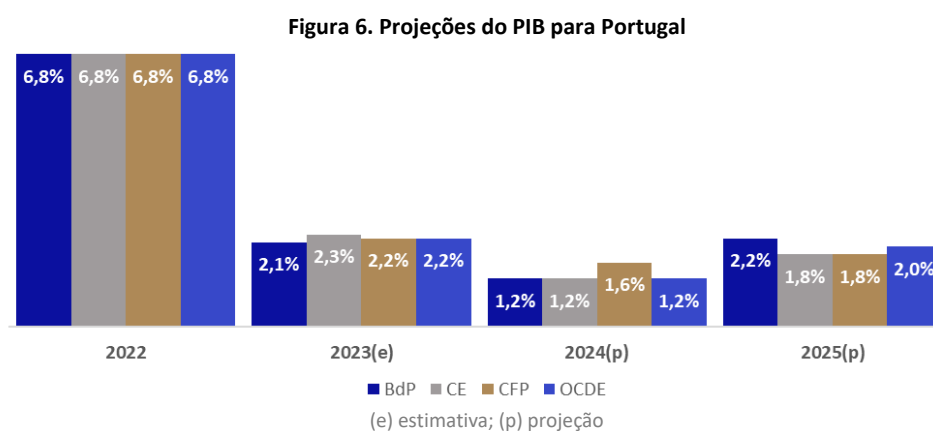
Relativamente ao mercado de trabalho, as estimativas do BCE<sup>5</sup> sugerem que, apesar do arrefecimento que já se começa a observar, este permaneça “resiliente”. De acordo com as suas projeções, é esperado que o crescimento do emprego sofra uma contração, passando de 2,3% em 2022 para 1,4% em 2023, e estabilize no período de 2024 a 2025 em 0,4%. Estas previsões refletem uma revisão em alta do crescimento do emprego em 0,6 p.p. face às estimativas anteriores, em contrapartida da revisão em baixa do crescimento da produtividade do trabalho (-0,3 p.p.). Segundo o BCE, esta atualização reflete o pressuposto da acumulação de mão-de-obra no atual contexto de fraco crescimento económico, prevendo-se o aumento do emprego ao longo do horizonte de projeção, a par da recuperação da economia. No que concerne à taxa de desemprego, o BCE sugere que este indicador registe um ligeiro aumento no curto-prazo, prevendo 6,5% em 2023, 6,6% em 2024 e 6,5% em 2025.

### 2.3. ECONOMIA PORTUGUESA

As projeções para a economia portuguesa em 2023 apontam para um crescimento entre os 2,1% e os 2,3%. Com uma perspetiva mais prudente no curto-prazo, o Banco de Portugal (BdP)<sup>6</sup>, prevê que o crescimento do produto se situe em 2,1% em 2023, 1,2% em 2024 e 2,2% em 2025. Segundo a instituição portuguesa, estas previsões refletem a limitação da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restrição da política monetária, que,

<sup>6</sup> Banco de Portugal (2023). Boletim Económico. Publicado em dezembro 2023.

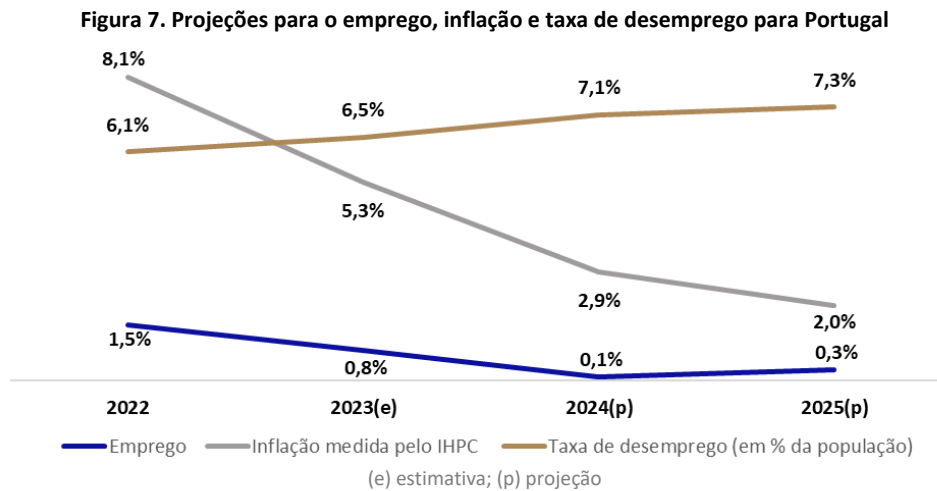
consequentemente, se fez refletir nas condições de financiamento dos agentes económicos. A Comissão Europeia<sup>3</sup> projeta um crescimento para o país de 2,3% em 2023, 1,2% em 2024 e 1,8% em 2025. Estas estimativas pressupõem que o consumo privado deverá beneficiar de um aumento constante do emprego e dos salários, compensando o aumento das taxas de juro no orçamento das famílias, assim como o efeito positivo da execução do Plano de Recuperação e Resiliência no investimento. Para 2024, a estimativa do Conselho de Finanças Públicas (CFP) é a que mais se destaca, com um crescimento de 1,6% (Figura 6).



No que respeita à inflação, é expectável uma desaceleração considerável ao longo de 2023, passando de um máximo de 10,2% no quarto trimestre de 2022 para 2,4% no trimestre homólogo de 2023. Segundo a Comissão Europeia<sup>3</sup>, a expectativa para Portugal da tendência decrescente do IHPC ao longo do horizonte temporal considerado (2023-2025) é impulsionada, principalmente, pela descida dos preços dos produtos energéticos e por aumentos, menos significativos, no preço dos produtos alimentares. Baseando-se numa perspetiva otimista, a Comissão Europeia estima que a inflação se situe em 5,3% em 2023, 2,3% em 2024 e 1,9% em 2025. Por outro lado, o Banco de Portugal<sup>6</sup> prevê que o indicador se situe em 5,3% em 2023, 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025 (Figura 7).

No diz respeito ao mercado de trabalho, o Banco de Portugal indica que, embora se esteja a observar um abrandamento do emprego total, a resiliência do setor dos serviços tem suportado a manutenção da situação favorável. É ainda esperado que a oferta de mão-de-obra continue a aumentar, sustentada pelo aumento da imigração e da taxa de atividade, fatores que compensam o envelhecimento da população portuguesa. Neste contexto, as projeções sugerem que o emprego se irá cifrar em 0,8% em 2023, 0,1% em 2024 e 0,3% em 2025. Todavia, as

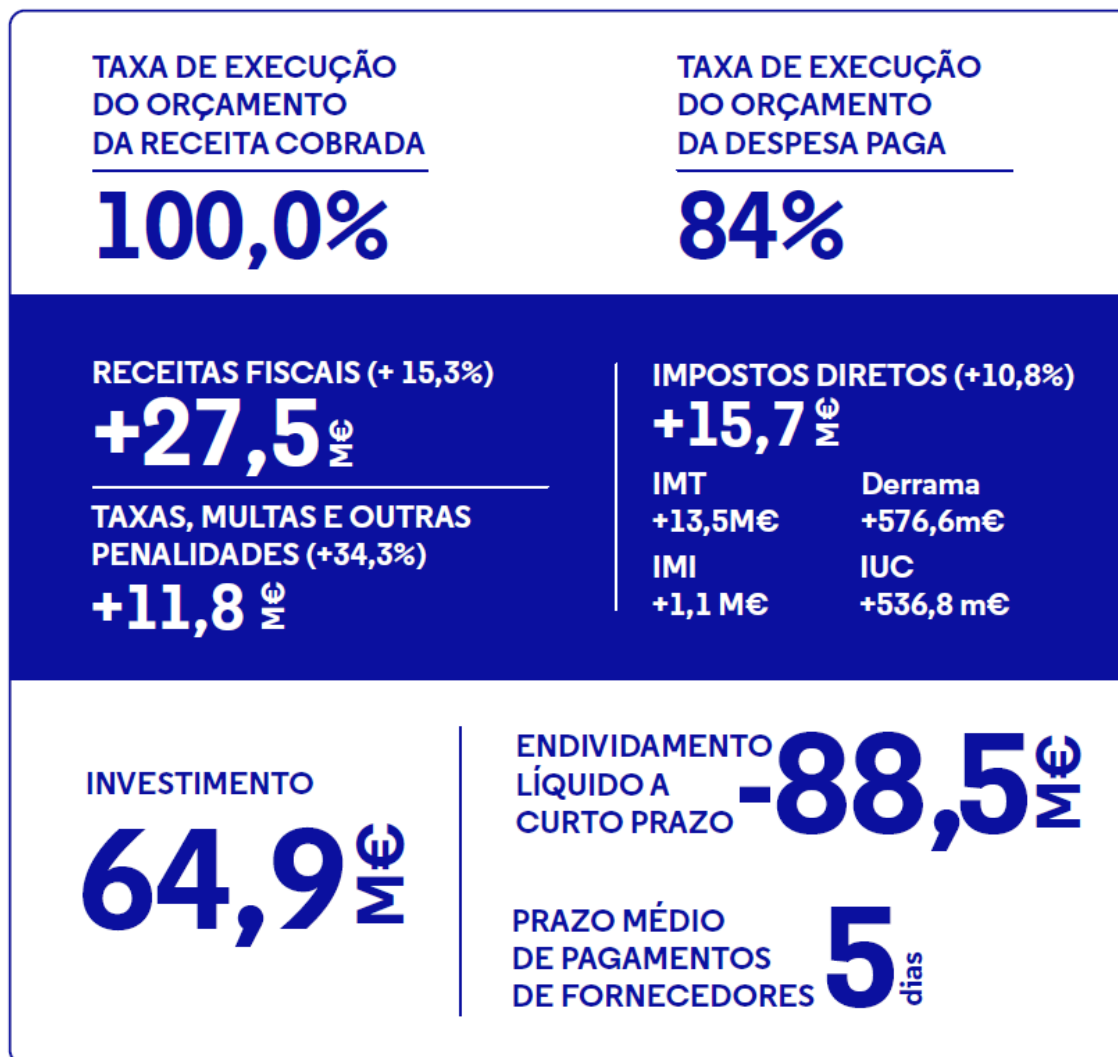
estimativas apontam para um aumento da taxa de desemprego, prevendo-se 6,5% para 2023, 7,1% em 2024 e 7,3% em 2025.



Dada a volatilidade da atual conjuntura económica, social e geopolítica, na qual o Porto e Portugal se enquadram, torna-se necessária uma abordagem prudente na análise das estimativas apresentadas.

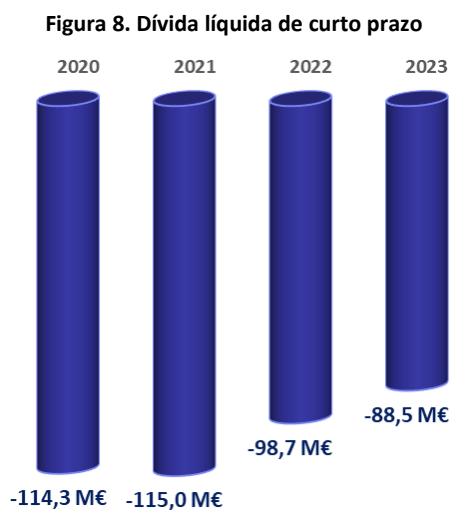
### 3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2023, o Município do Porto apresentou resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Em síntese destaca-se:



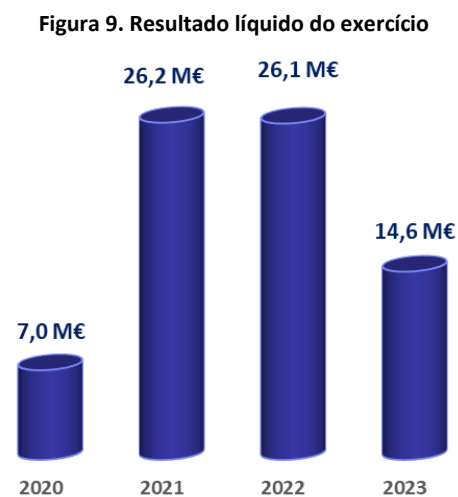


A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, continuou a registar valores negativos.



Em dezembro de 2023, os créditos do Município do Porto para com terceiros superaram o valor da dívida bruta, o que, adicionados das disponibilidades, permitiu a verificação de uma dívida líquida negativa de 88,5 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município encerrou o ano 2023 com um valor a receber (29,7 milhões de euros) superior em 28,2 milhões de euros ao valor a pagar (1,5 milhões de euros).

Na ótica económico-financeira, destaque para o resultado líquido do exercício de 14,6 milhões de euros.



Os rácios orçamentais registaram, em 2023, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

**Quadro 1. Indicadores da receita**

Indicador	Rácio	2023	2022
Grau de Execução da Receita	Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas	100,0%	100,0%
Variação da receita total	Receita cobrada líquida ano (n) / Receita cobrada líquida ano (n-1)	5,2%	-1,3%
Grau de Execução da Receita Corrente	Receita corrente cobrada líquida / Previsões receita corrente corrigidas	100,0%	100,0%
Variação das receitas correntes	Receita corrente cobrada líquida ano (n) / Receita corrente cobrada líquida ano (n-1)	13,8%	16,3%
Peso das receitas correntes no total da receita	Receita corrente cobrada líquida / Total receita cobrada	77,3%	71,4%
Peso das receitas fiscais no total da receita corrente	Receita cobrada líquida dos impostos e taxas / Total receita corrente cobrada	70,9%	70,0%
Peso das receitas próprias no total da receita	Receitas Próprias / Total receita cobrada	63,3%	56,9%
Estrutura da receita efetiva	Receita capital efetiva / Total receita cobrada efetiva	5,4%	3,2%
Grau de execução das liquidações	Recebimentos / Liquidações	92,7%	92,3%

A receita total registou um acréscimo de 5,2%, relativamente ao ano de 2022. Para este acréscimo contribuiu o aumento da receita efetiva, registando-se uma redução da receita não efetiva e do saldo da gerência anterior incorporado.

Para o aumento da receita corrente quando comparada com 2022, contribuiu o valor da receita fiscal, que cresceu 15,3%, bem como as transferências correntes em mais 7,9%, por força da descentralização de competências nas áreas da educação e ação social.

A receita própria mantém o bom desempenho, com crescimento de 17,1%, que por ser superior ao da receita total, fez aumentar o seu peso no total da receita para 63%.

A estrutura da receita efetiva evidencia o aumento do peso da receita de capital por força do aumento da venda de bens de investimento e das reposições não abatidas aos pagamentos.

Os recebimentos mantiveram o bom desempenho e representaram 92,7% das liquidações efetuadas.

**Quadro 2. Indicadores da despesa**

Indicador	Rácio	2023	2022
Grau de Execução da Despesa	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	84,0%	80,7%
Variação da despesa total	Despesa paga líquida ano (n) /Despesa paga líquida ano (n-1) -1	9,6%	6,0%
Grau de Execução da Despesa Corrente	Despesa corrente paga líquida/ Dotações despesa corrente corrigidas	85,8%	88,1%
Variação das despesas correntes	Despesa corrente paga líquida ano (n) /Despesa corrente paga líquida ano (n-1) -1	13,7%	19,9%
Peso das despesas correntes no total da despesa	Despesa corrente paga líquida / Total despesa paga	76,3%	73,5%
Peso das despesas com o pessoal no total da despesa corrente	Despesas com o pessoal / Total despesa corrente paga	43,3%	42,4%
Peso das despesas de investimento nas despesas totais	Despesas de investimento/Total despesa paga	20,4%	23,0%
Estrutura da despesa efetiva	Despesa capital efetiva / Total despesa paga efetiva	22,2%	24,9%
Grau de execução das obrigações	Pagamentos / Obrigações	99,5%	99,1%

O grau de execução orçamental da despesa registou uma melhoria face a 2022. Ao nível das despesas totais verificou-se um acréscimo de 9,6% correspondendo a 27,8 milhões de euros, em termos absolutos.

O crescimento das despesas correntes de 13,7%, correspondendo a 29,3 milhões de euros, resultou do aumento em todas as rubricas com exceção das outras despesas correntes. O peso das despesas correntes no total da despesa aumentou em 2,8 p.p. face a 2022.

As despesas de investimento registaram uma redução de 2,6 p.p. no peso das despesas totais, situando-se nos 20,4% em 2023.

A estrutura da despesa efetiva evidenciou uma diminuição do peso da despesa de capital por força da redução, nomeadamente, da aquisição de bens de capital em 2,7%.

**Quadro 3. Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida**

Indicador	Rácio	2023	2022
Peso do saldo corrente no total da receita corrente	Saldo corrente / Total receita cobrada	17,0%	16,9%
Peso do serviço da dívida no total da receita corrente	Serviço da dívida / Total receita corrente cobrada	2,1%	2,2%
Grau de cobertura da despesa	Total receita cobrada / Total despesa paga	119,0%	123,9%
Grau de cobertura da despesa corrente e amortizações médias EMPL	Total receita corrente cobrada / (despesa corrente paga + amortizações médias EMPL)	119,3%	119,7%
Grau de cobertura da despesa de capital	Total receita capital cobrada* / Total despesa capital paga*	10,4%	8,1%

\* excluídos ativos e passivos financeiros

Os rácios que refletem o peso do saldo corrente e o peso do serviço da dívida no total da receita corrente não registaram grandes variações face ao ano de 2022.

A despesa paga pelo Município continuou a ser toda coberta pela receita cobrada que incluiu o saldo de gerência do ano anterior ficando, ainda, um excedente de 19% a transitar para 2024.

A despesa de capital foi financiada pela receita de capital em 10,4%, registando um aumento de 2,3 p.p. face ao período homólogo por força, essencialmente, do aumento das receitas provenientes da venda de bens de investimento.

Quadro 4. Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2023	2022
<b>Liquidez</b>		
<b>Liquidez Geral</b>		
Ativo corrente/(Passivo corrente-Diferimentos)	5,9	5,8
<b>Liquidez Reduzida</b>		
(Ativo corrente-Inventários)/(Passivo corrente-Diferimentos)	5,9	5,8
<b>Liquidez Imediata</b>		
Disponibilidades/(Passivo corrente-Diferimentos)	1,9	2,1
<b>Rentabilidade</b>		
<b>Rentabilidade operacional do Volume de Negócios</b>	114,8%	186,2%
Resultados Operacionais/Volume Negócios		
<b>Taxa de Margem Bruta</b>	97,6%	97,6%
Volume Negócios/Margem Bruta		
<b>Rentabilidade do Património Líquido</b>	0,8%	1,5%
Resultados Líquidos/Património Líquido		
<b>Rentabilidade Operacional do Ativo</b>	0,8%	1,4%
Resultados Operacionais/Ativo Total		
<b>Atividade</b>		
<b>Grau de Rotação do Ativo</b>	0,7%	0,7%
Volume Negócios/Ativo Total		
Prazo Médio de Inventários	6	8
Prazo Médio de Rec e bimentos	88	115
Prazo Médio de Pagamentos (DGAL)	5	6
<b>Grau de Autonomia</b>		
Património Líquido / Ativo	94,2%	92,9%
<b>Grau de cobertura dos gastos financeiros</b>		
Resultados Operacionais / Gastos Financeiros	36,9	75,4
<b>Índice de Solvabilidade</b>		
Património Líquido / Passivo	16,2	13,0
<b>Resultados antes de depreciações e gastos financiamento</b>	73,1 M€	77,8 M€

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município em 2023, destacando-se o grau de autonomia superior a 94%, que continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios.

O índice de liquidez, que traduz a regra de equilíbrio financeiro mínimo, evidencia a robustez financeira de curto prazo, apesar de uma ligeira diminuição da liquidez imediata.

A rentabilidade operacional do volume de negócios decresce decorrente da diminuição dos resultados operacionais de 26,4 milhões de euros para 14,7 milhões de euros. A mesma influência é sentida no grau de cobertura dos gastos financeiros.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo, medida através do índice de solvabilidade, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2022, ao passar de 13,0 para 16,6.

O EBITDA (resultados antes de depreciações e gastos de financiamento) de 2023 é positivo e apresenta um valor de 73,1 milhões de euros.

Apesar do baixo prazo médio de pagamento anterior (6 dias), em 2023 obteve-se um prazo ainda menor (5 dias).

## 4. ATIVIDADES

Em 2023, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o mandato 2021-2025, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par do desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregam-se em 7 objetivos estratégicos transversais ao Município, que se passam a analisar relativamente ao ano económico em apreço.

Quadro 5. Despesa por objetivos

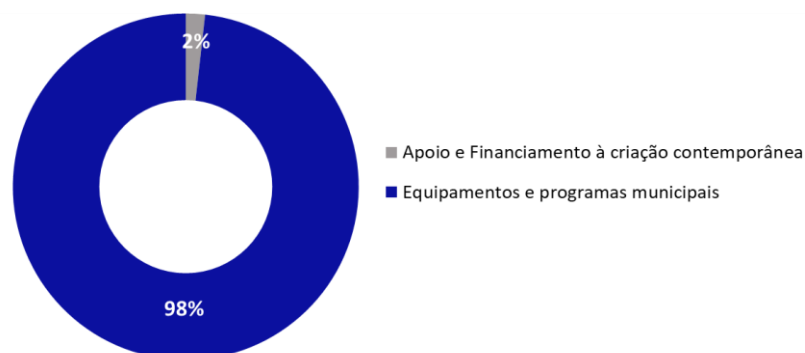
Objetivo	Orçamento €	Pago €	%
Cultura e Património	18 705 293,78	17 526 075,49	93,7%
Economia, pessoas e inovação	32 744 650,69	24 429 475,19	74,6%
Ambiente, energia e qualidade de vida	61 707 105,84	50 997 564,60	82,6%
Urbanismo e habitação	35 624 023,96	21 553 181,85	60,5%
Coesão social	33 896 778,59	31 078 638,87	91,7%
Mobilidade	35 456 769,92	29 464 419,07	83,1%
Governância da Câmara	159 767 532,61	142 527 609,03	89,2%
<b>Total</b>	<b>377 902 155,39</b>	<b>317 576 964,10</b>	<b>84,0%</b>

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporaram estes objetivos que, por sua vez, foram desdobrados em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam todas as despesas orçamentadas, sendo distribuídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Para cada objetivo estratégico, procedeu-se ao elenco das atividades mais relevantes de cada Unidade Orgânica do Município do Porto e das Empresas Municipais, que consta no Anexo “Atividades das Unidades Orgânicas (UO) e Empresas Municipais (EM)”, no qual se identifica a atividade desenvolvida, a sua breve descrição, bem como os correspondentes indicadores.

#### 4.1. CULTURA E PATRIMÓNIO

Figura 10. Cultura e património



O objetivo estratégico **Cultura e Património** integra os programas Apoio e financiamento à criação contemporânea e Equipamentos e programas municipais onde foram executados 17,5 milhões de euros.

Na promoção da Cultura na cidade, a Câmara garantiu o apoio à Fundação de Serralves para depósito da Coleção Miró.

A exposição “D. Pedro. A Independência do Brasil e o Porto”, patente nos Paços do Concelho atraiu a atenção de cerca de 26 mil visitantes. Em matéria de exposições, destaque, também, para a celebração dos 100 anos de Eugénio de Andrade com a mostra “Eugénio de Andrade: a Arte dos Versos”.

Na sua décima edição, a Feira do Livro do Porto levou cerca de 189 mil visitantes aos Jardins do Palácio de Cristal.

Destaque, ainda, para dois regressos: a reabertura da Antiga Casa da Câmara e a realização da iniciativa “Objeto e seus Discursos”. No primeiro ano da sua reabertura, o Batalha Centro de Cinema recebeu 50 mil espetadores.

2023 marca, ainda, a realização da décima edição do Cultura em Expansão e a reabilitação do Ateliê António Carneiro.

A animação nas ruas da cidade aconteceu ao longo de todo o ano, com as atividades na Avenida Rodrigo de Freitas, no âmbito das Zonas Pedonais Temporais, a descentralização das Festas de São João, com espetáculos em todas as freguesias, os grandes concertos de Passagem de Ano, nos Jardins do Palácio de Cristal e na Avenida dos Aliados.

A Programação de Natal voltou a contar com música, mercados, animação e uma pista de gelo.

**189** mil visitantes  
NA FEIRA DO LIVRO

**26.000**  
visitantes na exposição  
“D. Pedro. A  
Independência do  
Brasil e o Porto”

**mais de 50.000**  
espetadores no  
**BATALHA**  
CENTRO DE CINEMA

Regresso do  
“Objeto e seus  
Discursos”

reabertura da  
**ANTIGA**  
CASA DA CÂMARA

Celebração dos  
**100** anos  
**EUGÉNIO DE  
ANDRADE**  
com exposição  
“Eugénio de Andrade:  
a Arte dos Versos”

**APOIO À FUNDAÇÃO DE SERRALVES**  
para depósito e promoção da Coleção Miró

Descentralização das  
**FESTAS DE SÃO JOÃO**

**Programação de Natal:**  
MÚSICA, MERCADOS, ANIMAÇÃO, PISTA DE GELO

Animação de rua em  
**Zonas Pedonais  
Temporárias**

Reabilitação do Ateliê  
**ANTÓNIO  
CARNEIRO**

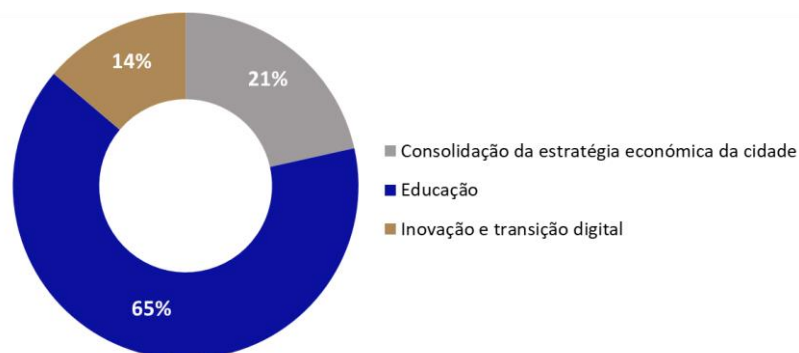
**GRANDES  
concertos  
de Passagem  
DE ANO**

**10**<sup>a</sup> edição do  
Cultura em Expansão



## 4.2. ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO

Figura 11. Economia, pessoas e inovação



No objetivo **Economia, pessoas e inovação** foram aplicados 24,4 milhões de euros nos programas Consolidação da estratégia económica da cidade (5,3 milhões de euros), Educação (15,8 milhões de euros) e Inovação e transição digital (3,4 milhões de euros).

O programa de Consolidação da estratégia económica da cidade fez-se de várias novidades, entre elas a realização do 1.º Fórum do Comércio, que promoveu o encontro entre comerciantes locais, empreendedores internacionais, decisores de políticas de desenvolvimento económico e a comunidade portuense. Subordinado ao tema "A experiência de consumo", atraiu a participação de cerca de 160 pessoas.

Protagonista de uma boa receção foi, também, a iniciativa "Comércio Fora do Sítio", que promoveu sinergias entre estabelecimentos comerciais – das mais históricas às mais modernas –, atuando como mecanismo de estímulo e cooperação entre os comerciantes da cidade.

Também na vertente do comércio, o Município promoveu novas edições dos concursos de montras, onde participaram dezenas de lojas de rua.

Lugar por excelência do comércio da cidade, o Mercado do Bolhão recebeu mais de 5,5 milhões de visitantes no primeiro ano da reabertura após as obras de requalificação.

Juntando comércio e inovação, a cidade deu, ainda, arranque ao do projeto "Bairros Comerciais Digitais". Investimento de 3,3 milhões de euros (1,9 milhões vindos do Plano de Recuperação e Resiliência) aponta o foco para a transição digital, o urbanismo e a economia e lançou as primeiras sementes para a projeção do "Bombarda Digital" e do "Baixa Digital".

Em 2023, foram 12 os estabelecimentos de alojamento turístico que mereceram a “Confiança Porto”, o selo que reconhece a excelência na prestação de serviços e na adoção de boas práticas, nas áreas da gestão, gestão de recursos humanos, limpeza, manutenção e sustentabilidade.

Ao longo do ano, a InvestPorto angariou 59 novos projetos de investimento direto estrangeiro na cidade, tendo garantido o acompanhamento de 363 outros.

Em julho, o Teatro Rivoli recebeu a estreia da curta-metragem, de André Tentugal, “Future is Now”, sobre o dinamismo económico da cidade.

Na sua segunda edição, o Programa Municipal de Imersão em Mercado de Trabalho – Summer OpPORTOnities – permitiu a realização de 47 estágios remunerados a jovens entre os 18 e os 21 anos em 27 empresas da cidade.



Na área da Educação, destaque para a reabertura da requalificada Escola Secundária Alexandre Herculano, assim como para o início das obras na Escola Básica dos Correios. Com a assunção

de novas competências no âmbito da descentralização, a Câmara do Porto investiu cerca de 600 mil euros na reabilitação do Parque Escolar Municipal.

Foi, ainda, garantido o fornecimento de 1.076.506 almoços e 1.263.178 lanches às crianças e alunos dos Jardins de Infância e do 1.º ciclo do ensino básico, onde se inclui o projeto Escola Solidária.

Aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário foram disponibilizadas 577.898 refeições.



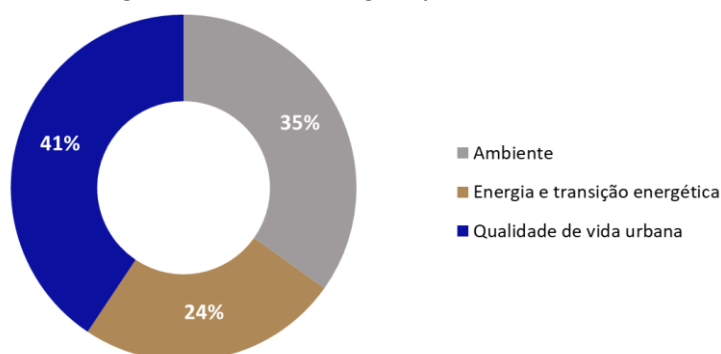
Neste ano, o Cartão Porto. contava com mais de 15 mil adesões, sendo que foi assegurado o aumento do número de viagens do serviço Táxi Saúde +65, que permite à população sénior deslocar-se, de forma mais confortável e barata, às unidades de saúde da cidade.

Ao longo de 365 dias, a Linha Porto. recebeu mais de 155 mil chamadas de munícipes.



### 4.3. AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

Figura 12. Ambiente, energia e qualidade de vida



No objetivo estratégico Ambiente, Energia e Qualidade de Vida foram executados 17,8 milhões de euros no programa Ambiente, 12,5 milhões de euros no programa Energia e transição energética e 20,7 milhões de euros no programa Qualidade de Vida, num total de 51 milhões de euros.

Em matéria de Ambiente, destaque para a conclusão do projeto CityLoops, com a certificação de três jardins públicos e 144 toneladas de desperdício alimentar evitado. O Parque da Cidade, o Jardim do Passeio Alegre e os Jardins do Palácio de Cristal foram reconhecidos pelo Green Flag Award.

Ao mesmo tempo, foram requalificados três parques infantis e testemunhou-se o arranque da intervenção do futuro Parque da Alameda de Cartes e a plantação de 997 árvores por toda a cidade.

Dentro do programa MyBUILDING is GREEN (LIFE), a Escola do Falcão recebeu a instalação de 700 m<sup>2</sup> de cobertura verde.

No desenvolvimento do Asprela + Sustentável, 1.548 consumidores procuraram os produtos locais vendidos nos mercados da iniciativa Good Food Hubs e o projeto Reboot reparou 107 equipamento informáticos para doação a instituições sociais.

Foram recolhidos do espaço público 152.750 quilos de resíduos relacionados com o consumo de estupefacientes, no âmbito das mais de cinco mil intervenções do programa “Porto, Cidade Sem Droga”.

O sistema de recolha de resíduos porta-a-porta atingiu os 2.672 aderentes e a manutenção de níveis de qualidade que permitiu a atribuição dos "Prémios dos Serviços de Águas e Resíduos" à empresa municipal Porto Ambiente.

Em 2023, o Município alcançou mais um mínimo histórico com um índice de Água Não Faturada de 13,28%, sendo 99,07% da água na torneira do consumidor considerada segura.

Na ETAR do Freixo, começou a ser produzida Água para Reutilização, uma reciclagem de águas residuais para rega dos jardins, limpeza de contentores ou recarga de aquíferos.

Durante o verão, a orla costeira da cidade voltou a ostentar nove bandeiras azuis, atribuídas pela Associação Bandeira Azul da Europa. Na área da energia, mais de 22 mil luminárias públicas foram substituídas por tecnologia LED.



Ao longo do ano, o Regimento de Sapadores Bombeiros respondeu a 7.238 ocorrências e renovou o compromisso da iniciativa “Construir Cidades Resilientes 2030”.

Destaque, ainda, para a revisão do Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, para a exterminação de 418 ninhos de vespa velutina e para os procedimentos para as obras de estabilização da escarpa adjacente ao ramal ferroviário da Alfândega e dos taludes da Arrábida e da Av. Fernão de Magalhães.

Em 2023, o Município do Porto lançou o Plano Municipal de Saúde, com propostas de ação, numa perspetiva preventiva, perante as necessidades identificadas.

Foi garantido apoio a 60 cuidadores informais, com 1.433 horas de pausas breves e 337 sessões de apoio psicológico. 122 pessoas foram envolvidas no programa de avaliação do estado nutricional dos utilizadores das piscinas municipais, “Nutrição Ativa”.

55 municípios participaram no Encontro Nacional de Conselhos Municipais da Juventude para trabalharem soluções de reforçar da participação jovem e melhoria contínua das políticas de juventude locais.

No desporto, destaque para a inauguração do Campo Municipal do Outeiro, agora dotado de um campo de relva sintética, com medidas oficiais, e uma bancada coberta com 510 lugares.

Foi aumentado o número de modalidades apoiadas com a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo alargado ao remo, ténis de mesa e hóquei em campo em matéria de desporto de formação federado.

Para os mais novos, destaque para a realização do programa Missão Férias @Porto, que contou com 4.224 participantes. O investimento no Desporto no Bairro incluiu, este ano, os jovens de Miragaia na prática de breaking, surf, skate e street basket.

Revisão do Plano de  
Contingência para  
Pessoas em Situação de  
**Sem-Abrigo**

Estabilização da  
escarpa adjacente  
**ao ramal  
ferroviário**  
da Alfândega e dos taludes  
da Arrábida e da Av.<sup>a</sup>  
Fernão de Magalhães

**7.238**  
ocorrências de socorro  
respondidas pelo

**Regimento de  
Sapadores Bombeiros**

**Contratos de desenvolvimento desportivo ao  
REMO, TÊNIS DE MESA E HÓQUEI EM CAMPO**

**INCLUSÃO DE MIRAGAIA  
no Desporto no Bairro**



Renovação da adesão  
ao compromisso  
**“Construir Cidades  
Resilientes 2030”**

Lançamento do  
**Plano Municipal  
de Saúde**

Apoio a  
**60** cuidadores  
informais com

**1.433** horas  
de pausas  
breves e

**337** sessões  
de apoio  
psicológico

Inauguração do  
**Campo do Outeiro**

**418** ninhos  
de vespa  
velutina  
**exterminados**

**122** pessoas  
envolvidas  
no programa  
**“Nutrição Ativa”**

**55** participantes no

**Encontro  
Nacional  
de Conselhos  
Municipais  
da Juventude**

**4.224**  
participantes na  
**Missão Férias  
@Porto**

#### 4.4. URBANISMO E HABITAÇÃO

Figura 13. Urbanismo e habitação



No Urbanismo e Habitação através dos programas Regeneração urbana (21,1 milhões de euros), Qualificação do ambiente urbano e espaço público (426 mil euros) e Gestão urbanística (14,8 mil euros) foram executados 21,6 milhões de euros.

Em 2023, o Município do Porto investiu mais de 12 milhões de euros na reabilitação de imóveis, terminando o ano com 593 frações disponíveis para o mercado de renda acessível. Foram celebrados 69 novos contratos de arrendamento acessível decorrentes dos concursos promovidos.

O Porto com Sentido, que proporciona às famílias o acesso ao arrendamento habitacional a preços inferiores aos de mercado, aprovou 50 candidaturas. Foi, ainda, firmado um contrato na modalidade “Build to Rent” para a construção de 55 novos fogos.

Ao abrigo do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, foram contratados cerca de 22,1 milhões de euros.

O Município adquiriu 23 frações na Ilha da Lomba, para onde tem projetada uma intervenção de reabilitação urbana.

No seu primeiro ano de funcionamento, o Balcão da Habitação Acessível realizou 7.882 atendimentos relacionados com aconselhamento e orientação de soluções em matéria de qualificação do edificado, reabilitação e arrendamento.



**1** acordo firmado no   
“Build to Rent”  
para **55** fogos

**69** novos contratos de  
arrendamento  
acessível

**12M€**  
de investimento  
na reabilitação  
de imóveis

**22,1M€**  
contratados  
no âmbito do  
**1.º Direito**

**593** frações  
disponíveis para o  
**mercado de  
renda acessível**

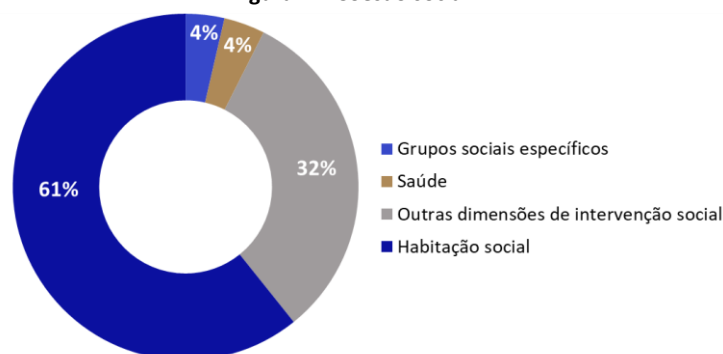
Aquisição de  
**23** frações na  
**Ilha da Lomba**

**7.882** atendimentos no  
**Balcão de Habitação Acessível**

**50** candidaturas  
aprovadas no  
**Porto com  
Sentido**

#### 4.5. COESÃO SOCIAL

Figura 14. Coesão social



O objetivo estratégico Coesão Social, com uma execução de 31,1 milhões de euros, incorpora os programas Grupos sociais específicos onde foram aplicados 1,1 milhões de euros, Saúde, que executou 1,2 milhões de euros, Outras dimensões de intervenção social com uma execução de 9,9 milhões de euros e a Habitação Social com 18,9 milhões de euros.

A oferecer resposta a 98 pessoas, as equipas do Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano encaminharam 28 utentes para respostas adequadas. Técnicos e equipas de rua fizeram 268 acompanhamentos, sinalizando e encaminhando as pessoas em situações de emergência.

Abertos todos os dias do ano, os três restaurantes solidários ofereceram 155.891 refeições em condições condignas a pessoas em situação de pobreza e exclusão social e às pessoas em situação de sem-abrigo.

Em 2023, aconteceu a primeira Summit de Inovação Social e foi lançado o Plano de Ação “Porto, Cidade Amiga das Pessoas Idosas”, de onde constam cerca de 80 ações e projetos para responder aos desafios do rápido envelhecimento da população.

Ainda a pensar nos mais velhos, foram celebrados 16 contratos dentro do “Aconchego”, que consiste no alojamento de estudantes do ensino superior em casa de idosos que vivem sós e estavam registadas 282 pessoas no “Estamos Juntos”, uma resposta de teleassistência para combater a solidão indesejada e promover o bem-estar.

Ao longo do ano, tiveram lugar 46 visitas a lugares emblemáticos da cidade, promovidas pelo “O Porto é Lindo! - Roteiros Turísticos +65”.

Fazem parte da Rede Social do Porto 314 entidades e foram aprovados 1.443 apoios para responder em situações de grave carência económica e vulnerabilidade social, num valor superior a 224 mil euros.

Este ano marca o arranque do projeto-piloto do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, que procura rentabilizar os recursos existentes, eliminar sobreposição de atuação e, assim, permitir um melhor planeamento dos serviços, concentrando tudo numa mesma equipa.

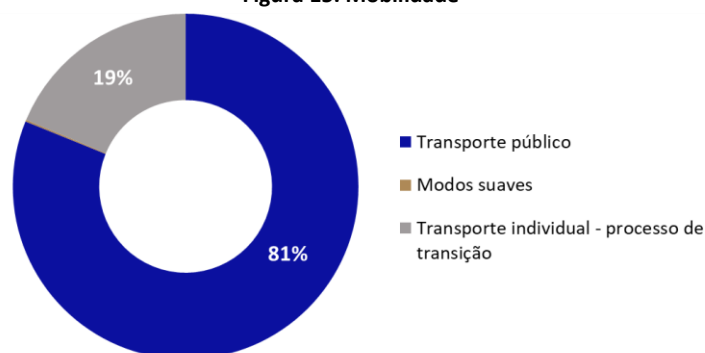
O Porto Solidário - Fundo de Emergência Social teve duas edições, fruto de um excedente que resultou da entrada em vigor do pacote de medidas nacional “Mais Habitação”. No total, foram recebidas 1.340 candidaturas e já aprovadas 729.

Ainda em matéria de habitação pública, foram investidos cerca de 16,4 milhões de euros na reabilitação do parque municipal e promovida a primeira edição do concurso “A Melhor Entrada”, para a promoção do envolvimento dos moradores na valorização e conservação dos edifícios.



#### 4.6. MOBILIDADE

Figura 15. Mobilidade



No objetivo da Mobilidade foram aplicados 29,5 milhões de euros, através dos programas Transporte público (23,9 milhões de euros), Modos Suaves (48,6 mil euros) e Transporte individual – processo de transição (5,5 milhões de euros).

No âmbito da promoção de uma mobilidade mais sustentável, foram emitidos 4.459 cartões Andante 13-18 e realizadas 25.552 deslocações dentro do programa Táxi Saúde +65.

O Município estabeleceu um protocolo de colaboração com a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto para implementação de medidas de combate ao estacionamento indevido e abusivo.

Num ano em que o autocarro transportou cerca de 73,6 milhões de passageiros e o carro elétrico outros 693 mil, a STCP avançou, ainda, com a aquisição de 48 novos autocarros elétricos.

Foram instalados nove painéis de mensagem variável para divulgação de condicionamentos de trânsito ou tempos de viagem de determinados percursos, assim como do estado de ocupação dos parques de estacionamento.

Na zona da Batalha, foi reabilitado o Terminal das Camélias com a criação de uma zona de embarque/desembarque e uma zona de apoio para estacionamento de longa duração dos veículos afetos ao transporte público de passageiros, além de todas as condições de acessibilidade, conforto e segurança.

Protocolo de colaboração com a

**STCP** para combate ao estacionamento indevido

**4.459** cartões

**Andante 13-18** emitidos

aquisição de

**48** novos autocarros elétricos



**73,6** milhões de passageiros no autocarro



**693** mil passageiros no carro elétrico



**Andante 13-18** emitidos

Instalação de

**9** painéis de mensagem **VaRiáVeL**

**68** circuitos fechados de

**televisão instalados**

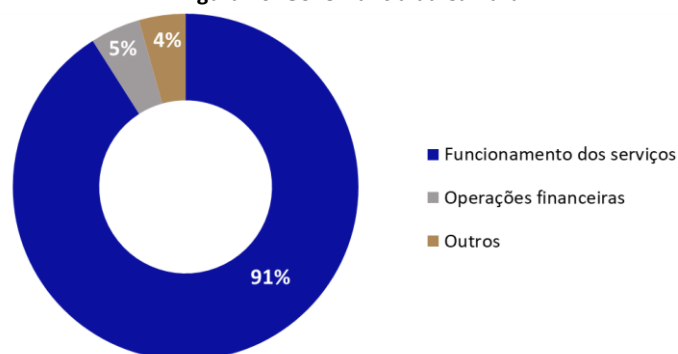
Beneficiação do

**Terminal das Camélias**

**25.552** deslocações no **Táxi Saúde +65**

#### 4.7. GOVERNÂNCIA DA CÂMARA

Figura 16. Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 129,7 milhões de euros, Operações financeiras com 6,7 milhões de euros e, Outros com 6,2 milhões de euros, totalizando 142,5 milhões de euros.

O Município organizou, nos Paços do Concelho, o “Fundos (h)à Porto”, uma exposição e seminário de divulgação de 70 projetos desenvolvidos e apoiados por fundos europeus e outras fontes.

Foram desenvolvidas sete auditorias internas e quatro externas, com 97% das ações de melhoria decorrentes de auditorias e projetos internos implementadas.

No campo das prestações pecuniárias, o Município do Porto contemplou a isenção parcial do IMI em 15% para prédios de habitação própria e permanente de 57.165 proprietários. Ao mesmo tempo, 611 edifícios alvo de reabilitação foram, igualmente, isentados de IMI e IMT.

Com um valor global de 49,4 milhões de euros, os contratos celebrados no âmbito da contratação pública permitiram uma poupança de cerca de 5,5 milhões.

Em matéria de gestão de pessoas, foram realizadas 754 consultas de psicologia e 4.135 exames pela Medicina do Trabalho para funcionários municipais. 3.819 participaram em ações de formação, 12 delas para dirigentes, e 68 foram homenageados pelo Clube de Prata.

O Município viu, ainda, 15 edifícios certificados com o “Coração Verde”, que reconhece as práticas de sustentabilidade adotadas e o impacto positivo gerado no meio envolvente.



2023 foi o ano do arranque da implementação do CityFlow, uma solução integrada de Gestão de Operações da Cidade no Centro de Recolha Oficial de Animais, Espaços Verdes e Mobilidade. Foram realizadas 11.850 ações de fiscalização preventiva de ocupação do espaço público.

O Gabinete do Município atendeu, presencialmente, 4.676 solicitações, tendo o Portal do Município registado cerca de 286 mil visitas.



Início da implementação de

solução integrada  
de Gestão de  
Operações da  
Cidade no

**CROA**  
Espaços Verdes e Mobilidade

**11.850** ações de  
fiscalização de  
ocupação do espaço público

**286** mil visitas ao

**Portal do Município**

**4.676** atendimentos  
presenciais no

**GABINETE DO MUNÍCIPE**

e **155.285** na Linha  
Porto.

## 5. RELATO ORÇAMENTAL

### 5.1. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

A regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o RFALEI, estabelece que, cumulativamente:

1. o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas,
2. a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

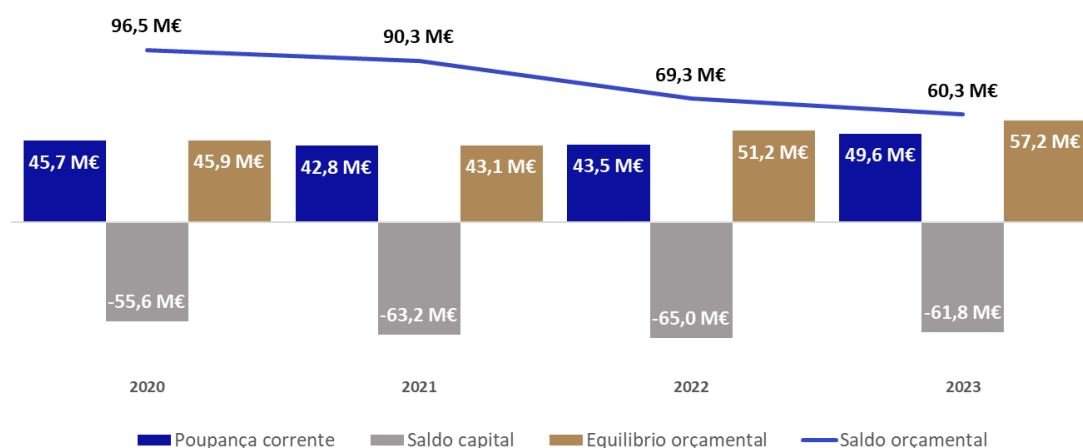
A execução do orçamento do Município do Porto no ano 2023 cumpriu esta regra orçamental, sendo o saldo corrente de 49,6 milhões de euros, superior aos 10,2 milhões de euros previstos no orçamento inicial, o que permitiu financiar as despesas de capital.

Quadro 2. Saldos orçamentais

Designação	2023 €	2022 €	Variação 22-23
Receita corrente cobrada	291 968 601,04	256 544 552,27	13,8%
Despesa corrente paga	242 345 892,02	213 077 008,63	13,7%
<b>Saldo corrente</b>	<b>49 622 709,02</b>	<b>43 467 543,64</b>	<b>14,2%</b>
Receita capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros)	7 184 356,81	5 756 109,48	24,8%
Despesa capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros)	68 977 362,31	70 718 309,63	-2,5%
<b>Saldo de capital</b>	<b>-61 793 005,50</b>	<b>-64 962 200,15</b>	<b>4,9%</b>
Receita efetiva	308 623 626,28	264 898 805,92	16,5%
Despesa efetiva	311 323 254,33	283 795 318,26	9,7%
<b>Saldo global</b>	<b>-2 699 628,05</b>	<b>-18 896 512,34</b>	<b>85,7%</b>
Receita efetiva	308 623 626,28	264 898 805,92	16,5%
Despesa primária	310 920 708,29	283 680 510,98	9,6%
<b>Saldo primário</b>	<b>-2 297 082,01</b>	<b>-18 781 705,06</b>	<b>87,8%</b>
Receita total cobrada	308 623 626,28	268 711 475,51	14,9%
Despesa total paga	317 576 964,10	289 778 618,26	9,6%
Saldo da gerência anterior	69 277 623,39	90 344 766,14	-23,3%
<b>Saldo orçamental</b>	<b>60 324 285,57</b>	<b>69 277 623,39</b>	<b>-12,9%</b>
Receita corrente bruta	301 832 106,21	265 555 985,46	13,7%
Despesa corrente	242 345 892,02	213 077 008,63	13,7%
Amortizações médias de empréstimos MLP	2 310 710,00	1 254 040,24	84,3%
<b>Equilíbrio orçamental</b>	<b>57 175 504,19</b>	<b>51 224 936,59</b>	<b>11,6%</b>

Para além do bom desempenho financeiro evidenciado pela poupança corrente do exercício destaca-se, ainda, o equilíbrio orçamental positivo de 57,2 milhões de euros, superior em 6 milhões de euros ao valor do ano anterior.

Figura 17. Regras orçamentais de equilíbrio



O saldo de capital registou um ligeiro aumento face a 2022, justificado pelo aumento das receitas de capital e redução das despesas de capital.

O saldo orçamental de 60,3 milhões de euros foi inferior em 9 milhões de euros face ao período homólogo, justificado pela redução em 21,1 milhões de euros do valor do saldo de gerência anterior incorporado em 2023 comparativamente ao incorporado em 2022.

## 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

As alterações orçamentais de acordo com o definido na NCP 26, constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento à execução orçamental. Neste sentido, as alterações orçamentais efetuadas em 2023, no seu conjunto, determinaram uma redução do valor global do orçamento de 7,8 milhões de euros, tendo sido realizadas 2 alterações orçamentais modificativas, nomeadamente para integração do saldo de gerência transitado do ano anterior; e para redução da despesa associada aos contratos celebrados com as empresas municipais, decorrente da reprogramação dos investimentos associados, bem como à redução da receita, respeitante aos passivos financeiros.

### 5.2.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

A dotação final da receita teve, em termos globais, um decréscimo de 7,8 milhões de euros quando comparado com o orçamento inicial.

Quadro 6. Alteração e origem da variação da dotação

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final
	€	€
Receitas correntes	252 549 347,00	291 969 104,00
Receitas de capital	26 700 613,00	7 184 719,00
Reposições n/abatidas nos pagamentos	10,00	9 470 669,00
Receitas Efetivas	279 249 970,00	308 624 492,00
Receitas não Efetivas	106 500 030,00	40,00
Saldo da gerência anterior		69 277 623,39
<b>Total</b>	<b>385 750 000,00</b>	<b>377 902 155,39</b>

Esta variação resultou da incorporação do saldo de gerência transitado do ano anterior, do aumento das dotações das receitas correntes e das reposições não abatidas aos pagamentos e da redução das dotações das receitas de capital e dos passivos financeiros.

## 5.2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Quadro 7. Alterações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial		Dotação Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
<b>Despesas correntes</b>	<b>242 374 737,00</b>	<b>62,8%</b>	<b>282 391 571,66</b>	<b>74,7%</b>	<b>40 016 834,66</b>	<b>16,5%</b>
Despesas com pessoal	100 910 215,00	26,2%	110 813 966,58	29,3%	9 903 751,58	9,8%
Aquisição de bens e serviços	71 140 719,00	18,4%	89 228 780,53	23,6%	18 088 061,53	25,4%
Juros e outros encargos	971 968,00	0,3%	1 301 968,00	0,3%	330 000,00	34,0%
Transferências correntes	16 984 833,00	4,4%	20 419 400,01	5,4%	3 434 567,01	20,2%
Subsídios	51 606 437,00	13,4%	56 897 820,49	15,1%	5 291 383,49	10,3%
Outras despesas correntes	760 565,00	0,2%	3 729 636,05	1,0%	2 969 071,05	390,4%
<b>Despesas de capital</b>	<b>141 969 009,00</b>	<b>36,8%</b>	<b>89 256 029,73</b>	<b>23,6%</b>	<b>-52 712 979,27</b>	<b>-37,1%</b>
Aquisição de bens de capital	138 320 101,00	35,9%	84 206 171,44	22,3%	-54 113 929,56	-39,1%
Transferências de capital	2 896 325,00	0,8%	4 451 536,00	1,2%	1 555 211,00	53,7%
Outras despesas de capital	752 583,00	0,2%	598 322,29	0,2%	-154 260,71	-20,5%
<b>Total das Despesas Efetivas</b>	<b>384 343 746,00</b>	<b>99,6%</b>	<b>371 647 601,39</b>	<b>98,3%</b>	<b>-12 696 144,61</b>	<b>-3,3%</b>
Ativos financeiros	400,00	0,0%	483 700,00	0,1%	483 300,00	120825,0%
Passivos financeiras	1 405 854,00	0,4%	5 770 854,00	1,5%	4 365 000,00	310,5%
<b>Total das Despesas não Efetivas</b>	<b>1 406 254,00</b>	<b>0,4%</b>	<b>6 254 554,00</b>	<b>1,7%</b>	<b>4 848 300,00</b>	<b>344,8%</b>
<b>Total</b>	<b>385 750 000,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>377 902 155,39</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7 847 844,61</b>	<b>-2,0%</b>

Ainda que a elaboração do orçamento seja norteadada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são excessivas, insuficientes ou até mesmo inexistentes, nomeadamente pelo tempo que medeia a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita, bem como pelas circunstâncias e dinâmicas com impacto orçamental e que vão surgindo ao longo do ano.

As alterações ao orçamento da despesa, não tendo modificado a sua estrutura, aumentaram o peso das despesas correntes no orçamento final face ao inicial, em 11,9 p.p., verificando-se a redução do peso das despesas de capital em 13,2 p.p.

Nas despesas correntes, todos os agrupamentos foram reforçados. No agrupamento das despesas com pessoal procedeu-se ao reforço das respetivas dotações para assegurar o impacto das valorizações remuneratórias aprovadas pelo Orçamento de Estado para 2023.

Em aquisição de bens e serviços, foram reforçadas as rubricas de alimentação - refeições confeccionadas, no âmbito da descentralização de competências na área da educação, encargos das instalações, locação de edifícios, outros trabalhos especializados, encargos de cobrança de receitas e outros, nomeadamente para o projeto Promoção de Transporte Público.

Os juros e outros encargos foram reforçados considerando a subida da taxa Euribor associada ao contrato de empréstimo em execução.

Nas transferências correntes os reforços ocorreram, sobretudo, nas rubricas de agrupamento escolar, por força dos contratos interadministrativos de delegação de competências e recursos do Município do Porto nos agrupamentos escolares e escolas não agrupadas e em transferências diversas para o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense.

Nos subsídios, os reforços destinaram-se às transferências para a Ágora, EM no âmbito do 1º aditamento ao contrato programa, para as Águas e Energia do Porto, EM para o contrato programa, tendo em vista a limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, e, por último, para a STCP no âmbito do contrato de concessão de serviço público de transporte de passageiros.

As dotações de outras despesas correntes foram reforçadas, essencialmente, para pagamento do IVA ao Estado.

Nas despesas de capital, as aquisições de bens de capital registaram um decréscimo por força, nomeadamente, da reprogramação dos investimentos realizados pelas empresas municipais.

A rubrica de ativos financeiros foi reforçada para o aumento de capital do Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado e os passivos financeiros com vista à amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI.

### **5.3. ANÁLISE DA RECEITA**

#### **5.3.1. EXECUÇÃO DA RECEITA GLOBAL**

Nos últimos 4 anos, a evolução das taxas de execução das receitas liquidadas e cobradas foram iguais ou superiores a 100%.

Figura 18. Taxa de execução da receita



A taxa de liquidação estabilizou por comparação com 2022, dada a redução de apenas 0,5 p.p., depois da perda de quase 11 p.p. nos 2 anos anteriores.

Quadro 8. Receita por classificação económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada** € (2)	Cobrada € (3)	Taxa de Execução (4) = (3) / (1)
<b>Receitas correntes</b>	<b>291 969 104,00</b>	<b>320 499 857,77</b>	<b>291 968 601,04</b>	<b>100,0%</b>
Impostos diretos	160 953 364,00	160 953 346,47	160 953 346,47	100,0%
Taxas, multas e outras penalidades	46 091 755,00	66 886 455,72	46 091 592,91	100,0%
Rendimentos de propriedade	14 000 426,00	14 984 971,27	14 000 389,37	100,0%
Transferências correntes	57 468 197,00	57 542 722,10	57 468 061,79	100,0%
Venda de bens e serviços correntes	11 726 037,00	17 797 669,19	11 725 925,51	100,0%
Outras receitas correntes	1 729 325,00	2 334 693,02	1 729 284,99	100,0%
<b>Receitas de capital</b>	<b>7 184 719,00</b>	<b>6 028 753,25</b>	<b>7 184 356,81</b>	<b>100,0%</b>
Venda de bens de investimento*	4 563 977,00	3 408 182,47	4 563 786,03	100,0%
Transferências de capital	2 620 722,00	2 620 570,78	2 620 570,78	100,0%
Outras receitas de capital	20,00	0,00	0,00	0,0%
<b>Total das receitas s/ reposições</b>	<b>299 153 823,00</b>	<b>326 528 611,02</b>	<b>299 152 957,85</b>	<b>100,0%</b>
Reposições n/abatidas nos pagamentos	9 470 669,00	11 750 350,33	9 470 668,43	100,0%
<b>Total das Receitas Efetivas</b>	<b>308 624 492,00</b>	<b>338 278 961,35</b>	<b>308 623 626,28</b>	<b>100,0%</b>
Ativos financeiros	20,00	0,00	0,00	0,0%
Passivos financeiros	20,00	0,00	0,00	0,0%
<b>Total das Receitas não Efetivas</b>	<b>40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>69 277 623,39</b>	<b>69 277 623,39</b>	<b>69 277 623,39</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>377 902 155,39</b>	<b>407 556 584,74</b>	<b>377 901 249,67</b>	<b>100,0%</b>

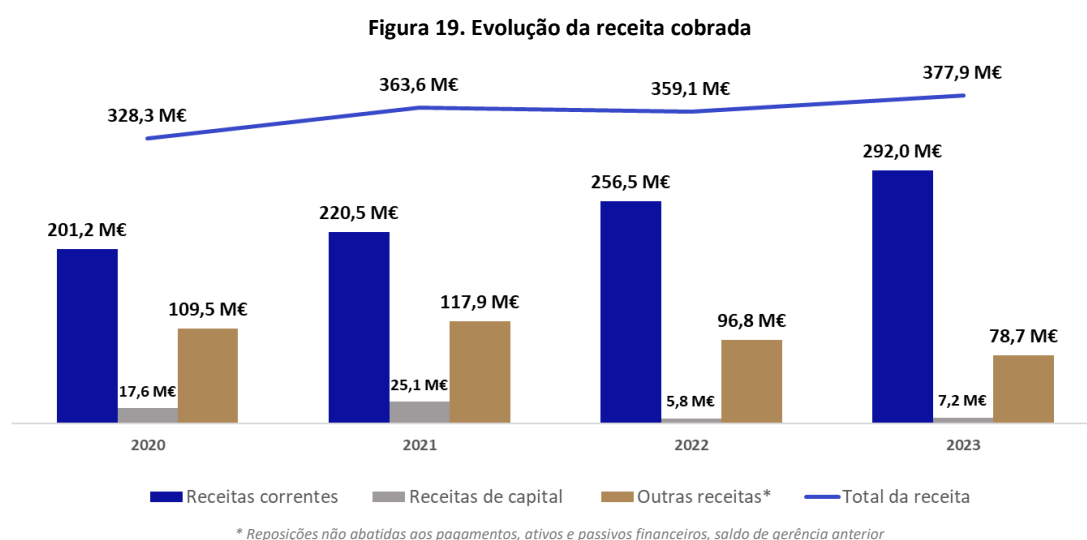
\* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

\*\* Receita liquidada = (receita por cobrar período anterior + receita liquidada do ano - liquidações anuladas)

Em termos globais, em 2023, as receitas cobradas ficaram aquém das previsões corrigidas, em 905,72 euros, representando uma taxa de execução do orçamento global de 100%.

Face ao orçado em 2023, o valor das liquidações representou 107,8% do orçamento, sendo superior em 29,7 milhões de euros às previsões corrigidas. As receitas cobradas representaram 92,7% das receitas liquidadas.

Nos últimos 4 anos verificou-se, como expressa o gráfico seguinte, uma evolução favorável da receita cobrada, tendo o ano de 2020 sido marcado pela crise provocada pela situação de saúde pública vivida.



No ano de 2023, a receita cobrada aumentou 18,8 milhões de euros face ao ano de 2022. Este crescimento assentou no comportamento positivo das receitas correntes, em particular da receita fiscal e das transferências correntes, das receitas de capital e das reposições não abatidas nos pagamentos. As receitas não efetivas e o saldo de gerência anterior não evoluíram no mesmo sentido, registando um decréscimo quando comparado com o do ano anterior.



Quadro 9. Evolução da receita global cobrada

Designação	2023		2022		Variação
	€	%	€	%	22-23
<b>Receitas correntes</b>	<b>291 968 601,04</b>	<b>77,3%</b>	<b>256 544 552,27</b>	<b>71,4%</b>	<b>13,8%</b>
Impostos diretos	160 953 346,47	42,6%	145 248 758,59	40,5%	10,8%
Taxas, multas e outras penalidades	46 091 592,91	12,2%	34 316 198,67	9,6%	34,3%
Rendimentos de propriedade	14 000 389,37	3,7%	14 237 929,38	4,0%	-1,7%
Transferências correntes	57 468 061,79	15,2%	53 245 091,87	14,8%	7,9%
Venda de bens e serviços correntes	11 725 925,51	3,1%	9 074 082,98	2,5%	29,2%
Outras receitas correntes	1 729 284,99	0,5%	422 490,78	0,1%	309,3%
<b>Receitas de capital</b>	<b>7 184 356,81</b>	<b>1,9%</b>	<b>5 756 109,48</b>	<b>1,6%</b>	<b>24,8%</b>
Venda de bens de investimento	4 563 786,03	1,2%	871 761,16	0,2%	423,5%
Transferências de capital	2 620 570,78	0,7%	4 884 348,32	1,4%	-46,3%
Outras receitas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
<b>Total das receitas s/ reposições</b>	<b>299 152 957,85</b>	<b>79,2%</b>	<b>262 300 661,75</b>	<b>73,1%</b>	<b>14,0%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	9 470 668,43	2,5%	2 598 144,17	0,7%	264,5%
<b>Total das Receitas Efetivas</b>	<b>308 623 626,28</b>	<b>81,7%</b>	<b>264 898 805,92</b>	<b>73,8%</b>	<b>16,5%</b>
Ativos financeiros	0,00	0,0%	11 015,15	0,0%	-100,0%
Passivos financeiros	0,00	0,0%	3 801 654,44	1,1%	-100,0%
<b>Total das Receitas não Efetivas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>3 812 669,59</b>	<b>1,1%</b>	<b>-100,0%</b>
Saldo da gerência anterior incorporado	69 277 623,39	18,3%	90 344 766,14	25,2%	-23,3%
<b>Total</b>	<b>377 901 249,67</b>	<b>100,0%</b>	<b>359 056 241,65</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,2%</b>

A receita total cobrada posicionou-se em 377,9 milhões de euros, superior ao período homólogo em 18,8 milhões de euros. As receitas correntes aumentaram 35,4 milhões de euros e as receitas de capital registaram um acréscimo de 1,4 milhões de euros, face ao ano de 2022.

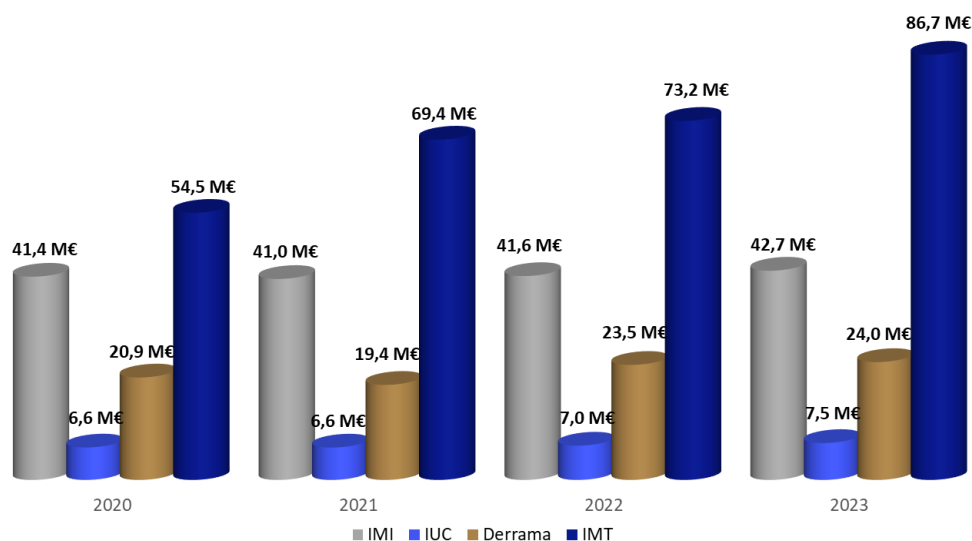
### 5.3.2. RECEITA EFETIVA

#### 5.3.2.1. RECEITA CORRENTE

##### 5.3.2.1.1. RECEITA FISCAL

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos e as taxas, multas e outras penalidades, continuaram a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão representando, no final do ano de 2023, 54,8% da receita total e 70,9% da receita corrente, tendo aumentado face ao período homólogo 27,5 milhões de euros, ou seja, 15,3%.

Figura 20. Evolução dos impostos diretos



A receita fiscal cresceu impulsionada pelo aumento do IMT, sendo este o imposto com maior expressão nas receitas fiscais do Município, registando uma tendência crescente desde 2020. O IMI, o IUC e a derrama registaram, nos últimos 3 exercícios, uma tendência crescente, ainda que de pouca expressão.

Quadro 10. Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	2023		2022	Variação 22-23
	Orçada €	Cobrada €	Cobrada €	
Imp.mun.sobre imóveis (IMI)	42 669 040,00	42 669 029,72	41 572 071,89	2,6%
Imposto único de circulação (IUC)	7 534 168,00	7 534 167,37	6 997 343,10	7,7%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT) / SISA	86 713 242,00	86 713 240,49	73 219 051,59	18,4%
Derrama	24 036 909,00	24 036 908,89	23 460 292,01	2,5%
Impostos diretos diversos	5,00	0,00	0,00	
<b>Impostos diretos</b>	<b>160 953 364,00</b>	<b>160 953 346,47</b>	<b>145 248 758,59</b>	<b>10,8%</b>
Loteamentos e obras	12 912 950,00	12 912 933,09	7 449 672,40	73,3%
Ocupação da via pública	4 239 886,00	4 239 873,26	3 325 270,53	27,5%
Taxa Turística	18 327 972,00	18 327 972,00	14 894 032,50	23,1%
Publicidade	349 493,00	349 492,60	424 691,39	-17,7%
Outras	4 193 231,00	4 193 099,86	3 493 765,69	20,0%
Multas e outras penalidades	6 068 223,00	6 068 222,10	4 728 766,16	28,3%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>46 091 755,00</b>	<b>46 091 592,91</b>	<b>34 316 198,67</b>	<b>34,3%</b>
<b>Total</b>	<b>207 045 119,00</b>	<b>207 044 939,38</b>	<b>179 564 957,26</b>	<b>15,3%</b>

Entre as receitas fiscais destacaram-se os impostos diretos, que se mantiveram como principal receita do Município, com um valor arrecadado de 161 milhões de euros, superior em 15,7 milhões de euros face a 2022.

O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) foi o imposto com maior peso nos impostos diretos seguindo-se o IMI e a Derrama.

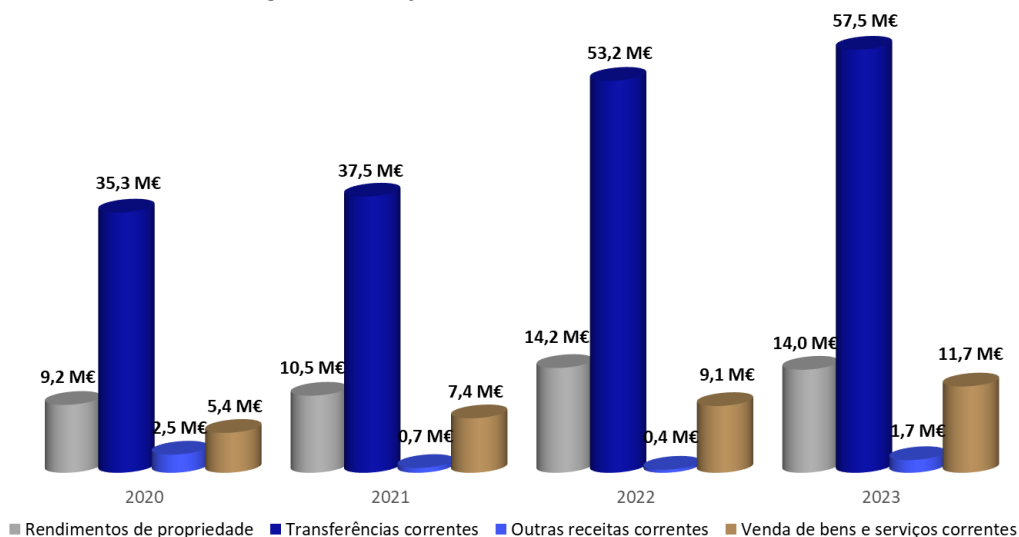
Por força da conjuntura do mercado imobiliário, a receita proveniente do IMT cresceu 18,4%, mais 13,5 milhões de euros face a 2022, atingindo o valor de 86,7 milhões de euros, O IMI registou um aumento de 1,1 milhões de euros, a derrama de 576,6 mil euros e o IUC de 536,8 mil euros relativamente ao período homólogo.

As taxas, multas e outras penalidades foram influenciadas, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com loteamentos e obras e taxa turística, registando-se um acréscimo relativamente ao período homólogo, de 5,5 milhões de euros e 3,4 milhões de euros, respetivamente, e justificando mais de 75% do aumento de 11,8 milhões de euros das receitas deste capítulo.

### 5.3.2.1.2. RECEITA NÃO FISCAL

Nos últimos 4 anos a evolução da receita corrente não fiscal manteve a tendência de crescimento, registando-se em 2023 o aumento em todas as rubricas com exceção dos rendimentos de propriedade que registaram um ligeiro decréscimo.

Figura 21. Evolução das receitas correntes não fiscais



Os rendimentos de propriedade contemplaram, essencialmente, a receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada, da concessão de utilização privativa de domínio público municipal para instalação, a renda do contrato com a E-Redes e ainda a manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano, tendo um ligeiro decréscimo de 237,5 mil euros relativamente ao ano de 2022, especialmente influenciada por esta última tipologia de receita.

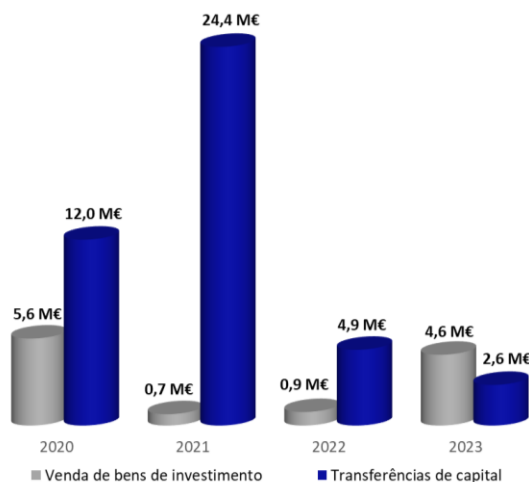
As transferências correntes incluíram, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo Social Municipal (FSM), Participação no IRS, o valor referente à transferência de competências nas áreas da educação e ação social e, a participação do IVA; e as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados. Registaram um acréscimo de 4,2 milhões de euros, face ao ano anterior, em resultado sobretudo das verbas transferidas ao abrigo do processo de descentralização de competências para os municípios no domínio da educação e da ação social.

Para a venda de bens e serviços correntes concorreram as receitas provenientes do fornecimento de alimentação às escolas, os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos parques de estacionamento e as rendas de edifícios. Registaram um aumento de 29,2%, cerca de 2,7 milhões de euros, quando comparado com o ano de 2022, justificado, essencialmente, pela cobrança de rendas de edifícios.

#### **5.3.2.2. RECEITA DE CAPITAL**

A evolução da receita de capital, nos últimos 4 anos, registou um acréscimo no ano de 2023 face ao ano de 2022, justificado pela rubrica de venda de bens de investimento.

Figura 22. Evolução das receitas de capital



As receitas de capital cresceram 24,8% relativamente a 2022, ou seja, mais 1,4 milhões de euros em resultado do aumento da venda de bens de investimento em 3,7 milhões de euros.

O crescimento da receita proveniente da venda de bens de investimento é justificado pelo recebimento do montante de 4,2 milhões de euros, no âmbito da quarta modificação ao Contrato do Bairro do Aleixo.

Nas transferências de capital foram contabilizadas as transferências do Estado e as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos, entre outras transferências.

O decréscimo de 2,3 milhões de euros face a 2022 é justificado pelo menor montante recebido no âmbito da 2ª adenda ao acordo de colaboração celebrado com o Ministério da Educação para as obras de requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano e pelas transferências provenientes do Portugal 2020, assim como pela falta de concretização das negociações referentes ao Portugal 2030, entre a AMP e a CCDRN, que prevê afetar 39,9 milhões de euros ao Município do Porto.

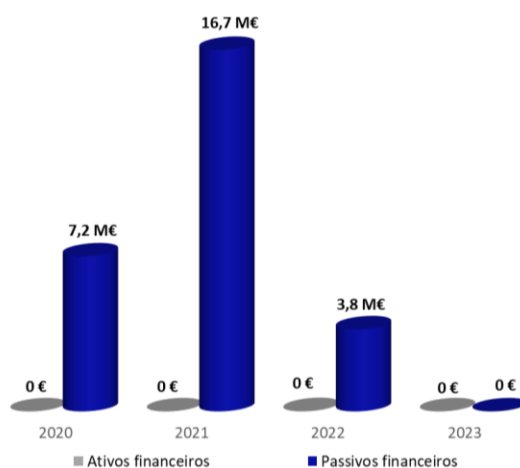
### 5.3.2.3. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS

As reposições não abatidas aos pagamentos evidenciaram um crescimento comparativamente ao ano de 2022 justificado, essencialmente, pela reposição de valores pela STCP e STCP Serviços (3,5 milhões de euros) e pelas empresas municipais Porto Ambiente (1,2 milhões de euros), EM, GO Porto, EM (0,6 milhões de euros) e Ágora, EM (2,9 milhões de euros).

### 5.3.3. RECEITA NÃO EFETIVA

Em 2023, o Município não recorreu a receita não efetiva, constituída pelos ativos e passivos financeiros, o que resultou no decréscimo de 3,8 milhões de euros, em comparação com 2022.

Figura 23. Evolução das receitas não efetivas



Após a amortização integral da dívida bancária em 2019, a evolução dos passivos financeiros traduziu-se numa utilização moderada do financiamento bancário nos anos de 2020 e 2021, decrescendo no ano transato.

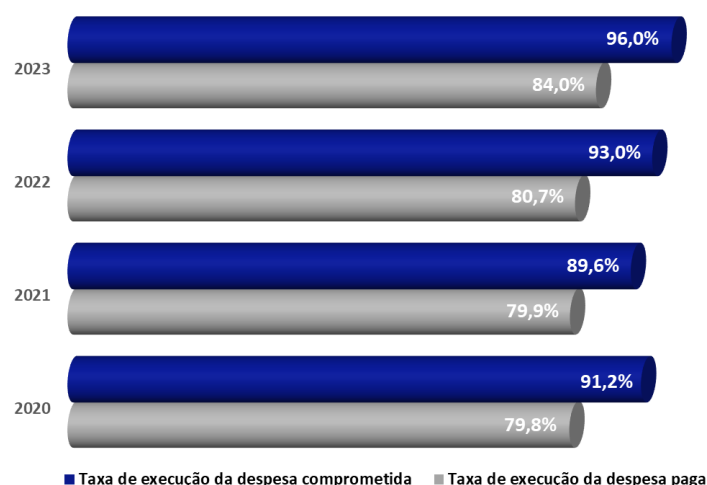
Alicerçado no comportamento favorável das receitas próprias, o Município do Porto, em 2023, não utilizou os dois empréstimos contratualizados nos montantes de 50 e 56,5 milhões de euros.

## 5.4. ANÁLISE DA DESPESA

### 5.4.1. EXECUÇÃO DA DESPESA GLOBAL

Nos últimos 4 anos verificou-se uma evolução favorável da taxa de execução da despesa paga, mais evidente em 2023 ao atingir 84%, mais 3,3 p.p. relativamente a 2022.

Figura 24. Taxa de execução da despesa



O ano de 2023 apresenta também o melhor registo na execução da despesa comprometida, 96%, mais 3 p.p. da verificada em 2022, que já representou um crescimento de 3,4 p.p. para 2021.

Quadro 11. Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução		Dívida
	€	€	€	€	€	%	%	€
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=2/1	8=3-4
<b>Despesas correntes</b>	<b>282 391 571,66</b>	<b>269 889 780,16</b>	<b>243 800 861,25</b>	<b>242 345 892,02</b>	<b>-40 045 679,64</b>	<b>85,8%</b>	<b>95,6%</b>	<b>1 454 969,23</b>
Despesas com pessoal	110 813 966,58	106 340 409,40	106 124 458,16	104 869 853,88	-5 944 112,70	94,6%	96,0%	1 254 604,28
Aquisição de bens e serviços	89 228 780,53	81 771 487,36	59 054 780,73	58 861 964,70	-30 366 815,83	66,0%	91,6%	192 816,03
Juros e outros encargos	1 301 968,00	1 300 894,92	402 546,04	402 546,04	-899 421,96	30,9%	99,9%	0,00
Transferências correntes	20 419 400,01	19 866 036,30	17 629 174,39	17 621 704,31	-2 797 695,70	86,3%	97,3%	7 470,08
Subsídios	56 897 820,49	56 896 552,23	56 896 552,23	56 896 552,23	-1 268,26	100,0%	100,0%	0,00
Outras despesas correntes	3 729 636,05	3 714 399,95	3 693 349,70	3 693 270,86	-36 365,19	99,0%	99,6%	78,84
<b>Despesas de capital</b>	<b>89 256 029,73</b>	<b>86 794 873,08</b>	<b>69 016 641,40</b>	<b>68 977 362,31</b>	<b>-20 278 667,42</b>	<b>77,3%</b>	<b>97,2%</b>	<b>39 279,09</b>
Aquisição de bens de capital	84 206 171,44	82 245 390,49	64 954 813,56	64 925 534,47	-19 280 636,97	77,1%	97,7%	29 279,09
Transferências de capital	4 451 536,00	3 951 181,93	3 463 527,19	3 453 527,19	-998 008,81	77,6%	88,8%	10 000,00
Outras despesas de capital	598 322,29	598 300,66	598 300,65	598 300,65	-21,64	100,0%	100,0%	0,00
<b>Total das Despesas Efetivas</b>	<b>371 647 601,39</b>	<b>356 684 653,24</b>	<b>312 817 502,65</b>	<b>311 323 254,33</b>	<b>-60 324 347,06</b>	<b>83,8%</b>	<b>96,0%</b>	<b>1 494 248,32</b>
Ativos financeiros	483 700,00	483 400,97	483 299,97	483 299,97	-400,03	99,9%	99,9%	0,00
Passivos financeiros	5 770 854,00	5 770 854,00	5 770 409,80	5 770 409,80	-444,20	100,0%	100,0%	0,00
<b>Total das Despesas não Efetivas</b>	<b>6 254 554,00</b>	<b>6 254 254,97</b>	<b>6 253 709,77</b>	<b>6 253 709,77</b>	<b>-844,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>377 902 155,39</b>	<b>362 938 908,21</b>	<b>319 071 212,42</b>	<b>317 576 964,10</b>	<b>-60 325 191,29</b>	<b>84,0%</b>	<b>96,0%</b>	<b>1 494 248,32</b>

Face ao orçamento de 2023 o valor dos compromissos representou 96% do orçamento e a faturação 84,4%.

As despesas correntes comprometidas ascenderam a 95,6% do orçamento respetivo e a despesa corrente faturada a 86,3%. Em termos absolutos, e no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto, o desvio de -12,5 milhões de euros foi impulsionado pelas aquisições

de bens e serviços no montante de -7,5 milhões de euros espelhando o esforço de contenção das despesas ao longo do ano.

As despesas de capital comprometidas ascenderam a 97,2% do orçamento respetivo e a despesa de capital faturada a 77,3%.

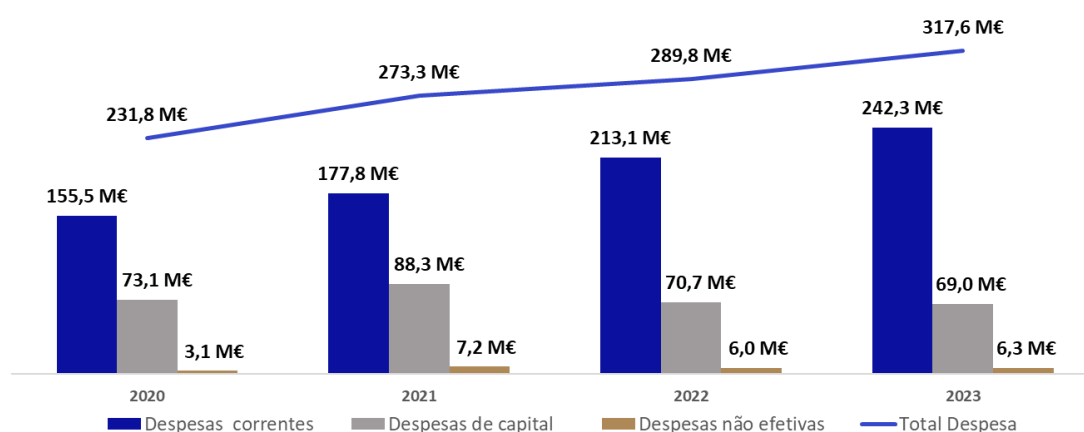
Em termos de execução, os desvios mais significativos foram registados nos agrupamentos aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital no montante de 30,4 milhões de euros e 19,3 milhões de euros, respetivamente.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2023 resultou uma dívida total a transitar para o ano de 2024 de 1,5 milhões de euros. Este valor, face a 2022, registou um decréscimo de cerca de 1 milhão de euros e corresponde, essencialmente, às retenções e descontos (1,3 milhões de euros) no âmbito do processamento de remunerações.

A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores, calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, adaptado através do Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, se fixasse, no final de 2023, em 5 dias, menos 1 dia que 2022.

Nos últimos 4 anos a evolução da despesa paga registou uma tendência crescente, impulsionada, no ano de 2023, pelo aumento das despesas correntes.

Figura 25. Evolução da despesa paga



Em 2023, a despesa paga teve um acréscimo de 27,8 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, um aumento de 9,6%.



Quadro 12. Despesa paga

Designação	2023		2022		Variação
	€	%	€	%	22-23
<b>Despesas correntes</b>	<b>242 345 892,02</b>	<b>76,3%</b>	<b>213 077 008,63</b>	<b>73,5%</b>	<b>13,7%</b>
Despesas com pessoal	104 869 853,88	33,0%	90 382 234,23	31,2%	16,0%
Aquisição de bens e serviços	58 861 964,70	18,5%	46 878 012,01	16,2%	25,6%
Juros e outros encargos	402 546,04	0,1%	114 807,28	0,0%	250,6%
Transferências correntes	17 621 704,31	5,5%	15 310 575,07	5,3%	15,1%
Subsídios	56 896 552,23	17,9%	55 732 313,30	19,2%	2,1%
Outras despesas correntes	3 693 270,86	1,2%	4 659 066,74	1,6%	-20,7%
<b>Despesas de capital</b>	<b>68 977 362,31</b>	<b>21,7%</b>	<b>70 718 309,63</b>	<b>24,4%</b>	<b>-2,5%</b>
Aquisição de bens de capital	64 925 534,47	20,4%	66 708 038,05	23,0%	-2,7%
Transferências de capital	3 453 527,19	1,1%	3 305 096,58	1,1%	4,5%
Outras despesas de capital	598 300,65	0,2%	705 175,00	0,2%	-15,2%
<b>Total das Despesas Efetivas</b>	<b>311 323 254,33</b>	<b>98,0%</b>	<b>283 795 318,26</b>	<b>97,9%</b>	<b>9,7%</b>
Ativos financeiros	483 299,97	0,2%	483 300,00	0,2%	0,0%
Passivos financeiros	5 770 409,80	1,8%	5 500 000,00	1,9%	4,9%
<b>Total das Despesas não Efetivas</b>	<b>6 253 709,77</b>	<b>2,0%</b>	<b>5 983 300,00</b>	<b>2,1%</b>	<b>4,5%</b>
<b>Total</b>	<b>317 576 964,10</b>	<b>100,0%</b>	<b>289 778 618,26</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,6%</b>

As despesas correntes pagas representaram 76,3% do total executado e as despesas de capital 21,7%.

As despesas correntes executadas em 2023, de 242,3 milhões de euros, foram superiores às de 2022 em 29,3 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 13,7%.

Nas despesas correntes, 43,3% foram afetas às despesas com pessoal, 24,3% às aquisições de bens e serviços e 23,5% aos subsídios.

A análise das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que aumentaram o seu peso em 1,8 p.p. e registaram um crescimento de 16%, comparativamente a 2022 e das aquisições de bens e serviços, com um crescimento de 25,6%. Estes dois agrupamentos representaram 67,6% da despesa corrente paga.

As despesas de capital executadas em 2023, de 69 milhões de euros, foram inferiores às de 2022 em 1,7 milhões de euros a que corresponde um decréscimo de 2,5%.

Nas despesas de capital, 94,1% são afetas à aquisição de bens de capital, cuja discriminação pode ser consultada no quadro 20, e 5% às transferências de capital.

A análise da estrutura das despesas de capital permite realçar a importância das aquisições de bens de capital, que representaram 20,4% no total da despesa paga. Verificou-se uma redução de 2,7% e um decréscimo do seu peso de 2,6 p.p. comparativamente a 2022. Este agrupamento, em conjunto com o das transferências de capital, representa 99,1% da despesa de capital paga.

## 5.4.2. DESPESA EFETIVA

### 5.4.2.1. DESPESA CORRENTE

As **despesas com pessoal**, em 2023, subiram 14,5 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Quadro 13. Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2023		2022		Variação 22-23	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes	76 458 162,12	72,9%	65 927 645,55	72,9%	10 530 516,57	16,0%
Abonos variáveis ou eventuais	5 203 662,64	5,0%	4 697 359,26	5,2%	506 303,38	10,8%
Segurança social	23 208 029,12	22,1%	19 757 229,42	21,9%	3 450 799,70	17,5%
<b>Total</b>	<b>104 869 853,88</b>	<b>100,0%</b>	<b>90 382 234,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>14 487 619,65</b>	<b>16,0%</b>

O número de trabalhadores diminuiu, de acordo com os dados do balanço social, passando de 4376 no final de 2022 para 4363, em 31 de dezembro de 2023.

Verificou-se um aumento da despesa no agrupamento remunerações certas e permanentes nomeadamente ao nível das despesas com pessoal dos quadros – Pessoal em funções, resultante das medidas de valorizações remuneratórias dos trabalhadores em funções públicas, designadamente as aplicadas pelo Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, do qual resultou a atualização da remuneração base para todos os trabalhadores em 52,11 euros e de 2% para os que auferiam uma remuneração igual ou superior a 2.612,04 euros, e a atualização do valor da base remuneratória da administração pública para 2023, passando de 705,00 euros para 761,58 euros.

Destaca-se, ainda, as alterações de posicionamento remuneratório pela obtenção de 10 pontos resultantes da avaliação do desempenho (SIADAP), do qual abrangeu 618 trabalhadores.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorreu, da atualização dos suplementos remuneratórios resultantes das valorizações remuneratórias ocorridas em 2023, bem como outros suplementos e prémios ao nível dos serviços remunerados da Polícia Municipal.

Na Segurança Social o acréscimo resultou, em parte, do aumento das remunerações certas e permanentes e dos encargos com a saúde, decorrente do aumento das participações e reembolsos de despesas com a ADSE dos beneficiários.

As **aquisições de bens e serviços**, com um aumento de 12 milhões de euros face a 2022, aumentaram o seu peso nas despesas correntes em 2,3 p.p. As aquisições de bens aumentaram, face ao ano de 2022, em 3 milhões de euros e as aquisições de serviços aumentaram em 9 milhões de euros.

Nas aquisições de bens destacou-se o aumento na rubrica alimentação-refeições confeccionadas no âmbito da distribuição das refeições escolares.

No que respeita às aquisições de serviços os aumentos mais significativos ocorreram nas rubricas de outros serviços, locação de edifícios e outros trabalhos especializados.

Relativamente aos **juros e outros encargos**, verificou-se, em 2023 um aumento de 287,7 mil euros tendo em conta o pagamento dos juros associados ao empréstimo em vigor.

As **transferências correntes**, excluindo-se as efetuadas às Juntas de Freguesia, foram de 11,1 milhões de euros, registando-se um aumento de 12,3% quando comparado com o ano de 2022.

Quadro 14. Evolução das transferências correntes (sem Juntas de Freguesia)

Designação	2023		2022		Variação 22-23	
	€	%	€	€	%	
Agrupamento escolar	4 673 288,68	42,2%	2 837 370,72	1 835 917,96	64,7%	
Ações de interesse cultural	966 975,54	8,7%	1 481 827,09	-514 851,55	-34,7%	
Ações de interesse turístico	199 333,33	1,8%	188 416,67	10 916,66	5,8%	
Ação social	2 495 988,45	22,6%	1 278 498,50	1 217 489,95	95,2%	
Proteção civil e luta contra incêndios	97 560,47	0,9%	58 152,81	39 407,66	67,8%	
Apoio na área ambiental	64 715,00	0,6%	69 650,00	-4 935,00	-7,1%	
Outros	2 563 653,31	23,2%	3 937 008,51	-1 373 355,20	-34,9%	
<b>Total</b>	<b>11 061 514,78</b>	<b>100,0%</b>	<b>9 850 924,30</b>	<b>1 210 590,48</b>	<b>12,3%</b>	

Verificaram-se aumentos para os agrupamentos escolares no âmbito da descentralização de competências na área da educação, em cerca de 1,8 milhões de euros, e para os apoios no âmbito social em 1,2 milhões de euros. Nos apoios a ações de interesse cultural verificou-se uma redução de cerca de 514,9 mil euros e em outras transferências de 1,4 milhões de euros.

No domínio das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar, entre outros, a Associação de Turismo do Porto. Assinalam-se ainda o apoio à Esad Idea – Associação para a Promoção da Investigação em Design e Arte, ao Teatro do Bolhão e também os efetuados no âmbito de concursos, nomeadamente do Criatório e ao abrigo do programa Porto de Tradição.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), destacaram-se os apoios para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, Qualificar Para Incluir - Associação de Solidariedade Social e Obra Diocesana de Promoção Social, entre outras instituições, no âmbito da intervenção social e promoção da saúde.

No domínio da proteção civil e luta contra incêndios destacou-se a transferência para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Portuenses e para a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto.

Na área do ambiente evidenciaram-se as transferências para apoios a associações zóofilas.

Em outras transferências, incluíram-se a ação social escolar, apoios para a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, para a Associação 101010 Portugal, e para quotas em diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais.

**Quadro 15. Juntas de Freguesia**

Freguesias	2023	2022	Variação 22-23
	€	€	€
Contrato interadministrativo de delegação de competências	4 510 671,10	4 326 650,77	184 020,33
Orçamento colaborativo	1 085 000,00	1 050 000,00	35 000,00
Fundo de dinamização do movimento associativo popular	1 498 699,17	130 000,00	1 368 699,17
Outros	497 200,00	61 000,00	436 200,00
<b>Total</b>	<b>7 591 570,27</b>	<b>5 567 650,77</b>	<b>2 023 919,50</b>

As transferências (correntes e capital) para as Juntas de Freguesia no montante de 7,1 milhões de euros, decorreram dos contratos interadministrativos de delegação de competências, no âmbito do orçamento colaborativo e para o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense (FAAP). Em 2023 foram alocados 1,5 milhões de euros para o FAAP, tendo sido delegadas nas

Juntas de Freguesia a gestão da concessão dos apoios aos projetos por elas selecionadas. Para os contratos interadministrativos de delegação de competências e no âmbito do orçamento colaborativo foram transferidos 4,5 milhões de euros e 1,1 milhões de euros, respetivamente. Os Outros estão relacionados com contratos pontuais, nomeadamente, de arrendamento e aquisições de terrenos.

Quadro 16. Subsídios

Designação	2023	2022	Variação 22-23	
			€	%
<b>Empresas Municipais:</b>	<b>39 517 521,40</b>	<b>33 556 794,28</b>	<b>5 960 727,12</b>	<b>17,8%</b>
Gestão e Obras do Porto, E.M.	3 552 500,00	3 621 156,92	-68 656,92	-1,9%
CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manut. do Município do Porto, E.M	3 424 635,83	2 903 000,00	521 635,83	18,0%
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.	10 458 152,00	9 203 050,71	1 255 101,29	13,6%
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana do Porto, E.M.,S.A.	2 484 212,00	2 095 314,00	388 898,00	18,6%
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M.,S.A.	16 998 723,02	13 980 292,65	3 018 430,37	21,6%
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	2 599 298,55	1 753 980,00	845 318,55	48,2%
<b>Outras entidades:</b>	<b>17 379 030,83</b>	<b>22 175 519,02</b>	<b>-4 796 488,19</b>	<b>-21,6%</b>
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A	14 888 082,25	15 758 223,01	-870 140,76	-5,5%
STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	2 490 948,58	6 177 296,01	-3 686 347,43	-59,7%
Fundação Casa da Música	0,00	240 000,00	-240 000,00	-100,0%
<b>Total</b>	<b>56 896 552,23</b>	<b>55 732 313,30</b>	<b>1 164 238,93</b>	<b>2,1%</b>

Pese embora o aumento de 1,2 milhões de euros dos **subsídios** relativamente ao ano de 2022, o seu peso nas despesas correntes registou um decréscimo passando de 26,2% para 23,5%.

O Município transferiu para as empresas municipais fluxos financeiros não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, registando-se um aumento de 6 milhões de euros face a 2022.

Verificam-se aumentos dos valores transferidos para a Ágora, EM de 3 milhões de euros, para a Porto Ambiente, EM de 1,3 milhões de euros, para a Águas e Energia do Porto, EM de 845,3 mil euros, para a DomusSocial, EM de 521,6 mil euros, para a Porto Vivo, SRU de 388,9 mil euros e uma redução de 68,7 mil euros para a GO Porto, EM.

Para além das Empresas Municipais, foram concedidos subsídios a outras entidades, nomeadamente para a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A no montante de 14,9 milhões de euros, para cumprimento das obrigações de serviço público no âmbito do novo modelo de gestão, correspondendo a um decréscimo de 870,1 mil euros face a 2022 e para a STCP Serviços, no montante de 2,5 milhões de euros, no âmbito do contrato programa que define os objetivos a serem prosseguidos na área dos transportes públicos e mobilidade, registando uma redução de 3,7 milhões de euros.

As **outras despesas correntes** decresceram 965,8 mil euros relativamente ao ano de 2022, menos 20,7% por força, nomeadamente, da redução do IVA pago e dos serviços bancários.

#### 5.4.2.2. DESPESA DE CAPITAL

O valor executado em 2023 para a **aquisição de bens de capital** foi de 65 milhões de euros, registando uma ligeira redução relativamente ao ano de 2022.

As rubricas com acréscimos mais significativos, quando comparado com o ano de 2022, ocorreram em reparação e beneficiação de habitações, em viadutos, arruamentos e obras complementares, instalações de serviços e equipamento básico.

Quadro 17. Evolução das transferências de capital (sem Juntas de Freguesia)

Designação	2023		2022		Variação 22-23	
	€	%	€	€	%	
LIPOR	2 074 539,94	71,1%	1 969 854,10	104 685,84	5,3%	
Transferências diversas	844 806,51	28,9%	1 288 242,48	-443 435,97	-34,4%	
<b>Total</b>	<b>2 919 346,45</b>	<b>100,0%</b>	<b>3 258 096,58</b>	<b>-338 750,13</b>	<b>-10,4%</b>	

As **transferências de capital**, excluindo-se as efetuadas às Juntas de Freguesia, reduziram 338,7 mil euros comparativamente ao ano de 2022. O valor transferido para a LIPOR registou um acréscimo de 5,3% relativamente ao ano de 2022 e as outras transferências uma redução de 34,4%. Incluíram-se nestas transferências apoios para obras e outros investimentos, nomeadamente para a Associação dos Amigos do Coliseu do Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Federação Académica do Porto e Obra Diocesana de Promoção Social, entre outros.

Através da rubrica **outras despesas de capital** foram pagas indemnizações no valor de 598,3 mil euros.

#### 5.4.3. DESPESA NÃO EFETIVA

Em **ativos financeiros**, o valor executado em 2023 refere-se ao aumento de capital do INVESURB - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado.

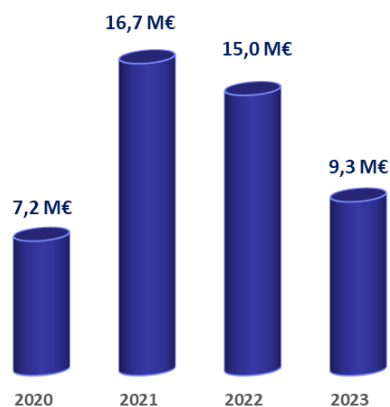
Em 2023 verificou-se um aumento da despesa nos **passivos financeiros**, considerando que, para além das amortizações semestrais no valor global de 1,8 milhões de euros, o Município do Porto procedeu à amortização antecipada no montante de 4 milhões de euros, do empréstimo de médio e longo prazo contratualizado com o BPI, em 2018, reduzindo-se desta forma a dívida bancária em 5,8 milhões de euros.

Quadro 18. Dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida	Capital em dívida	Variação 22-23	
	31/12/2023	31/12/2022	€	%
Médio Longo Prazo	9 278 073,05	15 048 482,85	-5 770 409,80	-38,3%

A recente evolução do endividamento reflete, desde 2021, uma redução da dívida bancária demonstrando os princípios de rigor e controlo do Município na gestão da sua dívida.

Figura 26 - Evolução da dívida bancária



#### 5.4.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano teve uma execução de 317,6 milhões de euros, dos quais 64,9 milhões de euros respeitaram ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 252,7 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Quadro 19. Execução das Grandes Opções do Plano

Objetivos	PPI	PAR	Total €	%
<b>Cultura e Património</b>	<b>1 652 459,32</b>	<b>15 873 616,17</b>	<b>17 526 075,49</b>	<b>5,5%</b>
Apoio e Financiamento à criação contemporânea	0,00	313 322,08	313 322,08	0,1%
Equipamentos e programas municipais	1 652 459,32	15 560 294,09	17 212 753,41	5,4%
<b>Economia, pessoas e inovação</b>	<b>5 565 948,38</b>	<b>18 863 526,81</b>	<b>24 429 475,19</b>	<b>7,7%</b>
Consolidação da estratégia económica da cidade	672 857,65	4 583 985,75	5 256 843,40	1,7%
Educação	3 727 606,79	12 073 323,14	15 800 929,93	5,0%
Inovação e transição digital	1 165 483,94	2 206 217,92	3 371 701,86	1,1%
<b>Ambiente, energia e qualidade de vida</b>	<b>13 979 605,44</b>	<b>37 017 959,16</b>	<b>50 997 564,60</b>	<b>16,1%</b>
Ambiente	2 871 575,84	14 901 830,56	17 773 406,40	5,6%
Energia e transição energética	7 163 013,32	5 341 358,61	12 504 371,93	3,9%
Qualidade de vida urbana	3 945 016,28	16 774 769,99	20 719 786,27	6,5%
<b>Urbanismo e habitação</b>	<b>16 105 593,81</b>	<b>5 447 588,04</b>	<b>21 553 181,85</b>	<b>6,8%</b>
Regeneração urbana	15 925 229,55	5 187 203,71	21 112 433,26	6,6%
Qualificação do ambiente urbano e espaço público	180 364,26	245 628,01	425 992,27	0,1%
Gestão urbanística	0,00	14 756,32	14 756,32	0,0%
<b>Coesão social</b>	<b>16 434 724,66</b>	<b>14 643 914,21</b>	<b>31 078 638,87</b>	<b>9,8%</b>
Grupos sociais específicos	18 392,78	1 106 069,19	1 124 461,97	0,4%
Saúde e respostas sociais	0,00	1 193 229,92	1 193 229,92	0,4%
Outras dimensões de intervenção social	763,17	9 876 333,26	9 877 096,43	3,1%
Habitação social	16 415 568,71	2 468 281,84	18 883 850,55	5,9%
<b>Mobilidade</b>	<b>4 266 139,32</b>	<b>25 198 279,75</b>	<b>29 464 419,07</b>	<b>9,3%</b>
Transporte público	1 288 156,80	22 619 064,41	23 907 221,21	7,5%
Modos suaves	48 570,32	0,00	48 570,32	0,0%
Transporte individual - processo de transição	2 929 412,20	2 579 215,34	5 508 627,54	1,7%
<b>Governância da Câmara</b>	<b>6 921 063,54</b>	<b>135 606 545,49</b>	<b>142 527 609,03</b>	<b>44,9%</b>
Funcionamento dos serviços	6 921 063,54	122 740 588,61	129 661 652,15	40,8%
Operações financeiras	0,00	6 656 255,81	6 656 255,81	2,1%
Outros	0,00	6 209 701,07	6 209 701,07	2,0%
<b>Total</b>	<b>64 925 534,47</b>	<b>252 651 429,63</b>	<b>317 576 964,10</b>	<b>100,0%</b>

#### 5.4.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agregou o investimento em aquisição de bens de capital executado pelos serviços do Município do Porto, pela Associação Porto Digital e pelas empresas municipais GO Porto, EM, DomusSocial, EM, Porto Vivo, SRU e Águas e Energia do Porto, EM.

De referir que todo o investimento realizado em bens imóveis, quer ao nível da recuperação quer ao nível da construção, pelas empresas municipais faz parte dos ativos do Município.



Quadro 20. Evolução das despesas de investimento

Rubricas	2023						Total	2022	22-23	
	CMP	DomusSocial	GO Porto	Porto Vivo,SRU	Águas e Energia do Porto	Associação Porto Digital		Total	€	€
<b>Terrenos</b>	<b>682 103,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>682 103,00</b>	101 310,00	580 793,00	573,3%
<b>Habituação</b>	<b>28 000,00</b>	<b>16 437 226,24</b>	<b>0,00</b>	<b>1 037 608,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17 502 834,69</b>	<b>13 555 975,76</b>	<b>3 946 858,93</b>	<b>29,1%</b>
Construção	0,00	21 657,53	0,00	0,00	0,00	0,00	21 657,53	0,00	21 657,53	
Aquisição	28 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 000,00	58 000,00	-30 000,00	-51,7%
Reparação e beneficiação	0,00	16 415 568,71	0,00	1 037 608,45	0,00	0,00	17 453 177,16	13 497 975,76	3 955 201,40	29,3%
<b>Edifícios</b>	<b>131 618,22</b>	<b>6 951 514,65</b>	<b>5 804 035,60</b>	<b>0,00</b>	<b>555 713,76</b>	<b>0,00</b>	<b>13 442 882,23</b>	<b>25 363 715,26</b>	<b>-11 920 833,03</b>	<b>-47,0%</b>
Instalação de serviços	64 528,05	4 837 284,45	468 386,34	0,00	555 713,76	0,00	5 925 912,60	3 018 971,65	2 906 940,95	96,3%
Instalações desp. e recreativas	0,00	2 371,31	3 325 796,88	0,00	0,00	0,00	3 328 168,19	4 037 419,85	-709 251,66	-17,6%
Escolas	0,00	2 111 858,89	1 359 460,58	0,00	0,00	0,00	3 471 319,47	8 867 341,65	-5 396 022,18	-60,9%
Mercados e inst. fiscalização sanitária	67 090,17	0,00	639 557,31	0,00	0,00	0,00	706 647,48	9 439 982,11	-8 733 334,63	-92,5%
Outros	0,00	0,00	10 834,49	0,00	0,00	0,00	10 834,49	0,00	10 834,49	0,0%
<b>Construções diversas</b>	<b>7 219 034,08</b>	<b>0,00</b>	<b>17 136 618,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 001 148,62</b>	<b>25 356 801,11</b>	<b>19 130 220,92</b>	<b>6 226 580,19</b>	<b>32,5%</b>
Vadutos/arruamentos	6 921 628,83	0,00	15 418 118,76	0,00	0,00	0,00	22 339 747,59	13 729 044,21	8 610 703,38	62,7%
Parques e jardins	297 405,25	0,00	1 718 499,65	0,00	0,00	0,00	2 015 904,90	4 470 421,36	-2 454 516,46	-54,9%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 001 148,62	930 755,35	70 393,27	7,6%	
<b>Material de transporte</b>	<b>36 503,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36 503,41</b>	<b>38 475,39</b>	<b>-1 971,98</b>	<b>-5,1%</b>
<b>Equipamento Informático</b>	<b>652 024,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>652 024,73</b>	<b>542 370,43</b>	<b>109 654,30</b>	<b>20,2%</b>
Software Informático	1 531 246,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 531 246,63	1 813 758,49	-282 511,86	-15,6%
Equipamento administrativo	169 138,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169 138,46	158 280,27	10 858,19	6,9%
Equipamento básico	3 936 119,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 936 119,81	2 332 046,77	1 604 073,04	68,8%
Outros investimentos	326 122,19	0,00	1 289 758,21	0,00	0,00	0,00	1 615 880,40	3 671 884,76	-2 056 004,36	-56,0%
<b>Total</b>	<b>14 711 910,53</b>	<b>23 388 740,89</b>	<b>24 230 412,22</b>	<b>1 037 608,45</b>	<b>555 713,76</b>	<b>1 001 148,62</b>	<b>64 925 534,47</b>	<b>66 708 038,05</b>	<b>-1 782 503,58</b>	<b>-2,7%</b>

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 64,9 milhões de euros.

Na DomusSocial, EM, o investimento foi efetuado fundamentalmente no domínio da reparação e beneficiação da habitação municipal de renda apoiada social e, com menor expressão, nas instalações de serviços municipais e nas escolas.

Na GO Porto, EM, os investimentos mais expressivos foram efetuados em arruamentos e obras complementares com 15,4 milhões de euros, e 3,3 milhões de euros em instalações desportivas e recreativas, destacando-se o Parque Desportivo de Ramalde – Fase II, o Campo do Outeiro e a beneficiação da Piscina Armando Pimentel.

Através da Porto Vivo, SRU foram efetuados investimentos na reabilitação de imóveis com vista à sua introdução no mercado de arrendamento acessível.

Os investimentos realizados pelas Águas e Energia do Porto, EM foram no âmbito da construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia elétrica renovável tendentes à promoção do autoconsumo, implementação de projetos de eficiência energética e gestão da infraestrutura de iluminação pública arquitetónica.

Na Associação Porto Digital os investimentos foram efetuados em infraestruturas de comunicações, rede WIFI e infraestruturas de suporte.

As ações desenvolvidas pelas empresas municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas nos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados diretamente pelo Município, que ascenderam a 14,7 milhões de euros, destacaram-se os investimentos efetuados na manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade e da promoção da eficiência e diversificação energética. Relevaram-se ainda as intervenções efetuadas nos parques e jardins, as aquisições de equipamento básico e equipamento e software informáticos, entre outros investimentos.

**Quadro 21. Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos**

Objetivos	Orçado	Compromisso	Pago	Taxa de Execução	
	€	€	€	%	%
	1	2	3	4=3/1	5=2/1
<b>Cultura e Património</b>	<b>1 679 275,00</b>	<b>1 673 688,75</b>	<b>1 652 459,32</b>	<b>98,4%</b>	<b>99,7%</b>
Equipamentos e programas municipais	1 679 275,00	1 673 688,75	1 652 459,32	98,4%	99,7%
<b>Economia, pessoas e inovação</b>	<b>5 722 142,36</b>	<b>5 641 973,84</b>	<b>5 565 948,38</b>	<b>97,3%</b>	<b>98,6%</b>
Consolidação da estratégia económica da cidade	672 900,36	672 857,65	672 857,65	100,0%	100,0%
Educação	3 881 777,00	3 803 381,49	3 727 606,79	96,0%	98,0%
Inovação e transição digital	1 167 465,00	1 165 734,70	1 165 483,94	99,8%	99,9%
<b>Ambiente, energia e qualidade de vida</b>	<b>17 699 623,54</b>	<b>16 815 461,82</b>	<b>13 979 605,44</b>	<b>79,0%</b>	<b>95,0%</b>
Ambiente	4 771 150,25	4 502 050,30	2 871 575,84	60,2%	94,4%
Energia e transição energética	8 340 957,52	8 339 492,40	7 163 013,32	85,9%	100,0%
Qualidade de vida urbana	4 587 515,77	3 973 919,12	3 945 016,28	86,0%	86,6%
<b>Urbanismo e habitação</b>	<b>28 858 070,12</b>	<b>28 323 300,76</b>	<b>16 105 593,81</b>	<b>55,8%</b>	<b>98,1%</b>
Regeneração urbana	28 142 958,01	27 608 504,04	15 925 229,55	56,6%	98,1%
Qualificação do ambiente urbano e espaço público	715 112,11	714 796,72	180 364,26	25,2%	100,0%
<b>Coesão social</b>	<b>16 466 521,22</b>	<b>16 449 771,01</b>	<b>16 434 724,66</b>	<b>99,8%</b>	<b>99,9%</b>
Grupos sociais específicos	46 076,22	32 316,86	18 392,78	39,9%	70,1%
Saúde e respostas sociais	2 675,00	1 074,01	0,00	0,0%	40,1%
Outras dimensões de intervenção social	2 070,00	811,43	763,17	36,9%	39,2%
Habitação social	16 415 700,00	16 415 568,71	16 415 568,71	100,0%	100,0%
<b>Mobilidade</b>	<b>5 462 877,35</b>	<b>5 325 191,10</b>	<b>4 266 139,32</b>	<b>78,1%</b>	<b>97,5%</b>
Transporte público	1 295 084,00	1 294 935,34	1 288 156,80	99,5%	100,0%
Modos suaves	48 600,00	48 570,32	48 570,32	99,9%	99,9%
Transporte individual - processo de transição	4 119 193,35	3 981 685,44	2 929 412,20	71,1%	96,7%
<b>Governância da Câmara</b>	<b>8 317 661,85</b>	<b>8 016 003,21</b>	<b>6 921 063,54</b>	<b>83,2%</b>	<b>96,4%</b>
Funcionamento dos serviços	8 317 661,85	8 016 003,21	6 921 063,54	83,2%	96,4%
<b>Total</b>	<b>84 206 171,44</b>	<b>82 245 390,49</b>	<b>64 925 534,47</b>	<b>77,1%</b>	<b>97,7%</b>

Face ao valor orçado do Plano Plurianual de Investimentos, a taxa de execução da despesa paga foi de 77,1% e da despesa comprometida de 97,7%.

No objetivo estratégico **Cultura e Património** correspondendo a 2,5% do investimento total, foram aplicados 1,7 milhões de euros, dos quais 1,3 milhões de euros através da empresa municipal GO Porto, EM, nomeadamente na requalificação do Cinema Batalha, da Biblioteca Pública Municipal do Porto e do Ateliê António Carneiro.

O objetivo estratégico **Economia, Pessoas e Inovação** corresponde a 8,6% do investimento total, tendo sido aplicados 5,6 milhões de euros. Destaca-se que através da empresa municipal DomusSocial, EM foram executados 2,1 milhões de euros para a educação. Pela GO Porto, EM

foram executados 1,4 milhões de euros para a educação, nomeadamente na requalificação da escola Alexandre Herculano e na EB dos Correios. No âmbito da inovação e transição digital foram investidos 1 milhão de euros pela Associação Porto Digital e 163,6 mil euros na aquisição de software para o CGI - Centro de Gestão Integrada.

No **Ambiente, Energia e Qualidade de Vida** correspondendo a 21,5% do investimento total, foram aplicados 2,9 milhões de euros no programa Ambiente, destacando-se as intervenções efetuadas pela empresa municipal GO Porto, EM, no valor de 1,7 milhões de euros, nomeadamente a construção de Corredores Saudáveis, para além do investimento direto do Município nomeadamente na conservação e requalificação dos espaços verdes. Foram aplicados 7,2 milhões de euros no âmbito da energia e transição energética, onde se destaca o investimento municipal para a promoção da eficiência e diversificação energética que ascendeu ao montante de 5,8 milhões de euros, tendo ainda sido executados 555,7 mil euros pela empresa municipal Águas e Energia do Porto, EM. Os investimentos executados para promover a qualidade de vida urbana ascenderam a 3,9 milhões de euros, destacando-se as intervenções efetuadas pela GO Porto, EM, de 3,3 milhões de euros em instalações desportivas e recreativas.

Para o **Urbanismo e Habitação** correspondendo a 24,8% do investimento total, foram aplicados 16,1 milhões de euros, dos quais 14,1 milhões de euros pela empresa municipal GO Porto, EM, com destaque para o Programa Rua Direita e para a estabilização da Escarpa da Alfândega, e 1 milhão de euros pela empresa municipal Porto Vivo, SRU referentes à conservação e reabilitação de imóveis com vista ao arrendamento acessível.

O objetivo estratégico **Coesão Social** corresponde a 25,3% do investimento total sendo, na sua quase totalidade, afeto ao parque habitacional social com uma execução de 16,4 milhões de euros que, através da empresa municipal DomusSocial, EM, contribuiu para a execução das políticas públicas de habitação do Município promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a sua coesão social.

Se a este montante se acrescentarem 10,1 milhões de euros por afetação das rendas à habitação municipal de renda apoiada social aplicados diretamente pela DomusSocial, EM, o investimento na Coesão Social sobe para 26,5 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

O objetivo estratégico **Mobilidade** corresponde a 6,6% do investimento total, tendo sido investidos 4,3 milhões de euros. A empresa municipal GO Porto, EM executou 1,3 milhões de euros com destaque para a passagem inferior pedonal do Terminal Intermodal de Campanhã.

O investimento direto do Município centrou-se na gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária, bem como na intervenção e promoção da mobilidade urbana sustentável.

Na **Governância** da Câmara com 10,7% do investimento total, os 6,9 milhões de euros destinaram-se ao programa funcionamento dos serviços, dos quais 4,1 milhões correspondem a intervenções efetuadas pela DomusSocial, EM no património municipal, 1,4 milhões de euros em software informático e 548,7 mil euros em equipamento informático.

Quadro 22. Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2023		2022	
	€	%	€	%
Empréstimos bancários	0,00	0,0%	3 801 654,44	5,7%
Transferências de capital	<b>2 620 570,78</b>	4,0%	<b>4 884 348,32</b>	7,3%
- Projetos co-financiados	1 687 184,88	2,6%	2 246 951,65	3,4%
- Administração Central	933 385,90	1,4%	2 637 396,67	4,0%
Receitas próprias	62 304 963,69	96,0%	58 022 035,29	87,0%
<b>Total</b>	<b>64 925 534,47</b>	<b>100,0%</b>	<b>66 708 038,05</b>	<b>100,0%</b>

As receitas próprias, em 2023, como fonte de financiamento do investimento, registaram um acréscimo de 9 p.p., face ao período homólogo, financiando 96% do investimento. Os fundos comunitários representam 2,6% do financiamento, as transferências provenientes de contratos/acordos com a administração central representam 1,4%. Em 2023 não ocorreram utilizações em sede de financiamento bancário.

#### 5.4.6. PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

No Plano das Atividades mais Relevantes (PAR) encontram-se agregadas as despesas correntes e de capital (excluídos os investimentos) e que refletem as atividades desenvolvidas pelas direções municipais espelhadas nos 7 objetivos estratégicos transversais ao Município.

**Quadro 23. Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos**

Objetivos	Orçado	Compromisso	Pago	Taxa de Execução	
	€ 1	€ 2	€ 3	% 4=3/1	% 5=2/1
<b>Cultura e Património</b>	<b>17 026 018,78</b>	<b>16 768 594,57</b>	<b>15 873 616,17</b>	<b>93,2%</b>	<b>98,5%</b>
Apoio e Financiamento à criação contemporânea	325 972,00	325 894,57	313 322,08	96,1%	100,0%
Equipamentos e programas municipais	16 700 046,78	16 442 700,00	15 560 294,09	93,2%	98,5%
<b>Economia, pessoas e inovação</b>	<b>27 022 508,33</b>	<b>22 687 399,12</b>	<b>18 863 526,81</b>	<b>69,8%</b>	<b>84,0%</b>
Consolidação da estratégia económica da cidade	6 427 032,65	5 746 614,58	4 583 985,75	71,3%	89,4%
Educação	17 720 332,04	14 199 312,35	12 073 323,14	68,1%	80,1%
Inovação e transição digital	2 875 143,64	2 741 472,19	2 206 217,92	76,7%	95,4%
<b>Ambiente, energia e qualidade de vida</b>	<b>44 007 482,30</b>	<b>43 607 325,66</b>	<b>37 017 959,16</b>	<b>84,1%</b>	<b>99,1%</b>
Ambiente	17 823 293,42	17 576 039,74	14 901 830,56	83,6%	98,6%
Energia e transição energética	7 993 859,00	7 990 921,35	5 341 358,61	66,8%	100,0%
Qualidade de vida urbana	18 190 329,88	18 040 364,57	16 774 769,99	92,2%	99,2%
<b>Urbanismo e habitação</b>	<b>6 765 953,84</b>	<b>6 569 281,14</b>	<b>5 447 588,04</b>	<b>80,5%</b>	<b>97,1%</b>
Regeneração urbana	6 178 373,83	6 020 266,04	5 187 203,71	84,0%	97,4%
Qualificação do ambiente urbano e espaço público	549 580,01	512 718,42	245 628,01	44,7%	93,3%
Gestão urbanística	38 000,00	36 296,68	14 756,32	38,8%	95,5%
<b>Coesão social</b>	<b>17 430 257,37</b>	<b>16 424 191,89</b>	<b>14 643 914,21</b>	<b>84,0%</b>	<b>94,2%</b>
Grupos sociais específicos	1 898 504,34	1 646 273,51	1 106 069,19	58,3%	86,7%
Saúde e respostas sociais	1 360 958,51	1 346 103,31	1 193 229,92	87,7%	98,9%
Outras dimensões de intervenção social	11 701 494,52	10 963 533,23	9 876 333,26	84,4%	93,7%
Habitação social	2 469 300,00	2 468 281,84	2 468 281,84	100,0%	100,0%
<b>Mobilidade</b>	<b>29 993 892,57</b>	<b>29 147 494,46</b>	<b>25 198 279,75</b>	<b>84,0%</b>	<b>97,2%</b>
Transporte público	25 380 373,00	25 378 525,99	22 619 064,41	89,1%	100,0%
Transporte individual - processo de transição	4 613 519,57	3 768 968,47	2 579 215,34	55,9%	81,7%
<b>Governância da Câmara</b>	<b>151 449 870,76</b>	<b>145 489 230,88</b>	<b>135 606 545,49</b>	<b>89,5%</b>	<b>96,1%</b>
Funcionamento dos serviços	136 536 374,47	130 577 408,39	122 740 588,61	89,9%	95,6%
Operações financeiras	7 556 522,00	7 555 149,89	6 656 255,81	88,1%	100,0%
Outros	7 356 974,29	7 356 672,60	6 209 701,07	84,4%	100,0%
<b>Total</b>	<b>293 695 983,95</b>	<b>280 693 517,72</b>	<b>252 651 429,63</b>	<b>86,0%</b>	<b>95,6%</b>

O objetivo estratégico **Cultura e Património** corresponde a 6,3% das atividades mais relevantes, com 15,9 milhões de euros. Para os Equipamentos e programas culturais foram aplicados 15,6 milhões de euros, sendo 13,6 milhões de euros para a empresa municipal Ágora, EM e 2 milhões de euros para a promoção cultural da cidade. Para o Apoio e financiamento à criação contemporânea foram executados 313,3 mil euros.

Através do objetivo **Economia, Pessoas e Inovação** correspondendo a 7,5% das atividades mais relevantes foram pagos 18,9 milhões de euros. No que concerne à Consolidação da estratégia económica da cidade destacam-se as atividades desenvolvidas no âmbito do programa Porto de Tradição, da dinamização económica e atração de investimento, para a promoção económica da cidade, internacionalização da Marca Porto. e para a promoção do turismo no Porto. O programa Educação contempla as despesas executadas por força da descentralização de

competências na área da educação assim como as decorrentes da educação pré-escolar e ensino básico. No programa Inovação e Transição Digital inclui-se a execução de contratos celebrados com a Associação Porto Digital, e os projetos Linha Porto. e Cartão Porto., entre outros.

No objetivo estratégico **Ambiente, Energia e Qualidade de Vida** correspondendo a 14,7% das atividades mais relevantes foram aplicados 37 milhões de euros, com especial relevo para o programa Qualidade de Vida Urbana com 16,8 milhões de euros, essencialmente por força da execução dos contratos celebrados com a empresa municipal Ágora, EM (11,5 milhões de euros). No programa Ambiente releva o subsídio pago à Porto Ambiente, EM (10,5 milhões de euros) e as transferências para a LIPOR (2,1 milhões de euros). No âmbito da Energia e transição energética destaca-se o subsídio para a empresa municipal Águas e Energia do Porto, EM (2,6 milhões de euros) e as despesas com a gestão da frota dos veículos do Município.

Na área do **Urbanismo e Habitação** que corresponde a 2,2% das atividades mais relevantes foram pagos 5,4 milhões de euros, sendo que 5,2 milhões de euros relativos ao programa Regeneração urbana foram afetos às transferências efetuadas para a empresa municipal Porto Vivo, SRU (2,5 milhões de euros), ao Programa Porto com Sentido (1,3 milhões de euros) e para o projeto Desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território (853,5 mil euros). No âmbito da Qualificação do ambiente urbano e espaço público destacam-se as despesas com a requalificação e manutenção do espaço público.

No objetivo estratégico **Coesão Social** correspondendo a 5,8% das atividades mais relevantes, com uma execução de 14,6 milhões de euros e, através do programa Grupos sociais específicos destacam-se as despesas no âmbito dos projetos de intervenção e desenvolvimento social. Para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde foram aplicados 1,2 milhões de euros. Em Outras dimensões de intervenção social foram aplicados 9,9 milhões de euros, nomeadamente através de transferências para Freguesias no âmbito da delegação de competências, do orçamento colaborativo e para o Fundo de dinamização do movimento associativo popular. No âmbito da Habitação Social foram aplicados 2,5 milhões de euros para ajuda aos mais carenciados através do programa Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social.

As despesas no âmbito do objetivo estratégico **Mobilidade** correspondem a 10% das atividades mais relevantes com 25,2 milhões de euros, sendo 22,6 milhões de euros para o programa Transporte Público onde se incluem os contratos com a STCP e STCP Serviços No programa Transporte individual – processo de transição relevam, entre outras, as despesas com a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária.

O objetivo **Governância** da Câmara corresponde a 53,7% das atividades mais relevantes, sendo o objetivo com maior peso em termos de execução orçamental com 135,6 milhões de euros. Destaca-se o programa Funcionamento dos Serviços que representa 90,5% neste objetivo, tendo sido afetos 104,9 milhões de euros a despesas com o pessoal. Em operações financeiras, os 6,7 milhões de euros incluem 4 milhões de euros da amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI, bem como as amortizações obrigatórias, e em Outros foram pagas, designadamente, quotas a entidades associadas e subsídio às empresas municipais GO Porto, EM. e DomusSocial, EM.

## 5.5. SALDO DE GERÊNCIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 24. Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2022	69 277 623,39	5 043 715,24	74 321 338,63
Receitas arrecadadas	308 623 626,28	3 987 541,07	312 611 167,35
Despesas pagas	317 576 964,10	2 398 416,58	319 975 380,68
<b>Saldo a transitar para 2024</b>	<b>60 324 285,57</b>	<b>6 632 839,73</b>	<b>66 957 125,30</b>

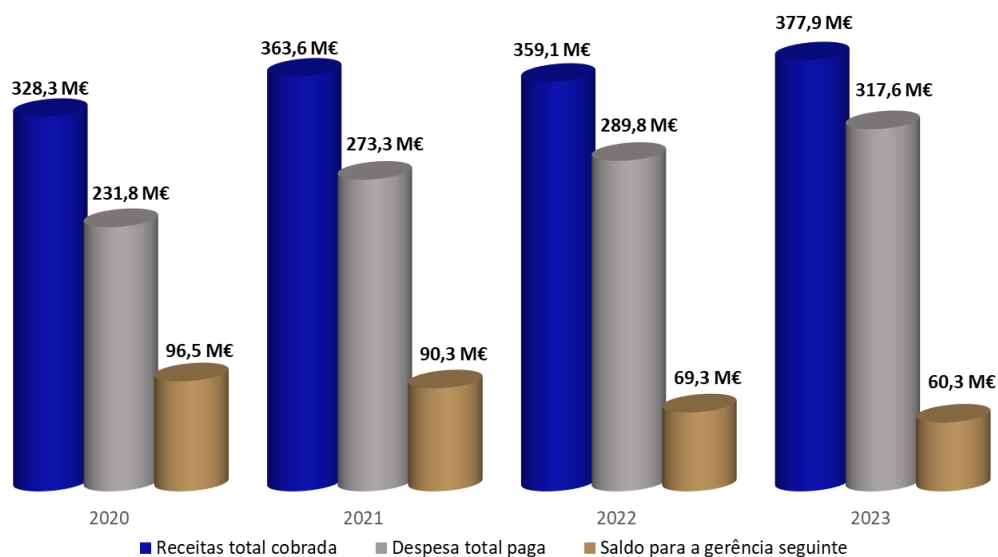
O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 67 milhões de euros, que se decompõe em 60,3 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 6,6 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com o mapa Demonstração de desempenho orçamental e o mapa Operações de tesouraria, que integram a Prestação de Contas.

O primeiro mapa evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

O segundo evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

Figura 27. Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos nos últimos 4 anos permite-nos verificar a tendência crescente de ambos ao longo deste quadriénio. Em sentido inverso, o saldo de gerência regista uma evolução decrescente desde 2020.



## 6. RELATO FINANCEIRO

### 6.1. ANÁLISE DO BALANÇO

O Município elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A análise das demonstrações financeiras que a seguir se apresentam têm em consideração os movimentos associados ao ano 2023, conforme detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Quadro 25. Ativo

Un.: euros

Descrição	2023		2022		Variação 23-22	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Ativos Fixos Tangíveis	1 521 004 371,84	87,1%	1 463 232 597,84	86,7%	57 771 774,00	3,9%
Ativos Intangíveis	2 819 152,22	0,2%	2 462 912,26	0,1%	356 239,96	14,5%
Propriedades de investimento	40 416 679,44	2,3%	41 205 171,55	2,4%	-788 492,11	-1,9%
Participações financeiras	178 196 235,32	10,2%	177 729 707,94	10,5%	466 527,38	0,3%
Diferimentos	35 625,00	0,0%	0,00	0,0%	35 625,00	100,0%
Outras contas a receber	3 700 000,00	0,2%	3 700 000,00	0,2%	0,00	0,0%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>1 746 172 063,82</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 688 330 389,59</b>	<b>100,0%</b>	<b>57 841 674,23</b>	<b>3,4%</b>
Inventários	226 451,52	0,1%	329 098,84	0,2%	-102 647,32	-31,2%
Ativos Biológicos	258 214,91	0,1%	223 615,57	0,1%	34 599,34	15,5%
Devedores transf.e Subsídios não reembolsáveis	70 829,02	0,0%	3 720,00	0,0%	67 109,02	1804,0%
Clientes, contribuintes e utentes	17 990 684,38	8,8%	15 504 831,88	7,4%	2 485 852,50	16,0%
Outras contas a receber	117 712 362,73	57,7%	119 636 855,42	56,9%	-1 924 492,69	-1,6%
Diferimentos	709 461,57	0,3%	295 196,44	0,1%	414 265,13	140,3%
Caixa e depósitos	66 957 125,30	32,8%	74 321 338,63	35,3%	-7 364 213,33	-9,9%
<b>Ativo Corrente</b>	<b>203 925 129,43</b>	<b>100,0%</b>	<b>210 314 656,78</b>	<b>100,0%</b>	<b>-6 389 527,35</b>	<b>-3,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1 950 097 193,25</b>		<b>1 898 645 046,37</b>		<b>51 452 146,88</b>	<b>2,7%</b>

O acréscimo de 2,7% do ativo resulta do aumento do ativo não corrente em 57,8 milhões de euros e da diminuição do ativo não corrente em 6,4 milhões de euros.

O crescimento do ativo não corrente está fortemente influenciado pela subida dos ativos fixos tangíveis, para além dos ativos intangíveis (356,2 mil euros), das participações financeiras (466,5 mil euros), e dos diferimentos (35,6 mil euros), conjugado com o decréscimo das propriedades de investimento (788,5 mil euros).

O ativo corrente decresce por influência especial das disponibilidades (7,4 milhões de euros), nomeadamente e das outras contas a receber (1,9 milhões de euros), ainda que conte com os

aumentos mais significativos em clientes, contribuintes e utentes (2,5 milhões de euros) e nos diferimentos (414,3 mil euros).

No que respeita aos ativos fixos tangíveis e para o ano 2023, estes sofreram a influência da concretização da transferência de competências no domínio da educação, prevista no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual. Ao longo do exercício de 2023, o Município, averbou à matriz a seu favor 15 dos 18 equipamentos escolares transferidos, obtendo assim o VPT desses 15 equipamentos, que permitiram reconhecer e mensurar um montante de 43 milhões de euros. Os restantes 3 equipamentos encontram-se nesta data por averbar, pelo que, o Município recolheu os elementos essenciais, nomeadamente áreas através do SicadPorto e recorrendo ao simulador do VPT da Autoridade Tributária e Aduaneira, obteve um montante de 7,4 milhões de euros.

Desta forma foi possível inscrever contabilisticamente o valor total destes imóveis, ainda que o valor dos últimos 3 equipamentos escolares referidos será aproximado ao que, em 2024, irá ser efetivamente registado na matriz.

Os terrenos e recursos naturais contribuíram com um aumento de 13 milhões de euros, que diz respeito essencialmente, à integração dos terrenos dos equipamentos escolares decorrentes da transferência de competências na área da Educação, em 12,6 milhões de euros.

Para o aumento dos edifícios e outras construções de 47,9 milhões de euros concorreram os equipamentos escolares com 37,8 milhões de euros.

Concorre ainda para o aumento dos ativos fixos tangíveis líquidos os investimentos realizados pelas Empresas Municipais nomeadamente em arruamentos e obras complementares, com 22,3 milhões de euros, assim como 3,3 milhões de euros em instalações desportivas e recreativas, destacando-se o Parque Desportivo de Ramalde – Fase II.

A componente não corrente das outras contas a receber inclui adiantamentos a fornecedores de imobilizado respeitante ao registo dos pagamentos efetuados através de depósito à ordem do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, no âmbito do exercício do direito de preferência.

No ativo corrente destaca-se a diminuição do valor das disponibilidades no montante de 7,4 milhões de euros.

Em termos globais, as dívidas de clientes, contribuintes e utentes aumentam 2,5 milhões de euros, em resultado do aumento da rubrica de contribuintes e utentes.

O aumento significativo do saldo líquido da rubrica de clientes em 2023, face ao valor registado no final do ano de 2022, está associado ao aumento da receita proveniente de taxas, nomeadamente, urbanísticas.

A componente de Outras Contas a Receber (ativo corrente) incluem os devedores por acréscimos (periodização económica) que integram, a estimativa relativa aos impostos e às transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, à Derrama e à participação no IRS e do IVA, que apenas serão recebidos durante o ano 2024, num montante de 104,7 milhões de euros.

**Quadro 26. Passivo**

Un.: euros

Descrição	2023		2022		Variação 23-22	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Provisões	24 603 678,59	33,6%	30 453 142,05	32,2%	-5 849 463,46	-19,2%
Financiamentos obtidos	8 040 996,59	11,0%	13 278 072,99	14,0%	-5 237 076,40	-39,4%
Diferimentos	31 477 307,66	42,9%	31 546 385,96	33,4%	-69 078,30	-0,2%
Outras contas a pagar	9 180 228,39	12,5%	19 266 234,39	20,4%	-10 086 006,00	-52,4%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>73 302 211,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>94 543 835,39</b>	<b>100,0%</b>	<b>-21 241 624,16</b>	<b>-22,5%</b>
Credores por transf. e subsídios não reemb. concedidos	16 000,00	0,0%	177 361,43	0,4%	-161 361,43	-91,0%
Fornecedores	171 087,88	0,4%	1 039 749,61	2,5%	-868 661,73	-83,5%
Adiantamentos de clientes, contribuintes, utentes	2 017 908,18	5,1%	579 997,43	1,4%	1 437 910,75	247,9%
Estado e outros entes públicos	2 452 137,45	6,2%	1 851 029,15	4,5%	601 108,30	32,5%
Financiamentos obtidos	1 237 076,46	3,1%	1 770 409,86	4,3%	-533 333,40	-30,1%
Fornecedores de investimento	16 580,40	0,0%	112 344,99	0,3%	-95 764,59	-85,2%
Outras contas a pagar	28 720 230,32	72,1%	30 719 037,84	74,7%	-1 998 807,52	-6,5%
Diferimentos	5 184 207,89	13,0%	4 868 079,56	11,8%	316 128,33	6,5%
<b>Passivo Corrente</b>	<b>39 815 228,58</b>	<b>100,0%</b>	<b>41 118 009,87</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1 302 781,29</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Total</b>	<b>113 117 439,81</b>		<b>135 661 845,26</b>		<b>-22 544 405,45</b>	<b>-16,6%</b>

No passivo a diminuição de 22,5 milhões de euros é explicada pela diminuição do passivo não corrente (21,2 milhões de euros) e do passivo corrente (1,3 milhões de euros).

No passivo não corrente, a redução é justificada pelo decréscimo das provisões (5,8 milhões de euros) tendo por base as reversões e utilizações das provisões relacionadas com processos judiciais em litígios, de natureza administrativa e tributária; pelos financiamentos obtidos (5,2 milhões de euros) e pelas outras contas a pagar que apresenta uma diminuição de 10,1 milhões de euros.

As outras contas a pagar, apresentam variações influenciadas pelo contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Em 2023 o Município procedeu novamente a uma análise deste contrato tendo optado por não inscrever o valor de resgate ou de indemnização, em outras contas a pagar.

A E-REDES, em 2023, na sua comunicação menciona o valor de 15 milhões de euros como sendo o “valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização)”, referindo de seguida que, no caso de hipotético resgate da concessão, o valor efetivo da indemnização poderá não ser esse valor mencionado, pois irá pressupor um conjunto de dados que só serão determinados com rigor à data do cálculo.

Consultando a IPSAS 32 (parágrafo 17), para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa o concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, que poderá ser de duas formas ou combinação das duas: (i) efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do “passivo financeiro”), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»; e (ii) compensar o concessionário por outro meio (o modelo de “atribuição de um direito ao concessionário”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «rendimentos diferidos».

No contrato em questão a forma como o Município compensa o concessionário corresponde ao modelo de “atribuição de um direito ao concessionário”, confirmando a ideia de que o montante total do passivo deve constar na rubrica de diferimentos – rendimentos a reconhecer.

As outras contas a pagar no passivo não corrente incluem os adiantamentos por conta de vendas com duração superior a um ano, relacionados essencialmente com as operações realizadas pelo Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb, decorrente da quarta modificação ao contrato, conforme deliberação em Assembleia Municipal de 07 de fevereiro de 2022.

O objetivo desta modificação visou a substituição das obrigações de construção dos fogos por reabilitar e por construir no Bairro do Leal e nas Eirinhas, por uma compensação financeira no valor de 6,5 milhões de euros, a liquidar faseadamente, correspondente ao valor de mercado das mesmas. Em 2023 o Município recebeu 4,2 milhões de euros.

Por sua vez, para a diminuição do passivo corrente, contribuiu entre outras a rubrica de fornecedores com 868,7 mil euros, e a de financiamentos obtidos, no montante de 533,3 mil euros, cuja exigibilidade considera-se inferior a um ano.

As outras contas a pagar no passivo corrente, divulgam uma diminuição de 2 milhões euros. Para esta componente concorrem os acréscimos de gastos, que incorporam os gastos a pagar em exercícios futuros, em obediência ao princípio de especialização dos exercícios, nomeadamente o montante estimado relativo às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar, em 2024, no montante 13,1 milhões de euros. Esta rubrica inclui, também, o saldo das cauções prestadas por entidades terceiras, (6,6 milhões de euros) com destaque para a caução de 3,3 milhões de euros, entregue pela *Merican Properties S.A.* e 1,6 milhões de euros, apresentada pela *Socimave - Sociedade Imobiliária do Ave, Lda.*, relacionadas com processos de licenciamento de obras de urbanização.

Quadro 27. Património

Descrição	2023		2022		Variação 23-22	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Património/Capital	1 114 466 897,57	60,7%	1 114 466 897,57	63,2%	0,00	0,0%
Reservas	16 431 762,25	0,9%	15 127 171,86	0,9%	1 304 590,39	8,6%
Resultados Transitados	333 340 812,31	18,1%	296 537 302,51	16,8%	36 803 509,80	12,4%
Outras variações no património líquido	358 136 429,84	19,5%	310 760 021,30	17,6%	47 376 408,54	15,2%
Resultado Líquido do Período	14 603 851,47	0,8%	26 091 807,87	1,5%	-11 487 956,40	-44,0%
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>1 836 979 753,44</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 762 983 201,11</b>	<b>100,0%</b>	<b>73 996 552,33</b>	<b>4,2%</b>

Un.: euros

O património líquido apresenta uma variação positiva de 4,2% (74 milhões de euros), apresentando todas as rubricas variações positivas com a exceção do resultado líquido do período.

As reservas e os resultados transitados apresentam um aumento decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior, nos montantes de 1,3 milhões de euros e de 24,8 milhões de euros, respetivamente. Contribuiu para o aumento das outras variações no património líquido a concretização da transferência de competências no domínio da educação, dos equipamentos escolares no montante de 50,4 milhões de euros.

O resultado líquido do período apresenta uma diminuição resultante do aumento dos gastos incorridos no exercício, nomeadamente no que respeita aos gastos com pessoal, transferências e subsídios concedidos, gastos de depreciação e amortização, e outros gastos e perdas. Este aumento de gastos não é acompanhado pelo aumento de rendimentos cujo acréscimo resulta essencialmente dos impostos, contribuições e taxas.

## 6.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Quadro 28. Gastos

Un.: euros

Descrição	2023		2022		Variação 23-22	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Transferências e subsídios concedidos	67 134 847,01	22,3%	60 026 305,45	22,6%	7 108 541,56	11,8%
CMVMC	313 494,41	0,1%	334 403,55	0,1%	-20 909,14	-6,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	55 694 747,82	18,5%	49 085 521,07	18,5%	6 609 226,75	13,5%
Gastos com Pessoal	104 921 889,12	34,9%	93 886 592,22	35,4%	11 035 296,90	11,8%
Gastos de depreciação e amortização	58 399 416,83	19,4%	51 383 581,35	19,4%	7 015 835,48	13,7%
Imparidade/perdas	16 772,59	0,0%	18 429,03	0,0%	-1 656,44	-9,0%
Gastos imputados de entid. controladas, associadas		0,0%	4 393 474,79	1,7%	-4 393 474,79	-100,0%
Reduções de Justo Valor		0,0%	22 626,25	0,0%	-22 626,25	-100,0%
Outros gastos e perdas	13 723 188,98	4,6%	5 621 915,91	2,1%	8 101 273,07	144,1%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	398 316,00	0,1%	350 582,97	0,1%	47 733,03	13,6%
<b>Total</b>	<b>300 602 672,76</b>	<b>100,0%</b>	<b>265 123 432,59</b>	<b>100,0%</b>	<b>35 479 240,17</b>	<b>13,4%</b>

O aumento de 13,4% verificado nos gastos incorridos pelo Município é influenciado pelos acréscimos verificados nas rubricas transferências e subsídios concedidos (7,1 milhões de euros), fornecimentos e serviços externos (6,6 milhões de euros), gastos com o pessoal (11 milhões de euros), gastos de depreciações e amortizações (7 milhões de euros) e dos outros gastos e perdas (8,1 milhões de euros) conjugados com a diminuição dos gastos imputados de entidades controladas (4,4 milhões de euros), dado que em 2023 não houve qualquer cobertura de prejuízos nas empresas participadas, de acordo com o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, ao contrário do que havia acontecido em 2022 com a STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Embora com menor expressão, contribuíram também para o aumento, os gastos e perdas por juros e outros encargos (47,7 mil euros), conjugado com a diminuição dos CMVMC (20,9 mil euros), redução de justo valor (22,6 mil euros) e ainda imparidades/perdas (1,7 mil euros).

O acréscimo verificado nas transferências e subsídios concedidos é influenciado pelo aumento das transferências para as Freguesias e Empresas Municipais, para os Agrupamentos escolares, no âmbito da descentralização de competências na área da educação, para famílias e outros apoios diversos, nomeadamente os apoios para ação social, no âmbito da intervenção social e promoção da saúde e ainda, no domínio das ações de interesse cultural e turístico.

Releva-se o crescimento dos fornecimentos e serviços externos decorrente do aumento das rubricas alimentação-refeições confeccionadas, de outros serviços, nomeadamente atividades

culturais e turísticas, e serviços sociais, vigilância e segurança e outros trabalhos especializados projetos e serviços de informática, cujo detalhe consta na nota 32 da ABDR.

Nos gastos com o pessoal contribuíram para o aumento as medidas de valorizações remuneratórias dos trabalhadores em funções públicas, aplicadas no ano 2023.

Destaca-se, ainda, as alterações de posicionamento remuneratório pela obtenção de 10 pontos resultantes da avaliação do desempenho (SIADAP), do qual abrangeu 618 trabalhadores, o acréscimo da atualização dos suplementos remuneratórios resultantes das valorizações remuneratórias ocorridas em 2023, bem como outros suplementos e prémios ao nível dos serviços remunerados da Polícia Municipal.

Outros gastos e perdas estão influenciados pelos reembolsos e pela aplicação da prescrição de dívida, nomeadamente, nas taxas de operações urbanísticas, 2,4 milhões de euros, venda de bens e serviços, 3 milhões de euros, e correções de exercícios anteriores, designadamente, abates, 1,2 milhões de euros, correção ao subsídio ao investimento, 1,6 milhões de euros, e outras correções, 3,8 milhões de euros.

**Quadro 29. Rendimentos**

Un.: euros

Descrição	2023		2022		Variação 23-22	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Impostos, contribuições e taxas	208 725 941,68	66,2%	188 053 729,45	64,6%	20 672 212,23	11,0%
Vendas	36 433,03	0,0%	73 769,65	0,0%	-37 336,62	-50,6%
Prestações de serviços e concessões	12 782 803,04	4,1%	14 120 437,20	4,8%	-1 337 634,16	-9,5%
Rendimentos imputados de entid. controladas, associadas	350 941,77	0,1%		0,0%	350 941,77	
Transferências e subsídios obtidos	56 014 755,70	17,8%	54 865 232,14	18,8%	1 149 523,56	2,1%
Imparidade de dívidas a receber	831 295,75	0,3%	311 076,75	0,1%	520 219,00	167,2%
Provisões	5 849 463,46	1,9%	5 912 142,42	2,0%	-62 678,96	-1,1%
Aumentos de justo valor	34 599,34	0,0%		0,0%	34 599,34	
Outros rendimentos	30 290 346,07	9,6%	27 872 115,54	9,6%	2 418 230,53	8,7%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	289 944,39	0,1%	6 737,31	0,0%	283 207,08	4203,6%
<b>Total</b>	<b>315 206 524,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>291 215 240,46</b>	<b>100,0%</b>	<b>23 991 283,77</b>	<b>8,2%</b>

A variação positiva de 8,2 % dos rendimentos obtidos no Município resulta, entre outros, do aumento de impostos, contribuições e taxas (20,7 milhões de euros), das transferências e subsídios obtidos (1,1 milhões de euros) e ainda pelos outros rendimentos (2,4 milhões de euros), conjugada com a diminuição mais expressiva das prestações de serviços e concessões (1,3 milhões de euros).

Para o aumento dos impostos, contribuições e taxas destaca-se o aumento do IMT, do IMI e da Derrama. As taxas são influenciadas, em grande medida, pelo comportamento dos rendimentos relacionados com a taxa municipal turística e com loteamentos e obras.

Os outros rendimentos incluem, nos termos da NCP 4, os rendimentos associados aos contratos de concessão (parques de estacionamento e a concessão à E-Redes) no montante de 13,5 milhões de euros, publicidade em mobiliário urbano de 2,6 milhões de euros, alienações de ativos fixos tangíveis de 2,5 milhões de euros e imputação do subsídio ao investimento de 7,4 milhões de euros e outras correções de rendimentos de 3,7 milhões de euros, decorrente de reposição dos subsídios pelas Empresas Municipais.

### **6.3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Apesar da revogação do diploma que aprovou o POCAL, Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Município entendeu manter a boa prática pela aplicação do ponto 2.7.3 do POCAL, pelo que propõe que o resultado líquido positivo de catorze milhões seiscentos e três mil oitocentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete euros € 14.603.851,47 tenha a seguinte aplicação:

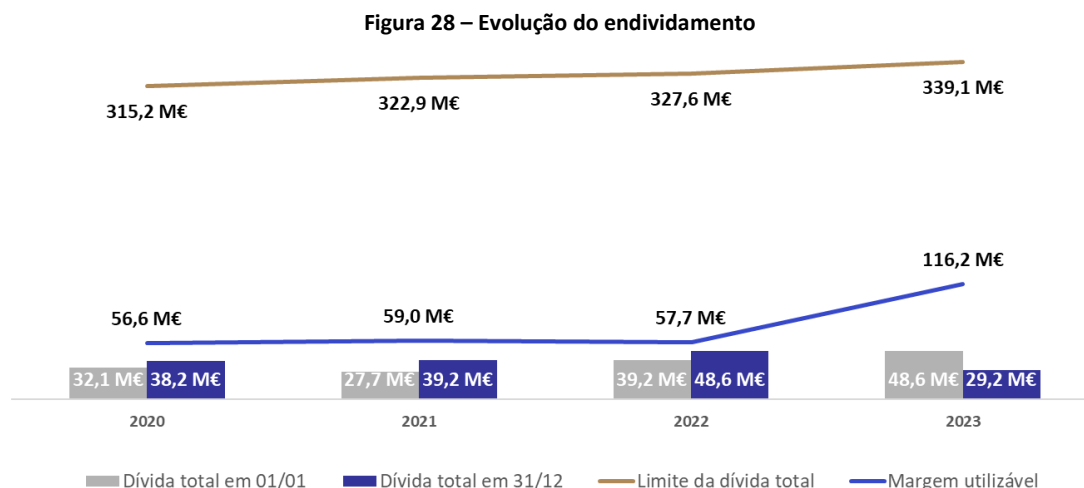
- Setecentos e trinta mil cento e noventa e dois euros e cinquenta e sete cêntimos (€730.192,57), correspondentes a 5% do resultado líquido, para Reservas Legais;
- Treze milhões, oitocentos e setenta e três mil seiscentos e cinquenta e oito euros e noventa cêntimos (€13.873.658,90) para Resultados Transitados.



## 7. ENDIVIDAMENTO

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.



De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do Município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

O limite da dívida total para 2023 ascendeu a 339,1 milhões de euros.

A margem utilizável em 01 de janeiro de 2023 era de 116,2 milhões de euros, decorrente da Lei n.º 29/2023, de 4 de julho, que altera o disposto na alínea b) do nº 3 do art.º 52 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, aumentando a margem de 20% para 40%.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, diminuiu 39,9%, sendo de 29,2 milhões de euros, valor para o qual contribuíram 29,8 milhões de euros do Município do Porto (dos quais se excluem 6,6 milhões de euros de operações não orçamentais) e 6 milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento.

Face ao ano anterior, a dívida a terceiros – não corrente do Município reduz-se por influência do contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Em 2023, o Município procedeu novamente a uma análise deste contrato tendo optado por não inscrever o valor de resgate ou de indemnização no montante de 15 milhões de euros em Outras contas a pagar, no passivo não corrente.

A política financeira do Município continuou a demonstrar um forte controlo do seu endividamento, registando uma redução decorrente da amortização antecipada de 4 milhões de euros, aliada à não utilização dos empréstimos contratualizados.

## 8. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes municipais na tomada de decisões. Neste âmbito, o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para o Município e utilizadores externos.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais que transcrevemos:

*“ No caso de autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir) por cada:*

- a) Bem produzido ou serviço prestado;*
- b) Função, unidade, departamento ou atividade;*
- c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.”*

Desde 2020 para cá, para além da implementação do SNC-AP, o município mudou de sistema informático de suporte financeiro, que se encontra em uso desde janeiro de 2022. Esta mudança de sistema informático colocou desafios vários e, no que respeita ao desenvolvimento da implementação da NCP 27, foi possível concluir os trabalhos de desenvolvimento e parametrização da aplicação informática, não foi possível em tempo útil recolher as quantidades dada a dimensão do projeto, mas que esperamos ter condições no próximo ano.

A implementação da contabilidade de gestão é um processo recente, é apresentada numa base simplificada atenta à elevada complexidade do Município quer a nível da dimensão quer da diversidade das atividades desenvolvidas. O município com base nesta implementação tem margem suficiente para evoluir nos próximos anos e usar a contabilidade de gestão, para apoiar os processos internos (vertente interna) e contribuir para os propósitos de responsabilização pela prestação de contas (vertente externa).

A Contabilidade de Gestão do Município foi implementada de acordo com os princípios estabelecidos na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no sentido de dar resposta aos requisitos aí estabelecidos para a sua apresentação, conteúdo e divulgação.

Neste sentido, foram estabelecidos os seguintes sistemas de informação e Plano de Contas, adequados à divulgação interna e externa dos custos, rendimentos e resultados, nomeadamente:

#### A) Atividades

O Município tem por base da contabilidade de gestão o sistema ABC, o qual obriga a definir quais as atividades e os respetivos indutores de custos.

Nesta medida, através da informação prestada pelos diversos serviços internos e auxiliares do Município, foram determinadas as atividades (serviços) que representam os objetos de custeio para os quais se pretenderá apurar o seu custo final.

Para este efeito, consoante a sua contribuição tenha sido direta para o apuramento do custo final, ou apenas para auxiliar as atividades principais neste contexto, as atividades foram classificadas como principais e auxiliares, respetivamente.

As atividades estão assim registadas no plano de contas do Município na conta 94 - Custos por Atividades e 97 - Custo de Serviços.

A imputação dos gastos e rendimentos das atividades auxiliares é realizada através da aplicação dos indutores às atividades principais, através da utilização da conta 97 - Custo de Serviços.

#### B) Unidades orgânicas e funções

Conforme o disposto do parágrafo 37 da NCP 27, as autarquias locais deverão obter informação dos custos diretos, indiretos e respetivo rendimento associado, quer para as suas atividades, bem como para as unidades orgânicas e/ou funções.

Neste seguimento, estabeleceu-se com base na macro estrutura do Município (organograma), as unidades orgânicas responsáveis pelas respetivas atividades.

Por outro lado, as funções foram determinadas de acordo com o disposto no Decreto-Lei 54/A 99 de 22 de fevereiro 1999, através do classificador funcional.

Os gastos e rendimentos das unidades orgânicas são registadas no plano de contas do Município na conta 93 - Classificação Orgânica.

As funções são registadas num plano de contas autónomo, através da relação unívoca com as respetivas atividades.

#### C) Classificação dos gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são classificados do seguinte modo:

- Diretos e indiretos: consoante seja possível imputar diretamente ou indiretamente (através de uma chave de repartição) as respetivas atividades, respetivamente;
- Incorporados (diretos e indiretos) e não incorporados: consoante seja ou não possível imputar as respetivas atividades, respetivamente.

Ao nível do plano de contas, estas classificações são registadas individualmente através da Conta 92 - Reclassificação dos Gastos e dos Rendimentos.

#### D) Indutores

Conforme o referido anteriormente, o sistema ABC prevê a necessidade da obtenção de indutores que permitam a imputação dos gastos das atividades ao objeto do custo final.

O Município, estabeleceu para a imputação das suas atividades auxiliares às principais, diversos indutores de gasto, definidos com base nos critérios previamente estabelecidos por cada uma das unidades orgânicas.

Estes indutores foram imputados através da respetiva chave de repartição às atividades principais.

E) Critérios de afetação e imputação dos gastos indiretos

A repartição dos gastos indiretos é realizada através da imputação de uma chave de repartição, baseada no peso das dotações orçamentais da despesa de cada uma das unidades orgânicas.

Na contabilidade de gestão, a imputação dos gastos indiretos desempenha um papel crucial na determinação do verdadeiro custo dos serviços. Os gastos indiretos são aqueles que não podem ser diretamente associados ao serviço, assim desta forma o Município do Porto faz a distribuição por uma chave de repartição com base no peso do orçamento pelas unidades orgânicas.

Por outro lado, os gastos não incorporados são todos aqueles que por decisão, não imputamos diretamente às suas atividades apurando diretamente a resultados. Nesta base estão incluídos os gastos de exercícios de anos anteriores, as imparidades e as provisões.

## 8.1. ANÁLISE DE GASTOS POR CENTRO DE CUSTO

A análise de gastos imputados às várias unidades orgânicas, englobam os gastos com os recursos humanos, matérias consumidas, serviços, gastos gerais de funcionamento, bem como as depreciações dos ativos afetos a cada Centro de Custo, necessários ao exercício das suas atividades.

Quadro 30. Gastos por centro de custo

Un.: euros

Designação	2023 Gastos	2023 Rendimentos
Assembleia Municipal	131 647,40	0,00
Executivo Municipal	34 708 626,29	6 534 074,76
D. M. da Presidência	3 788 493,94	1 835 316,98
D. M. Recursos Financeiros	73 520 284,54	102 573 604,33
D. M. G. Pessoas e Organização	5 563 505,96	4 327 418,98
D. M. Cultura e Património	20 784 496,98	7 274 894,29
Dep. M. Mobilidade	36 622 532,84	30 602 346,08
D. M. Desenvolvimento Urbano	9 122 196,95	27 074 132,15
D. M. Sistemas de Informação	6 692 047,30	4 838 516,29
Polícia Municipal	13 304 958,11	12 551 278,93
Regimento Sapadores Bombeiros	10 207 607,72	5 754 939,62
D. M. Serviços Jurídicos	8 942 933,04	16 025 619,41
D. M. Educação	31 809 654,26	40 205 892,98
Dep. M. Atividades Económicas	2 516 397,05	4 998 028,76
Dep. M. Fiscalização	2 762 134,96	2 493 269,05
Dep. M. Coesão Social	6 207 956,75	5 811 402,67
D. M. de Serviços ao Múncipe	3 360 179,59	1 961 383,04
Dep. M. P. Saúde e Qualidade de Vida e Juventude	848 780,00	1 157 369,01
Serviço M. de Proteção Civil	1 264 126,37	787 338,65
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	6 415 832,09	5 302 812,64
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	19 508 139,71	10 856 115,54
Dep. M. de Economia	3 158 320,53	1 511 786,83
Dep. M. de Proteção de Dados	191 960,40	97 562,10
Dep. M. de Espaço Público	3 410 328,60	7 936 749,11
Dep. M. de Turismo e Internacionalização	2 713 562,86	20 035 749,55
Operações Financeiras	387 046,04	0,00
<b>Total por centros de custos</b>	<b>307 943 750,28</b>	<b>322 547 601,75</b>

O Município em 2023 teve um total de gastos 307,9 milhões de euros, associados às atividades das respetivas unidades orgânicas, das quais se destacam a Direção Municipal de Recursos Financeiros, Departamento Municipal de Mobilidade, Executivo Municipal e Direção Municipal da Educação.

Para Direção Municipal de Recursos Financeiros concorreram, para além dos gastos gerais de funcionamento, onde se incluem as depreciações, os gastos com os subsídios concedidos às empresas municipais. No Departamento Municipal de Mobilidade destaca-se os gastos gerais de funcionamento influenciados pelas depreciações.

No que respeita ao Executivo Municipal concorrem para estes gastos, nomeadamente, as transferências correntes e ainda as depreciações dos ativos que se encontram na gestão das empresas municipais no âmbito dos contratos programa.

A Direção Municipal da Educação está influenciada pelos recursos humanos e ativos transferidos no âmbito da descentralização da competência no domínio educação.

No tocante aos rendimentos designados como diretos, estes são decorrentes da atividade própria do Município. Os rendimentos gerais são os que não podem ser especificamente identificados e que vão diretamente a resultados.

**Quadro 31. Gastos e rendimentos por funções**

Un.: euros

Função	Gastos	Rendimentos
Administração geral	112 690 428,31	16 205 927,87
Proteção civil e luta contra incêndios	11 453 854,93	174 235,56
Polícia municipal	13 209 764,49	1 312 166,74
Ensino não superior	36 594 969,46	2 027 685,77
Ação social	7 964 118,67	231 442,56
Habitação	14 921 191,85	960 133,62
Ordenamento do território	9 541 227,94	20 690 426,88
Resíduos sólidos	756 059,91	65 747,99
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	24 447 597,89	2 960 028,61
Cultura	20 930 409,96	601 692,39
Transportes rodoviários	29 162 122,73	12 222 346,88
Mercados e feiras	262 754,73	22 903,23
Turismo	2 672 455,55	18 988 308,00
Outras funções económicas	2 129 402,85	1 017,52
<b>Total dos gastos e rendimentos incorporados</b>	<b>286 736 359,27</b>	<b>76 464 063,62</b>
Gastos e rendimentos não incorporados	21 207 391,01	246 083 538,13
<b>Total dos gastos e rendimentos por funções</b>	<b>307 943 750,28</b>	<b>322 547 601,75</b>



## 8.2. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS GERAIS E GASTOS NÃO INCORPORADOS

A norma NCP-27 define os vários tipos de gastos e rendimentos sendo eles incorporáveis, ou não incorporáveis. Os incorporáveis são aqueles que são imputados às atividades, funções, bens e serviços. Os não incorporáveis são os não imputados às atividades, bens e serviços, nomeadamente os gastos não recorrentes, imparidades ou provisões.

Quadro 32. Rendimentos gerais e gastos não incorporados

Un.: euros

Rendimentos Gerais e Gastos Não Incorporados	Total
<b>Rendimentos Gerais</b>	<b>246 083 538,13</b>
Impostos e taxas	166 570 398,74
Transferências e subsídios obtidos	56 014 755,70
Rendimentos financeiros	640 886,16
Outros rendimentos e ganhos	22 857 497,53
<b>Gastos Não Incorporados</b>	<b>21 207 391,01</b>

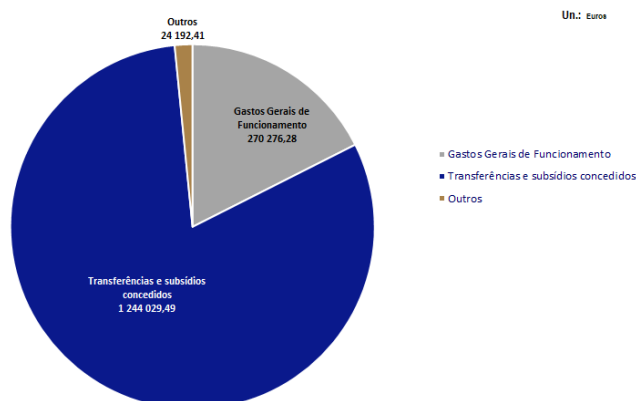
Dos rendimentos totais (322,5 milhões de euros) 246,1 milhões de euros são rendimentos gerais e 21,2 milhões de euros correspondem a gastos não incorporados.

## 8.3. GASTOS AMBIENTAIS

A Norma 27 estabelece para os gastos ambientais no paragrafo 38 — A informação sobre a gestão ambiental deve permitir que se identifique se existe uma política de redução de custos ambientais efetivos para melhorar o desempenho ambiental, procurando -se com esta informação melhorar a imagem da entidade pública que relata, face aos stakeholders, tais como clientes, utentes, comunidades locais, empregados, Governo e fornecedores.

Na área ambiental os valores são maioritariamente considerados como investimentos/ativo não sendo refletidos em contabilidade analítica.

Figura 29. Gastos ambientais



No ano de 2023 o Município apresenta em gastos ambientais o valor de 1,5 milhões de euros, os quais incluem gastos para a redução do impacto ambiental, destacando-se o contrato-programa de gestão de resíduos urbanos com a Empresa Municipal do Ambiente. Este contrato está diretamente relacionado com a proteção ambiental e contribuiu para o melhoramento do nível de qualidade de vida dos habitantes do Município do Porto.

#### 8.4. RESULTADOS ECONÓMICOS

Quadro 33. Resultado líquido do período

Un.: euros

Designação	31-12-2023
Rendimentos Diretos	76 464 063,62
Rendimentos Gerais	246 083 538,13
<b>Total Rendimentos</b>	<b>322 547 601,75</b>
Gastos Incorporados	-286 736 359,27
Gastos não Incorporados	-21 207 391,01
<b>Total Gastos</b>	<b>-307 943 750,28</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>14 603 851,47</b>

A demonstração de resultados procura apresentar o resultado líquido do período atendendo à classificação dada na contabilidade de gestão aos rendimentos e gastos, conforme estejamos perante gastos/rendimentos incorporados ou não incorporados. Deste modo, o quadro apresentado, mostra o resultado líquido do período no montante de 14.603.851,47 euros coincidente com o resultado da posição financeira do Município.

# Relatório de Gestão **2023**

— Demonstrações  
Financeiras e Anexo



## 9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

### 1. Balanço individual em 31 de dezembro de 2023

Un.: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2023	31-12-2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 521 004 371,84	1 463 232 597,84
Propriedades de investimento	8	40 416 679,44	41 205 171,55
Ativos intangíveis	3	2 819 152,22	2 462 912,26
Participações financeiras	18,22	178 196 235,32	177 729 707,94
Diferimentos	27	35 625,00	
Outras contas a receber	24	3 700 000,00	3 700 000,00
		1 746 172 063,82	1 688 330 389,59
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	226 451,52	329 098,84
Ativos biológicos	11	258 214,91	223 615,57
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18,23	70 829,02	3 720,00
Cientes, contribuintes e utentes	18,24	17 990 684,38	15 504 831,88
Outras contas a receber	18,25	117 712 362,73	119 636 855,42
Diferimentos	27	709 461,57	295 196,44
Caixa e depósitos	1	66 957 125,30	74 321 338,63
		203 925 129,43	210 314 656,78
<b>Total do Ativo</b>		<b>1 950 097 193,25</b>	<b>1 898 645 046,37</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	28	1 114 466 897,57	1 114 466 897,57
Reservas	28	16 431 762,25	15 127 171,86
Resultados transitados	28	333 340 812,31	296 537 302,51
Outras variações no Património Líquido	28	358 136 429,84	310 760 021,30
Resultado líquido do período		14 603 851,47	26 091 807,87
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>1 836 979 753,44</b>	<b>1 762 983 201,11</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	24 603 678,59	30 453 142,05
Financiamentos obtidos	7,18	8 040 996,59	13 278 072,99
Diferimentos	27	31 477 307,66	31 546 385,96
Outras contas a pagar	18,31	9 180 228,39	19 266 234,39
		73 302 211,23	94 543 835,39
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18,23	16 000,00	177 361,43
Fornecedores	18,29	171 087,88	1 039 749,61
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18,3	2 017 908,18	579 997,43
Estado e outros entes públicos	26	2 452 137,45	1 851 029,15
Financiamentos obtidos	7,18	1 237 076,46	1 770 409,86
Fornecedores de investimentos	18,29	16 580,40	112 344,99
Outras contas a pagar	18,31	28 720 230,32	30 719 037,84
Diferimentos	27	5 184 207,89	4 868 079,56
		39 815 228,58	41 118 009,87
<b>Total do Passivo</b>		<b>113 117 439,81</b>	<b>135 661 845,26</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>1 950 097 193,25</b>	<b>1 898 645 046,37</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

## 2. Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023

Un.: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2023	31-12-2022
Impostos, contribuições e taxas	14	208 725 941,68	188 053 729,45
Vendas	13	36 433,03	73 769,65
Prestações de serviços e concessões	13	12 782 803,04	14 120 437,20
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	56 014 755,70	54 865 232,14
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13,14	350 941,77	-4 393 474,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-313 494,41	-334 403,55
Fornecimentos e serviços externos	32	-55 694 747,82	-49 085 521,07
Gastos com pessoal	33	-104 921 889,12	-93 886 592,22
Transferências e subsídios concedidos	34	-67 134 847,01	-60 026 305,45
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			13 684,76
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	831 295,75	311 076,75
Provisões (aumentos/reduções)	15	5 849 463,46	5 912 142,42
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-16 772,59	-32 113,79
Aumentos / reduções de justo valor	11	34 599,34	-22 626,25
Outros rendimentos	13,14	30 290 346,07	27 872 115,54
Outros gastos	35	-13 723 188,98	-5 621 915,91
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>73 111 639,91</b>	<b>77 819 234,88</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5,8	-58 399 416,83	-51 383 581,35
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>14 712 223,08</b>	<b>26 435 653,53</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13	289 944,39	6 737,31
Juros e gastos similares suportados	36	-398 316,00	-350 582,97
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>14 603 851,47</b>	<b>26 091 807,87</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>14 603 851,47</b>	<b>26 091 807,87</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

### 3. Demonstração individual das alterações no património líquido no período findo em 31 de dezembro de 2023

Un.:euros

Descrição	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detetores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património Realizado	Outros instrumentos do património líquido	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			Total
Posição em 31 de dezembro de 2022:	(1)	1 114 466 897,57	0,00	15 127 171,86	0,00	0,00	296 537 302,51	0,00	0,00	310 760 021,30	26 091 807,87	1 762 983 201,11		1 762 983 201,11
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	(2)													0,00
Posição no início do período, a 1 de janeiro de 2022	(3)=(1)+(2)	1 114 466 897,57	0,00	15 127 171,86	0,00	0,00	296 537 302,51	0,00	0,00	310 760 021,30	26 091 807,87	1 762 983 201,11	0,00	1 762 983 201,11
Alterações no período:														
Efeitos de transição para o SNC-AP	5													0,00
Alterações de políticas contabilísticas														
Aplicação do resultado líquido do período anterior	28			1 304 590,39			24 787 217,48				-26 091 807,87			0,00
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital	14									-4 573 261,41		-4 573 261,41		-4 573 261,41
Correção de erros materiais														
Subscrições de prémios de emissão														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	14						12 016 292,32			51 949 669,95		63 965 962,27		63 965 962,27
	(4)	0,00	0,00	1 304 590,39	0,00	0,00	36 803 509,80	0,00	0,00	47 376 408,54	-26 091 807,87	59 392 700,86	0,00	59 392 700,86
Resultado Líquido do Período	(5)										14 603 851,47	14 603 851,47		14 603 851,47
Resultado Integral	(6)=(4)+(5)										-11 487 956,40	73 996 552,33	0,00	73 996 552,33
Operações com detetores de capital no período:														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	(7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição em 31 de dezembro de 2023:	(8)=(3)+(4)+(5)+(7)	1 114 466 897,57	0,00	16 431 762,25	0,00	0,00	333 340 812,31	0,00	0,00	358 136 429,84	14 603 851,47	1 836 979 753,44	0,00	1 836 979 753,44

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

#### 4. Demonstração individual dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2023

Un.:euros

Rubricas	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2023	31-12-2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		11 503 029,89	8 182 468,13
Recebimentos de contribuintes		197 842 702,59	171 597 750,71
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		55 983 305,60	51 457 174,15
Recebimentos de utentes		5 989 805,65	4 639 431,57
Pagamentos a fornecedores		-56 495 735,89	-44 566 228,46
Pagamentos ao pessoal		-102 159 565,41	-87 841 894,74
Pagamentos de transferências e subsídios		-67 338 586,16	-69 202 065,89
Pagamentos de prestações sociais		-44 000,00	0,00
Caixa gerado pelas operações		45 280 956,27	34 266 635,47
Outros recebimentos / pagamentos		-321 877,92	-4 072 366,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		44 959 078,35	30 194 269,05
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-64 638 300,39	-66 361 863,58
Ativos intangíveis		-1 531 246,63	-1 813 758,49
Investimentos financeiros		-1 007 050,62	-483 300,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		17 818 836,42	15 307 124,82
Investimentos financeiros		0,00	11 015,15
Subsídios ao investimento		2 620 570,78	4 884 348,32
Transferências de capital		0,00	24 900,00
Juros e rendimentos similares		80 056,61	6 737,31
Dividendos		506 797,99	75 719,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-46 150 335,84	-48 349 077,36
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	3 801 654,44
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-5 770 409,80	-5 500 000,00
Juros e gastos similares		-402 546,04	-114 807,28
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-6 172 955,84	-1 813 152,84
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-7 364 213,33</b>	<b>-19 967 961,15</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>74 321 338,63</b>	<b>94 289 299,78</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>66 957 125,30</b>	<b>74 321 338,63</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>74 321 338,63</b>	<b>94 289 299,78</b>
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		74 321 338,63	94 289 299,78
De execução orçamental		69 277 623,39	90 344 766,14
De operações de tesouraria		5 043 715,24	3 944 533,64
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>66 957 125,30</b>	<b>74 321 338,63</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte	1	66 957 125,30	74 321 338,63
De execução orçamental		60 324 285,57	69 277 623,39
De operações de tesouraria		6 632 839,73	5 043 715,24

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



### **Anexo às Demonstrações Financeiras de 2023**

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato.

Conforme a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos das demonstrações de contas consolidadas são apresentados em momento diferente.

A informação de desempenho é complementada pelo Relatório de Prestação de Contas de 2023 e pelo Relatório de Sustentabilidade que o Município tem vindo a desenvolver em linha com uma análise de materialidade.

O Município acompanha as melhores práticas de reporte de sustentabilidade, pelo que os seus relatórios são elaborados em alinhamento com as mais recentes diretrizes internacionais de relato de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), na versão GRI Standards, e de acordo com os requisitos da norma ISO 37120 - Desenvolvimento sustentável das comunidades, cujos indicadores permitem medir o desempenho económico, social e ambiental dos serviços urbanos e mensurar a sua qualidade de vida.

O Município pretende contribuir para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial enfoque no ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, pelo que o relatório anual contempla ainda uma secção específica sobre esta matéria.

A **NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras** requer um conjunto de divulgações, as quais, passamos a apresentar:

Conforme definido na NCP 1, as notas são apresentadas considerando a sequência numérica indicada no “Modelo de notas explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras” incluído na referida norma.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas, mantendo-se, contudo o número de ordem das que forem utilizadas, conforme definido na NCP 1 até à nota 22, e na medida em que a numeração tem correspondência com o número da respetiva NCP.

#### **Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória**

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Na adoção pela primeira vez deste referencial contabilístico, o Município preparou no exercício anterior, o balanço de abertura com referência à data de início da transição, 1 de janeiro de 2020. Neste processo de transição foi necessário:

- reconhecer todos os ativos e passivos, cujo reconhecimento seja exigido pelas NCP;
- reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas NCP;
- reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) numa categoria, mas de acordo com as NCP pertencem a outra categoria;
- aplicar as NCP na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da alteração das políticas contabilísticas decorrentes da transição do POCAL para o SNC-AP foram reconhecidos no saldo de resultados transitados com referência a 1 de janeiro de 2020. IPSAS 33 – *First-Time Adoption of Accrual Basis IPSASs*, que a CNC entendeu incorporar na transição para o SNC-AP conforme ponto 1.3.9 do Manual de Implementação. A IPSAS 33.36 estabelece um “período de transição opcional de três anos” durante o qual, na adoção pela primeira vez e em situações fundamentadas e divulgadas, pode estar isento de reconhecer e / ou mensurar ativos ou passivos específicos no período de três anos após a data de início da adoção do novo normativo. De acordo com a IPSAS 33.38, quando

se encontram reconhecidos os ativos e / ou passivos, não é necessário alterar políticas contabilísticas no que diz respeito à mensuração até expirar o referido período.

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação que contribua para reforçar a otimização de recursos internos, o Município tem trabalhado para aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

Desde 2020 para cá, para além da implementação do SNC-AP, o Município mudou de sistema informático de suporte financeiro, que se encontra em uso desde janeiro de 2022. Esta mudança de sistema informático trouxe desafios vários e, no que respeita ao desenvolvimento da implementação da NCP 27, foi possível concluir os trabalhos de desenvolvimento e parametrização da aplicação informática e assim passar a garantir o tratamento contabilístico do custo como exige a referida norma, a partir de 2023.

## **Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico**

### **1.1 - Identificação da entidade e período de relato**

A informação detalhada da entidade encontra-se no final do relato do anexo às demonstrações financeiras, “Caraterização da entidade” e o organograma do Município está disponível no seguinte sítio da internet: [www.cm-porto.pt/estrutura-orgânica](http://www.cm-porto.pt/estrutura-orgânica).

**Designação da entidade:** MUNICÍPIO DO PORTO

**Endereço Postal:** Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto

**NIF:** 501 306 099

**Regime financeiro:** Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

**Período de relato:** 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

**Tutela:** Ministério da Administração Interna

**Designação da entidade consolidante:** MUNICÍPIO DO PORTO

**Sede da entidade consolidante:** Praça General Humberto Delgado, 4049 - 001 Porto

**Recursos Humanos:** O número de efetivos, em 31.12.2023 totaliza 4.363, distribuído conforme quadro infra.

**Balanco social**

Rubrica	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total Efetivos	M	7	41	306	180	805	328	56	177	54	1954
	F	4	75	742	598	919	0	27	9	35	2409
	T	11	116	1 048	778	1 724	328	83	186	89	4 363
Comissão de Serviço	M	7	40	0	0	0	1	0	177	5	230
	F	4	74	0	0	0	0	0	9	3	90
	T	11	114	0	0	0	1	0	186	8	320
CTFP por tempo indeterminado	M	0	0	238	178	801	327	56	0	49	1649
	F	0	0	609	583	852	0	27	0	32	2103
	T	0	0	847	761	1 653	327	83	0	81	3 752
CTFP a termo resolutivo certo	M	0	0	64	0	1	0	0	0	0	65
	F	0	0	124	0	43	0	0	0	0	167
	T	0	0	188	0	44	0	0	0	0	232
CTFP a termo resolutivo incerto	M	0	0	4	2	3	0	0	0	0	9
	F	0	0	9	15	24	0	0	0	0	48
	T	0	0	13	17	27	0	0	0	0	57
Outra (d)	M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	T	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Representação Percentual	M	0,16%	0,94%	7,01%	4,13%	18,45%	7,52%	1,28%	4,06%	1,24%	44,79%
	F	0,09%	1,72%	17,01%	13,71%	21,06%	0,00%	0,62%	0,21%	0,80%	55,21%
	T	0,25%	2,66%	24,02%	17,84%	39,51%	7,52%	1,90%	4,27%	2,04%	100,00%

**1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que inclui as Normas de Contabilidade Pública (NCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, serão submetidas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal até final de abril, são expressas em Euros, e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando

satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023. A informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 foi preparada de acordo com o SNC-AP.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

#### **Comparabilidade:**

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as NCP previstas no SNC-AP.

### **1.3 - Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Município apresentava os seguintes valores de caixa e de depósitos bancários:

Conta	Un.:euros	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa (geral)	5 200,31	15 151,37
Serviço Emissor de Cobrança	206 317,24	190 502,45
Fundos de caixa	2 435,00	1 365,00
Depósitos bancários à ordem	59 957 329,85	68 715 401,13
Depósitos de garantias e cauções	6 785 842,90	5 398 918,68
	<b>66 957 125,30</b>	<b>74 321 338,63</b>

O valor apresentado em depósitos de garantias e cauções respeita a retenções em numerário e depósitos bancários para garantia da boa execução dos contratos, no âmbito das obras de urbanização e seu licenciamento e contratação pública.

## **Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme seguinte:

### **2.1 – Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município, exceto no que respeita ao passivo sobre obrigações de benefícios definidos, o qual é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que sejam formulados julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados no ponto - Principais fontes de incerteza das estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a definição e critérios da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros, enquanto moeda funcional e de apresentação.

### **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel e fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

### **Informação comparativa**

A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio de Continuidade, as políticas foram adotadas de modo consistente ao longo do tempo. Em face de eventuais alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas tendo por base:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe que tenha sido reclassificada;
- O motivo da reclassificação.

### **Consistência da apresentação**

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.

### **Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

### **Compensação**

Dada a sua importância, os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

**Continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

**Regime do acréscimo**

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas «Outras contas a receber», «Outras contas a pagar» ou «Diferimentos».

**2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes****Principais políticas contabilísticas:****Ativos intangíveis (NCP3)**

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A amortização calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Nos ativos intangíveis gerados internamente, as despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. Nos ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial será mensurado ao justo valor à data em que é adquirido. Os custos incorridos com a aquisição



de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Município necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Nos ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial será mensurado ao justo valor à data em que é adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Município necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

#### **Acordos de concessão de serviços: Concedente (NCP4)**

Os ativos construídos, melhorados ou adquiridos pelos concessionários no âmbito de acordos de concessão de serviços, reconhecidos inicialmente ou por reclassificação numa classe de ativos separada, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma qualquer de interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

No que diz respeito ao controlo do preço, recorrendo supletivamente à norma internacional de contabilidade pública que versa sobre os acordos de concessão de serviços (IPSAS 32), constata-se que apesar da alínea a) do ponto 9 referir que *“The grantor controls or regulates what services the operator must provide with the asset, to whom it must provide them, and at what price”*, o guia de aplicação da IPSAS 32 providencia informação adicional, que na NCP 4 é omissa, indicando que o controlo ou regulação pode ser efetuada por um regulador em nome do concedente, não sendo nesse caso exigido o controlo total sobre o preço, sendo suficiente que o mesmo seja estabelecido pelo regulador.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando o Município reconhece um ativo de concessão de serviços nas circunstâncias acima descritas, deve reconhecer também um passivo. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário.

A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato.

Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

(a) efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do “*passivo financeiro*”), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;

(b) compensar o concessionário por outro meio (o modelo de “*atribuição de um direito ao concessionário*”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação (“*modelo misto*”), a contabilização segue a divisão do acordo.

Nos casos em que o concessionário pague rendas ao Município e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de *revenue sharing*, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis a que o Município tem direito, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

### **Ativos fixos tangíveis (NCP5)**

A avaliação dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2000 (data de transição para o POCAL) foi realizada da seguinte forma:

os bens imóveis, bens do domínio público e outras infraestruturas foram registados de acordo com o método do custo ou método de mercado;

nos restantes bens móveis, utilizou-se como regra, o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor;

nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2001 até 1 de janeiro de 2020 (data de transição para SNC-AP) encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas. Já nos restantes ativos fixos tangíveis, adquiridos através de uma transação sem contraprestação, a sua mensuração foi realizada através de uma avaliação segundo critérios técnicos que se adequavam à natureza desses ativos, por entidades externas certificadas, ou através do VPT, e ainda internamente pela Comissão Municipal de Avaliação.

Após 1 de janeiro de 2020, os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos decorrentes de transações sem contraprestação encontram-se registados pelo seu VPT ou pelo justo valor.

As despesas com a conservação e manutenção que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, e são registadas na Demonstração dos resultados por natureza nas rubricas de «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

### **Locações (NCP6)**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados por natureza do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Neste particular, o Município não tem qualquer locação financeira.

### **Custo dos empréstimos obtidos (NCP7)**

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos foram capitalizados como parte do custo desses ativos. Considera-se que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

#### Capitalização de custos com empréstimos:

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

#### **Propriedades de investimento (NCP8)**

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, quando fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

A mensuração inicial destes ativos quando resultar de uma transação com contraprestação é realizada ao custo de aquisição. Ao invés, caso resulte de uma transação sem contraprestação, o custo é o justo valor à data de aquisição.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de «Propriedades de investimento».

### **Imparidade dos ativos (NCP9)**

A imparidade de um ativo reflete uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Num ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla.

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade quando a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados por natureza na rubrica de «Perdas por imparidade».

A quantia recuperável é determinada pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados por natureza, na rubrica de «Reversões de perdas por imparidade» e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

### **Inventários (NCP10)**

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda ou relacionados com a prestação de serviços, nomeadamente as mercadorias detidas para venda ou distribuição no decurso normal das operações, os materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, gratuitamente ou por valor simbólico ou ainda os adquiridos para aplicar no processo produtivo.

Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo justo valor à data de aquisição. Caso contrário, são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido ou o custo de reposição corrente, sejam estes para distribuir sem, ou com, contrapartida, respetivamente.

O custo inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que o Município espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados «Perdas por imparidade em inventários» e «Reversões de perdas por imparidade em inventários». Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um

gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado para os inventários é o do Custo Médio Ponderado.

### **Ativos Biológicos (NCP11)**

Ativos biológicos são animais ou plantas vivos que resultam de uma atividade agrícola, a qual consiste na gestão por uma entidade, na transformação biológica e da colheita de ativos biológicos com o objetivo de os:

- vender;
- distribuir gratuitamente ou com retribuição simbólica;
- converter em produtos agrícolas ou ativos biológicos adicionais para vender ou distribuir gratuitamente ou com retribuição simbólica.

Um ativo biológico deve ser registado pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, exceto quando o justo valor não puder ser mensurado com fiabilidade, pois nesse caso, o mesmo deverá ser registado pelo seu custo deduzido de depreciações ou perdas por imparidade acumuladas.

### **Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP13 e NCP14)**

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade. Por outro lado, nas transações sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Neste âmbito, para se distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Estes rendimentos são registados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.



#### Transferências e subsídios correntes obtidos:

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica «Subsídios à exploração» da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de «Diferimentos», sendo registados como rendimento do período (rubrica «Transferências e subsídios correntes obtidos»), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica «Imputação de subsídios» e «Transferências para investimentos») numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

#### **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (NCP15)**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. Quando não é provável que seja exigido um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um ex-fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Os passivos contingentes são passivos que, resultando de um acontecimento passado e cujo montante da obrigação pode ser mensurado com fiabilidade, depende da verificação, no futuro, de um acontecimento possível, mas não provável. Nesse sentido, estes passivos são apenas divulgados nas notas anexas, não sendo registados na contabilidade.

#### **Acontecimentos após a data de relato (NCP17)**

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas (Nota 17).

#### **Instrumentos financeiros (NCP18)**

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pelo Município, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: dinheiro; um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; um direito contratual: de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma

outra entidade; trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para o Município.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual: para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros são registados inicialmente de acordo com o modelo do justo valor. A mensuração subsequente vai depender das características dos ativos e passivos financeiros e das políticas contabilísticas, podendo ser aplicados o modelo do justo valor, do custo ou do custo amortizado.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### Créditos a receber:

Os créditos a receber são ativos financeiros, inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Benefícios dos empregados (NCP19)**

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios dos empregados podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

#### Benefícios a curto prazo dos empregados:

O Município reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

#### Benefícios pós-emprego - Planos de benefícios definidos:

As responsabilidades pós-emprego correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do Município com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, sendo reconhecida para tal, uma provisão para responsabilidades com pensões.

### **Partes relacionadas (NCP20)**

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

**Mensuração dos investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos (NCP21 e NCP 23)**

Nos termos da NCP 21.10 e do número 1.3 do Manual de implementação, nas demonstrações financeiras separadas, uma entidade pode optar pela contabilização dos seus investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos ao custo, de acordo com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros, ou segundo o método da equivalência patrimonial, nos termos da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. O Município mensura os seus investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos ao custo.

**2.3 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.**

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Município e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Município é apresentada na Nota 2.

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que o órgão de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são as que seguem:

i) Perdas por imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

ii) Provisões:

O Município analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

iii) Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

iv) Impostos a receber

A estimativa dos impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base nos seguintes pressupostos:

a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do portal das finanças.

b) Derrama: média da cobrança dos últimos 24 meses.

c) Participação no IVA: como o rendimento de 2023 irá constar no Orçamento de Estado apenas em 2025, a estimativa foi realizada de acordo com a informação reportada através do mapa das transferências para os municípios inscrito no Orçamento de Estado

para o ano de 2024, atualizado, tendo em conta a melhor estimativa quanto ao aumento ou redução do consumo para o ano de 2025.

#### **2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, foram considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras. Relativamente ao futuro mantem-se um cenário de incerteza face ao Conflito Armado na Ucrânia e no território da Faixa de Gaza, e o seu impacto na economia assim como o aumento da inflação e o impacto das políticas monetárias restritivas implementadas a nível mundial.

Não foram contudo identificadas pelo órgão de gestão situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade.

#### **2.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 2.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível, o seu impacto na economia, qualquer outra alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade destas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## 2.6 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Conforme definido na NCP 2, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data da alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa contabilística pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Uma alteração na estimativa da vida útil de um ativo depreciável, ou no modelo esperado de consumo de benefícios económicos ou potencial de serviço incorporados no mesmo, afeta o gasto de depreciação do período corrente e cada um de períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

## 2.7 – Erros materiais de períodos anteriores

Durante o presente período não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

## 2.8 – Erros materiais de períodos anteriores

Durante o presente período não foram identificados erros materiais de períodos anteriores, com exceção do referido na nota 28.2.

## Nota 3 – Ativos intangíveis

### 3.1 – Ativos intangíveis gerados internamente e outros

#### a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2015, de 11 de setembro.

Existem fichas de cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada. O quadro seguinte resume por classe, o número de anos de vida útil esperada:

Rubrica	anos de vida útil
Programas de computador e sistemas de informação	1 a 5
Propriedade industrial e intelectual	1 a 5



## b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método da linha reta.

## c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Un.:euros

Rubricas	31/12/2022				31/12/2023			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidades Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas de informação	26 827 292,13	24 513 024,45		2 314 267,68	28 810 105,12	26 134 697,84		2 675 407,28
Propriedade industrial e intelectual	268 922,10	120 277,52		148 644,58	268 922,10	125 177,16		143 744,94
	27 096 214,23	24 633 301,97	0,00	2 462 912,26	29 079 027,22	26 259 875,00	0,00	2 819 152,22

## d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciação e amortização respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 1.411.020,70 euros.

## e) Quantia escriturada e variações no período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Un.:euros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Variações							Quantia escriturada final Σ	
		Adições (2)	Transferências internas à entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de Perdas por Imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Amortizações do período (7)	Diferenças cambiais (8)		Diminuições (9)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação	2 314 267,68	1 505 780,72	477 032,27				-1 406 121,06		-215 552,33	2 675 407,28
Propriedade industrial e intelectual	148 644,58						-4 899,64			143 744,94
	2 462 912,26	1 505 780,72	477 032,27	0,00	0,00	0,00	-1 411 020,70	0,00	-215 552,33	2 819 152,22

A variação positiva ocorrida em 2023 no montante de 356.239,96 euros, justifica-se pelas novas adições do exercício na quantia de 1.505.780,72 euros registados, na rubrica de «Programas de computador e sistemas de informação», deduzidas das amortizações do período, no montante

de 1.411.020,70 euros, acrescida das transferências internas no valor de 477.032,27 euros e diminuições de 215.552,33 euros.

No tocante à coluna transferências internas à entidade foi objeto de transferência entre outros o projeto *software* designado como Plataforma de Gestão Cadastro Rede Fibra Ótica da Cidade, do domínio público no valor de 459.910, 70 euros.

### e.1) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

Un.:euros

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	Σ
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação		1 505 780,72								1 505 780,72
	0,00	1 505 780,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 505 780,72

As principais adições ocorridas em 2023, prendem-se fundamentalmente com aquisições e renovações de licenças de *software*, bem como no desenvolvimento de sistemas de informação. Destacam-se, o contrato de manutenção aplicativos: *GISA*, *Locvs*, Guia, *SMQVU* e *Geovista- 2º* ano, manutenção e suporte do sistema de gestão documental e *workflow* PortoDoc e K2 manutenção anual de licenças de *software*, aquisição de novas licenças e aquisição de licenças Software plataforma gestão rede fibra ótica, serviços de manutenção do Licenciamento do Sistema de Gestão de Processos BPM K2 - Plataforma K2, e desenvolvimentos do ERP financeiro “PRIMAVERA Public Sector”.

## e.2) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes diminuições:

Un.:euros

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (1)	Transferência ou troca (2)	Fusão, cisão, reestruturação (3)	Outras (4)	Total (5)= (1) + (2) + (3) + (4)
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador e sistemas de informação				-215 552,33	-215 552,33
	0,00	0,00	0,00	-215 552,33	-215 552,33

O montante de 215.552,33 euros decorre de ajustamentos no valor das depreciações acumuladas.

## 3.2 – Outras divulgações de ativos intangíveis

### a) Ativos intangíveis relevantes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Município detinha os seguintes ativos intangíveis que, individualmente, se apresentam como relevantes para as demonstrações financeiras:

Un.:euros

Descrição	Período de amortização remanescente (n.º de meses)	Ativo líquido	
		31/12/2023	31/12/2022
ERP - Primavera	96	879 866,58	817 570,83
Software "Plataforma de Gestão e Cadastro da Rede de Fibra Ótica da Cidade do Porto" (APD)	36	447 135,40	112 927,02
Constituição de Direito de Superfície a favor do Município pelo Estado Português (no âmbito do Centro Materno Infantil e Parceria e Antunes)	348	141 681,12	146 580,76
Portal Colaborativo do Executivo (Pde)/ Assembleia Municipal	84	135 094,19	145 744,25
Licenciamento Oracle	11	126 474,15	136 393,88
Microsoft Office Desktop Professional (CPCJ)	21	106 830,73	180 006,97

## 3.3 – Despesas de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como gasto durante o período

Durante o exercício de 2023, foi reconhecido como gasto do período o montante de 56.093,28 euros, respeitantes à aquisição de serviços de informática genéricos, que não se consubstanciam em pesquisa ou desenvolvimento dos atuais ativos intangíveis.

### 3.4 – Outras divulgações

#### a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso

Un.:euros

Descrição	Valor aquisição
Programas de Computador e Sistemas de Informação	24 814 144,31
Propriedade Industrial e Intelectual	66 815,99
	<b>24 880 960,30</b>

No que respeita aos programas de computador e *software*, está a decorrer um trabalho de reconciliação com os sistemas de informação do Município, no sentido de confirmar o abate de qualquer ativo intangível totalmente amortizado e que não gera benefícios económicos futuros, de modo a proporcionar uma informação mais fidedigna desta rubrica do ativo.

#### Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Em 31 de dezembro de 2023, o Município do Porto detinha os seguintes acordos enquadráveis em natureza de concessão de serviços:

Un.:euros

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato (ativos)	Rendas (recebidas até 31/12/2023)	Pagamentos ao concessionário		
						Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento SA	Parque de estacionamento sito na Praça D. João I (a)	01/12/2001 a 30/11/2021	516 716,85	2 844 820,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, S.A.	Parque de estacionamento sito na Praça Lisboa	23/12/1988 a 26/08/2023	2 281 215,60	3 063 906,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, S.A.	Parque de estacionamento sitona Praça do Infante D. Henrique (b)	15/10/2001 a 14/10/2021	389 385,96	853 415,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	Admirable Avenue, S.A.	Parque de estacionamento sitona Praça do Infante D. Henrique (c )	15/12/2021 a 15/12/2028		2 870 181,00			
Construção e gestão de parques de estacionamento público	BRAGAPARQUES - Estacionamentos, S.A.	Parque de estacionamento sito na Praceta Adelino Amaro da Costa	23/10/2008 a 22/10/2028	1 520 351,89	604 138,00			
Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos	Eporto Estacionamentos Públicos do Porto S.A.	Lugares de estacionamento na via pública	01/03/2016 a 29/02/2028	3 114 023,08	35 898 908,00			
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A	Equipamento específico da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	22/12/2006 a 22/12/2026	22 194 925,55	111 718 756,00			
				<b>30 016 618,93</b>	<b>157 854 124,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a) De acordo com o Acordo de Entendimento de 31 de novembro de 2021, a data de início da exploração foi adiada por força da arbitragem atualmente em curso

b) Contrato de concessão terminado em 2021

c) Alteração de concessionário

Relativamente aos contratos de concessão acima identificados, correspondem todos a um modelo de atribuição de um direito ao concessionário.

Desde 2020 até 2022 o Município excecionava o contrato com a E-REDES ao qual se aplicava um “modelo misto”.

Em 2023 o Município procedeu novamente a uma análise deste contrato tendo optado por não inscrever o valor de resgate ou de indemnização, em outras contas a pagar.

A E-REDES, em 2023, na sua comunicação menciona o valor provisório de cerca de 15 milhões de euros como sendo o “valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização)”, referindo de seguida que, no caso de hipotético resgate da concessão, o valor efetivo da indemnização poderá não ser esse valor mencionado, pois irá pressupor um conjunto de dados que só serão determinados com rigor à data do cálculo.

No Relatório de Prestação de Contas de 2022, o Município já havia pronunciado sobre a inscrição do valor referindo que “... o Município optou por o inscrever não representando uma aceitação ou reconhecimento do valor dos ativos para efeitos de “fecho” do contrato de concessão em vigor. Eventuais acertos a favor do Município que poderão ser efetuados têm uma natureza contingente e não são passíveis de ser estimados a esta data...”

Assim, de forma a harmonizar a contabilização do contrato de concessão da E-REDES com os restantes municípios, o valor de resgate não se encontra contabilizado.

No que respeita ao valor da estimativa correspondente ao valor das depreciações de 2022, tendo em conta a exigibilidade, foi registado no passivo corrente uma parte da estimativa e o restante em passivo não corrente. Esta estimativa correspondente ao valor das depreciações de 2022, foi obtida de acordo com a informação disponível no Portal “autarquia.e-redes.pt”.

De igual modo, e tendo em consideração o valor comunicado pela E-REDES, procedeu-se à correção do valor do registo deste contrato de concessão, passando a deduzir ao valor líquido dos ativos, o respetivo subsídio ao investimento, conforme o descrito na nota 31.

## **Nota 5 - Ativos fixos tangíveis**

### **a) Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes de 1 de janeiro de 2020 encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios geralmente aceites até àquela data, deduzidos das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 foram registados da seguinte forma:

#### Mensurados ao custo:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação com contraprestação ou construídos para a própria entidade foram registados ao custo de aquisição ou de produção, respetivamente, líquidos das respetivas depreciações. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera vir a incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme o apropriado, somente quando é provável que os benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo poder ser mensurado com fiabilidade. Os custos de manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

#### Mensurados ao justo valor:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação foram registados de acordo com o seu justo valor ou valor de mercado à data da transação, obtidos internamente segundo os critérios e as regras previstas no SNC-AP ou através do seu Valor Patrimonial Tributário (VPT):

Un.:euros

Tipologia	Valor Escriturado	
	VPT	Justo Valor
Edifícios do Domínio Privado	37 827 105,28	
Terrenos do Domínio Privado	12 638 029,35	
Terrenos do Domínio Público	21 650,42	
	<b>50 486 785,05</b>	<b>0,00</b>

#### b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gasto do período.

#### c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. O quadro seguinte resume por classe o número de anos de vida útil esperada:

Rubrica	anos de vida útil
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	10 a 100
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos Biológicos	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8

**d) Ativos fixos tangíveis e variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Un.:euros

Rubricas	31/12/2022				31/12/2023			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>								
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	85 868 844,38	26 340 980,36		59 527 864,02	85 536 850,70	26 191 293,61		59 345 557,09
Edifícios e outras construções	27 630 410,88	12 108 025,71		15 522 385,17	44 489 727,16	13 484 919,61		31 004 807,55
Infraestruturas	550 620 717,61	355 306 328,51		195 314 389,10	572 680 296,10	373 353 797,52		199 326 498,58
Património histórico, artístico e cultural	6 060 298,25	20 593,92		6 039 704,33	6 263 097,81	20 593,92		6 242 503,89
Outros bens de domínio público em curso	32 821 248,77			32 821 248,77	19 247 488,52			19 247 488,52
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Edifícios e outras construções	7 821 693,38	1 171 797,10		6 649 896,28	7 821 693,38	1 562 396,13		6 259 297,25
Infraestruturas	43 557 286,33	12 255 581,85		31 301 704,48	35 251 690,37	13 056 764,82		22 194 925,55
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	487 562 548,40	158 825,69		487 403 722,71	500 587 002,33	158 825,69		500 428 176,64
Edifícios e outras construções	842 620 982,09	367 641 529,95		474 979 452,14	914 540 519,08	391 684 493,27		522 856 025,81
Equipamento básico	26 568 997,94	20 678 651,28		5 890 346,66	29 186 799,77	22 229 013,18		6 957 786,59
Equipamento de transporte	14 889 530,02	10 223 914,01		4 665 616,01	15 264 821,28	11 555 025,90		3 709 795,38
Equipamento administrativo	9 477 785,85	8 733 408,49		744 377,36	9 523 725,52	8 643 885,13		879 840,39
Equipamentos biológicos	11 236,00	4 230,78		7 005,22	11 236,00	5 635,36		5 600,64
Outros	3 294 193,51	2 803 470,24		490 723,27	3 550 339,30	2 916 219,26		634 120,04
Ativos fixos tangíveis em curso	141 874 162,32			141 874 162,32	141 911 947,92			141 911 947,92
	<b>2 280 679 935,73</b>	<b>817 447 337,89</b>	<b>0,00</b>	<b>1 463 232 597,84</b>	<b>2 385 867 235,24</b>	<b>864 862 863,40</b>	<b>0,00</b>	<b>1 521 004 371,84</b>

Os ativos fixos tangíveis mais relevantes encontram-se detalhados no Anexo I às presentes demonstrações financeiras.



**e) Ativos fixos tangíveis e quantia escriturada e variações do período**

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Un.: euros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	Σ
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>										
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais	59 527 864,02	55 756,42	-238 063,35						0,00	59 345 557,09
Edifícios e outras construções	15 522 385,17		16 859 219,55				-1 376 797,17		0,00	31 004 807,55
Infraestruturas	195 314 389,10	4 109 622,11	17 799 722,82				-17 835 740,36		-6 799,54	199 381 194,13
Património histórico, artístico e cultural	6 039 704,33	217 728,16	-14 928,60						0,00	6 242 503,89
Outros bens de domínio público em curso	32 821 248,77	23 185 168,18	-36 758 928,43						0,00	19 247 488,52
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
Edifícios e outras construções	6 649 896,28						-390 599,03		0,00	6 259 297,25
Infraestruturas	31 301 704,48						-9 161 474,48		0,00	22 140 230,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	487 403 722,71	13 255 793,58	-26 709,04						-204 630,61	500 428 176,64
Edifícios e outras construções	474 979 452,14	37 980 254,20	35 733 544,26				-23 914 183,43		-1 923 041,36	522 856 025,81
Equipamento básico	5 890 346,66	2 701 071,21	239 750,98				-1 812 437,80		-60 944,46	6 957 786,59
Equipamento de transporte	4 665 616,01	354 245,39	46 398,54				-1 340 339,42		-16 125,14	3 709 795,38
Equipamento administrativo	744 377,36	334 047,28	-13 636,03				-184 002,43		-945,79	879 840,39
Equipamentos biológicos	7 005,22						-1 404,58		0,00	5 600,64
Outros	490 723,27	309 408,91	-27 265,91				-137 448,84		-1 297,39	634 120,04
Ativos fixos tangíveis em curso	141 874 162,32	34 158 699,53	-34 120 913,33						0,00	141 911 947,92
	<b>1 463 232 597,84</b>	<b>116 661 794,97</b>	<b>-521 809,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-56 154 427,54</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 213 784,29</b>	<b>1 521 004 371,84</b>

No que respeita aos ativos fixos tangíveis e para o ano 2023, estes sofreram a influência da concretização da transferência de competências no domínio da educação, prevista no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual. Ao longo do exercício de 2023, o Município, averbou à matriz a seu favor 15 dos 18 equipamentos escolares transferidos, obtendo assim o VPT desses 15 equipamentos, que permitiram reconhecer e mensurar. Os restantes 3 equipamentos encontram-se nesta data por averbar, pelo que, o Município recolheu os elementos essenciais, nomeadamente áreas através do SicadPorto e recorrendo ao simulador do VPT da Autoridade Tributária e Aduaneira, apurou o valor para os 3 equipamentos.

Este valor será aproximado ao que efetivamente irá ser registado na matriz, em 2024.

As adições são explicadas essencialmente pela rubrica de Edifícios e outras construções 37.980.254,20 euros, para as quais contribuiu a integração dos equipamentos escolares com 37.827.105,28 euros, pelos ativos fixos tangíveis em curso de 34.158.699,53 euros, e pelos Terrenos e Recursos Naturais de 13.255.793,58 euros, onde se incluem os terrenos dos equipamentos escolares decorrentes da transferência de competências na área da Educação, em 12.615.459,35 euros.

Os ativos fixos tangíveis em curso registam um aumento em resultado das várias empreitadas desenvolvidas pelas empresas municipais, DomusSocial, EM e GO Porto, EM, no âmbito dos contratos de mandato e de gestão de empreendimentos, respetivamente, estabelecidos com o Município, conforme detalhe apresentado na nota 5.3 c) - Outras Divulgações.

Neste contexto constam, entre outras, a grande reabilitação das habitações públicas, as intervenções efetuadas na melhoria da mobilidade e infraestruturas com destaque para o Programa Rua Direita e corredores saudáveis, para o Projeto da Passagem Inferior do Terminal Intermodal de Campanhã e parque desportivo de Ramalde fase II.

### e.1) Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS	Adições										Un.:euros
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, dsão, reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	Σ
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>											
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais		22 606,00		11 500,00		21 650,42					55 756,42
Infraestruturas		2 646 609,53				1 463 012,58					4 109 622,11
Património histórico, artístico e cultural		217 728,16									217 728,16
Outros bens de domínio público em curso		23 185 168,18									23 185 168,18
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Infraestruturas											0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais		614 484,23		12 615 459,35		25 850,00					13 255 793,58
Edifícios e outras construções		153 148,92		37 827 105,28							37 980 254,20
Equipamento básico		2 701 071,21									2 701 071,21
Equipamento de transporte		353 845,42							399,97		354 245,39
Equipamento administrativo		334 047,28									334 047,28
Outros		309 408,91									309 408,91
Ativos fixos tangíveis em curso		34 158 699,53									34 158 699,53
	0,00	64 696 817,37	0,00	50 454 064,63	0,00	1 510 513,00	0,00	0,00	0,00	399,97	116 661 794,97

No que respeita às adições ocorridas em 2023, de salientar os movimentos de transferência ocorridos nas rubricas de outros «Terrenos e recursos naturais» e «Edifícios e outras construções», nos montantes de 12.615.459,35 euros e 37.827.105,28 euros, respetivamente, resultantes da integração dos equipamentos escolares decorrentes da transferência de competências, na área da Educação.

## e.2) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes diminuições:

Un.:euros

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (1)	Transferência ou troca (2)	Devolução ou Reversão (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total Σ
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
Infraestruturas					-6 799,54	-6 799,54
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	-200 338,21	-4 292,40				-204 630,61
Edifícios e outras construções	-271 223,06				-1 651 818,30	-1 923 041,36
Equipamento básico	-1 508,74				-59 435,72	-60 944,46
Equipamento de transporte					-16 125,14	-16 125,14
Equipamento administrativo					-945,79	-945,79
Equipamentos biológicos						0,00
Outros					-1 297,39	-1 297,39
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00
	<b>-473 070,01</b>	<b>-4 292,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 736 421,88</b>	<b>-2 213 784,29</b>

Para as diminuições concorreram os movimentos de alienação no montante de 473.070,01 euros, nomeadamente de diversas parcelas de terreno e habitações municipais no montante de 471.561,27 euros, e ainda de diverso equipamento informático no montante de 1.508,74 euros.

## 5.2 – Depreciações reconhecidas nos resultados e a parte incluída no custo de outros ativos

Os gastos e reversões de depreciações respeitantes a ativos fixos tangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 56.154.427,54 euros.

## 5.3 – Outras divulgações

### a) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso

Un.:euros

Tipo de Bem	Valor Inicial
Edifícios	40 040 948,36
Infraestruturas	54 821 579,52
Móveis	24 135 573,77
Outras Construções	4 375 821,38
Património histórico, Artístico e Cultural	15 759,58
Viaturas	7 051 124,09
	<b>130 440 806,70</b>

## b) Ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação

Apesar de, em termos orçamentais, ter sido reconhecida a intenção de alienar ativos fixos tangíveis, entendeu-se por bem que não estavam ainda cumpridos todos os requisitos necessários à reclassificação destes ativos, na medida em que os procedimentos administrativos associados às hastas públicas ainda não estavam concluídos.

## c) Ativos fixos tangíveis em curso

Apresenta-se seguidamente, os principais ativos fixos tangíveis em curso à data de 31.12.2023, cujo valor contabilístico é superior a 1.000 000,00 euros. Ressalva-se que alguns bens já existiam e que foram ou estão a ser objeto de melhoramentos, reconstruções ou conservação substancial.

Por outro lado, alguns bens foram objeto de encerramento parcial, estando considerados em ativos fixos tangíveis.

Descrição	Un.:euros	
	31/12/2023	31/12/2022
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Cerco do Porto	16 131 144,00	12 630 371,48
Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão - Indemnizações	10 746 253,81	10 681 941,30
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Monte da Bela	6 810 736,27	6 717 987,52
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Falcão	6 768 993,81	6 646 705,09
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro de S. João de Deus	5 731 928,08	5 730 311,07
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Bom Pastor	4 986 397,06	4 997 011,51
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro da Pasteleira	4 795 682,36	1 851 125,60
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Engº Machado Vaz	3 649 727,32	3 669 402,12
Melhoria da Mobilidade e Transportes: Programa Rua Direita - Grupo 1	3 638 599,41	1 208 931,68
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Lagarteiro	2 743 303,85	2 644 841,72
Reabilitação da Urbanização de Santa Luzia	2 517 595,85	2 503 700,78
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro da Fonte da Moura	2 405 130,22	551 776,62
Manutenção Corrente (corretiva) e Preventiva de Equipamentos Públicos Municipais: Paços do Concelho	2 310 392,82	1 731 638,36
Construção de Habitação Social na Travessa de Salgueiros - Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb	2 257 166,91	2 257 166,91
Manutenção Corrente (corretiva) e Preventiva de Equipamentos Públicos Municipais: Palácio dos Correios	2 103 294,77	1 858 458,68
Manutenção Corrente (corretiva) e Preventiva de Equipamentos Públicos Municipais: Reservas dos Museus Municipais	1 696 750,65	616 845,70
Manutenção corrente (corretiva) e preventiva de equipamentos públicos municipais - Outros Edifícios Municipais	1 385 772,86	1 254 117,27
Manutenção Corrente (corretiva) e Preventiva de Equipamentos Públicos Municipais: Oficinas da Câmara	1 359 842,04	1 205 502,27
Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão - Equipamentos	1 347 489,87	1 192 480,57
Conservação e Reabilitação de Imóveis para Arrendamento Acessível	1 315 909,85	254 163,32
Empreitada do Terminal Intermodal de Campanhã: Passagem inferior pedonal TIC	1 310 781,91	441 672,25
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro de Aldoar	1 285 641,47	1 192 321,92
Melhoria da Mobilidade e Transportes: Corredores Saudáveis - construção	1 233 536,42	32 966,97
Melhoria da Mobilidade e Transportes: Rua António Enes e Outras	1 181 972,61	795 427,53
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro de S. Roque da Lmeira	1 150 593,53	1 139 266,04
Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro das Condominhas	1 102 272,26	1 726 190,83

## Nota 6 – Locações

### 6.1 - Locações operacionais – locatários

Un.:euros

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Imóveis	18 215 325,97	2 698 304,69		9 991 719,21		1 656 563,75	6 567 043,01		8 223 606,76
Veículos automóveis	19 261 316,62	1 686 874,90		8 294 957,15		3 075 056,71	7 891 302,76		10 966 359,47
Equipamento informático	26 568,00	0,00		22 140,00		4 428,00	0,00		4 428,00
Outro equipamento operacional	708 417,81	339 794,19		357 582,45		235 744,40	115 090,96		350 835,36
Contentores	510 354,79	81 104,68		419 292,90		74 025,73	17 036,16		91 061,89
	<b>38 721 983,19</b>	<b>4 806 078,46</b>	<b>0,00</b>	<b>19 085 691,71</b>	<b>0,00</b>	<b>5 045 818,59</b>	<b>14 590 472,89</b>	<b>0,00</b>	<b>19 636 291,48</b>

Face ao elevado número de contratos de locação operacional nos quais o Município é o locatário, no apuramento dos valores apresentados no quadro anterior, foram considerados apenas os contratos mais relevantes e cuja amostra é representativa dos montantes envolvidos. Nesta medida, tendo em conta a despesa paga no ano de 2023, foram considerados as seguintes amostras: Imóveis – 100%, Veículos automóveis – 100%, Equipamento informático – 100%, Contentores e outro equipamento operacional – 98%.

### 6.2 - Locações operacionais – locadores

Un.:euros

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados (3)			
		Período		Acumulado	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes
Terrenos	224 761,17	49 678,65		2 057 636,36	
Espaços	3 090 289,69	5 617 027,29		26 655 659,08	
Equipamentos	0,00	0,00		0,00	
Outras habitações	456 313,44	112 661,13		1 159 892,82	
Materiais e outro bens	0,00	0,00		0,00	
	<b>3 771 364,30</b>	<b>5 779 367,07</b>	<b>0,00</b>	<b>29 873 188,26</b>	<b>0,00</b>

Nos contratos de locação operacional em que o Município é o locador, o valor dos contratos foi apurado com base na informação das rendas anuais registadas no SGOPM. Já o total dos pagamentos acumulados e do período foram obtidos através do somatório dos valores cobrados a cada uma das entidades que, de acordo com a análise da execução orçamental de cada uma das rubricas económicas associadas às locações, se entendeu estarem relacionadas com este tipo de contratos.

### Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos foram reconhecidos através do modelo de capitalização, na medida em que foi possível atribuir estes custos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica e, daí resulte, que a sua capitalização alcance benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, tendo sido possível a sua mensuração com fiabilidade.

O montante apurado, relativo à quantia capitalizada durante este exercício, corresponde ao valor dos juros pagos no ano, apresentados no quadro seguinte:

Un.:euros

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato (meses)	Capital		Taxa de juro (%)		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amort.	Juro	Total	Amort.	Juro	Total			
Banco BPI	2018-10-24	2019-02-28	144	39 000 000,00	27 728 520,05	0,68	0,40	12 680 037,20	0,00	12 680 037,20	5 770 409,80	402 546,04	6 172 955,84	0,00	15 048 482,85	9 278 073,05
				39 000 000,00	27 728 520,05			12 680 037,20	0,00	12 680 037,20	5 770 409,80	402 546,04	6 172 955,84	0,00	15 048 482,85	9 278 073,05

Em 2018, o Município celebrou um contrato de empréstimo de médio/longo prazo com o Banco BPI, até ao montante de 39.000.000,00 euros, para cobertura de necessidades de investimento, nomeadamente, reabilitação/restauração de edifícios, eficiência energética, intervenções na via pública, entre outros. Até 31 de dezembro de 2023, utilizou-se o montante de 27.728.520,05 euros, tendo sido amortizado até 2023 o montante de 18.450.447,00 euros. No presente exercício a amortização foi de 5.770.409,80 euros, a qual inclui uma amortização extraordinária de 4.000.000,00 euros.

Un.:euros

Empréstimo	Exigibilidade	
	Curto prazo	Médio Longo prazo
BPI - Reabilitação/restauração de edifícios, em eficiência energética	1 237 076,46	8 040 996,59
<b>Total</b>	<b>1 237 076,46</b>	<b>8 040 996,59</b>

No decorrer do exercício de 2023, não houve lugar a capitalização juros, uma vez que os investimentos associados ao empréstimo de médio/ longo prazo contratualizado com o Banco BPI, se encontravam concluídos ou substancialmente concluídos para o uso pretendido ou venda, enquadrando-se assim no disposto da NCRF 10 no que respeita a cessação da capitalização, exaltando-se que:

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve cessar quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

(...)

Quando a construção de um ativo que se qualifica for concluída por partes e cada parte estiver em condições de ser usada enquanto a construção continua noutras partes, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar essa parte para o seu pretendido uso ou venda estejam concluídas.

## Nota 8 – Propriedades de investimento

### 8.1 – Propriedades de investimento segundo uma locação financeira ou locação operacional

As propriedades de investimento do Município estão todas relacionadas com contratos de locação operacional, cujo valor das rendas apuradas através do SGOPM podem ser discriminadas de acordo com os seguintes tipos de imóveis:

Un.:euros

Descrição	Rendas 2023
<b>Locações Operacionais:</b>	
Edifício	
Arrendamentos	1 209 987,84
Cedência em direito de superfície (outras entidades)	90 563,96
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	40 733,64
Concessão de exploração de imóveis municipais	2 946 328,13
Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais	13 203,05
Equipamento	
Arrendamentos	7 726,08
Cedência em direito de superfície (Águas do porto)	373,68
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	8 530,44
Concessão de exploração de imóveis municipais	6 783,36
Ocupação e exploração de quiosques	222 000,00
Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais	467,16
Outras ocupações de espaço público	123 982,92
Fração	
Arrendamentos	192 545,64
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	14 638,44
Concessão de exploração de imóveis municipais	24 600,00
Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais	7 241,04
Terreno	
Arrendamentos	79 562,91
Cedência em direito de superfície (Coop.Construção e Habitação)	23 033,80
Cedência em direito de superfície (outras entidades)	31 387,05
Cedência temporária de edifícios (Interesse Público)	12 134,28
Concessão de exploração de imóveis municipais	268 994,16
Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais	112 111,32
	<b>5 436 928,90</b>

## 8.2 – Modelo do custo

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, acrescido de dispêndios de investimento diretamente atribuíveis e deduzidas de depreciações.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Un.: euros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)						Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de domínio público	2 673 742,90			-32 591,33				2 641 151,57		222 000,00	
Terrenos e recursos naturais	4 494 065,79							4 494 065,79		224 761,17	
Edifícios e outras construções	34 037 362,86		45 476,48	-801 377,26				33 281 462,08		4 990 167,73	
	41 205 171,55	0,00	45 476,48	-833 968,59	0,00	0,00	0,00	40 416 679,44	0,00	5 436 928,90	0,00

De destacar, nos ativos da rubrica de edifícios e outras construções, classificados como propriedades de investimento, o Super *Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota*, cuja quantia escriturada, em 31 de dezembro de 2023, ascende a 13.502.847,96 euros.

As transferências internas à entidade resultam da reclassificação de imóveis anteriormente registados na rubrica dos ativos fixo tangíveis.

### Nota 9 – Imparidade de ativos

Não foram identificados indícios de imparidade de ativos que suscitasse a realização de testes de imparidade, não existindo assim qualquer montante a evidenciar.

### Nota 10 – Inventários

#### 10.1 - Políticas contabilísticas e métodos de custeio usados

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.



- Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao mais baixo entre o custo de produção e o valor realizável líquido. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

### 10.2 - Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2023, os inventários encontravam-se registados pelas seguintes quantias:

Un.:euros

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)= (2)-(3)
Mercadorias	20 099,49		20 099,49
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	289 051,54	89 903,14	199 148,40
Produtos acabados e intermédios	7 203,63		7 203,63
	<b>316 354,66</b>	<b>89 903,14</b>	<b>226 451,52</b>

### 10.3 - Inventários (movimentos do período)

Durante o exercício de 2023, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Un.:euros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos no período							Quantia escriturada final Σ
		Compras líquidas (2)	Consumos / gastos (3)	Variações nos inventários de produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	20 099,49								20 099,49
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	301 795,72	359 847,30	-313 494,41				-254 492,82	105 492,61	199 148,40
Produtos acabados e intermédios	7 203,63								7 203,63
	<b>329 098,84</b>	<b>359 847,30</b>	<b>-313 494,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-254 492,82</b>	<b>105 492,61</b>	<b>226 451,52</b>

As perdas por imparidade decorrem da existência em armazém de mercadorias com pouca rotação, defeituosas, deterioradas ou obsoletas.

A variação negativa de 149.000,21 de euros, entre reduções e aumentos decorre das regularizações das contagens físicas em inventário.

## Nota 11 – Agricultura

### 11.1 – Divulgações gerais

Os ativos biológicos registados a 31 de dezembro de 2023 dizem respeito à atividade agrícola associada aos viveiros municipais, uma vez que aí são produzidas e colhidas 90% das plantas (árvores, arbustos e herbáceas) utilizadas na cidade, permitindo desde logo a sua operacionalidade, na manutenção e criação de novos jardins.

Estes ativos biológicos estão mensurados pelo seu justo valor, correspondente ao preço de venda em mercado estabelecido no ponto de colheita.

Durante o exercício de 2023, as quantias escrituradas e os movimentos nos ativos biológicos foram os seguintes:

Un.: euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Variações no justo valor	Quantia escriturada final
		Compra	Transação sem contraprestação	Outros aumentos	Total dos aumentos	Venda	Transação sem contraprestação	Outras diminuições	Total das diminuições		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)	12=(2)+(6)-(10)+/- (11)
Plantas consumíveis para alienação sem contraprestação											
Viveiros Municipais	223 615,57				0,00				0,00	34 599,34	258 214,91
Total dos Ativos Biológicos	223 615,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34 599,34	258 214,91
Produtos agrícolas no ponto de colheita											
	223 615,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34 599,34	258 214,91

## Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

### 13.1 – Políticas contabilísticas e métodos adotados

De acordo com a NCP 13, o Município aplica as seguintes políticas contabilísticas nos rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- a) Prestação de serviços – o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por natureza com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço.
- b) Venda de bens - o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas:
  - Se tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
  - Se não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

- Se a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
  - Se for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município;
  - Se os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.
- a) Juros – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.
- b) Royalties – o rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.
- c) Dividendos ou distribuições similares – o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

### 13.2 – Rendimentos por tipo de transação

Durante o exercício de 2023, o Município registou os seguintes rendimentos por categoria de transação:

Un.: euros

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Prestações de serviços e concessões</b>	<b>12 782 803,04</b>	<b>14 120 437,20</b>
Serviços específicos das autarquias locais	3 083 098,14	3 012 884,37
Concessões	4 791 937,44	5 391 099,37
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 702 450,82	1 392 490,41
Aluguer de equipamentos	16 153,81	1 527,26
Arrendamento	3 117 256,23	4 063 123,26
Outros serviços	71 906,60	259 312,53
<b>Vendas</b>	<b>36 433,03</b>	<b>73 769,65</b>
Produtos acabados e intermédios	13 119,18	11 619,20
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	23 313,85	62 150,45
<b>Juros</b>	<b>640 886,16</b>	<b>233 526,79</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	130 312,22	6 737,31
Dividendos ou distribuições similares:	<b>350 941,77</b>	<b>226 789,48</b>
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	350 941,77	226 789,48
Outros rendimentos similares	159 632,17	0,00
<b>Outros rendimentos</b>	<b>22 775 913,20</b>	<b>20 416 072,45</b>
Rendimentos suplementares	13 590 355,81	10 158 922,38
Rendimentos em investimentos não financeiros	3 406 237,18	5 755 332,60
Outros rendimentos do Estado	57 808,88	0,00
Outras correções relativas a períodos anteriores	3 668 206,72	3 567 786,22
Outros não especificados	2 053 304,61	934 031,25
	<b>36 236 035,43</b>	<b>34 843 806,09</b>

O aumento registado em rendimentos suplementares decorre essencialmente das rendas recebidas por força dos contratos de concessão em especial da concessão do parque de estacionamento da Praça do Infante D. Henrique, parque de estacionamento da Praça D. João I e da concessão com a E-Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

#### **Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**

##### **14.1 – Divulgação de rendimentos sem contraprestação**

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente impostos, taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos quando o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Os ativos adquiridos através de transações sem contraprestação são, por sua vez, mensurados inicialmente, pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os passivos associados a qualquer uma responsabilidade relativa a uma entrada de recursos, são mensurados inicialmente através da melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação na data do relato.

Durante o exercício de 2023, o Município registou, por classes, nas demonstrações financeiras, os seguintes rendimentos sem contraprestação, assim como as respetivas quantias por receber e adiantamentos:

Un.:euros

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em				Quantias por receber		Acréscimos de rendimentos	Adiantamentos recebidos
	31/12/2023		31/12/2022		Início do período	Final do período		
	Resultados	Património líquido	Resultados	Património líquido				
<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>208 725 941,68</b>		<b>188 053 729,45</b>		<b>7 483 004,81</b>	<b>14 052 992,80</b>		
Impostos diretos	75 982 588,21		74 906 218,34		0,00	0,00		
Derrama	27 617 915,33		25 445 439,57				24 613 774,00	
Imposto municipal sobre imóveis	40 739 625,55		42 456 443,06				41 928 210,00	
Imposto único de circulação	7 554 890,23		6 997 556,34				468 389,70	
Outros	70 157,10		6 779,37					
Impostos indiretos	84 450 390,49		72 872 875,06		509 320,01	306 849,83		
Imposto municipal sobre as transmissões	84 450 390,49		72 872 875,06				6 248 915,77	
Taxas	42 155 542,94		35 047 275,30		6 966 723,10	13 627 300,37		
Multas e outras penalidades	6 137 420,04		5 227 360,75		6 961,70	118 842,60		
<b>Transferências sem condição</b>	<b>56 014 755,70</b>		<b>54 865 232,14</b>		<b>2 500,00</b>	<b>70 829,02</b>		
Fundo Social Municipal (FSM)	2 998 210,00		3 996 443,00					
Participação no IRS	27 065 838,00		27 895 452,00				27 065 838,00	
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	23 126 157,00		14 935 163,32					
Participação do IVA	1 571 043,33		2 788 474,40				4 359 493,00	
Outras	921 049,67	51 903 297,21	4 879 649,32	0,00				
Serviços e Fundos Autónomos	44 359,83		124 178,16					
Administração Local	7 500,00		0,00					
Resto do Mundo	280 597,87		245 871,94					
<b>Subsídios sem condição</b>	<b>0,00</b>	<b>2 619 443,10</b>	<b>0,00</b>	<b>4 152 389,70</b>				
<b>Legados, ofertas e doações</b>	<b>0,00</b>	<b>47 500,42</b>	<b>0,00</b>	<b>2 739,55</b>				
<b>Outros</b>	<b>21 570 868,94</b>		<b>18 374 840,85</b>		<b>1 860 962,08</b>	<b>1 360 167,04</b>		
	<b>286 311 566,32</b>	<b>54 570 240,73</b>	<b>261 293 802,44</b>	<b>4 155 129,25</b>	<b>16 829 471,70</b>	<b>29 536 981,66</b>	<b>104 684 620,47</b>	<b>0,00</b>

As principais transações sem contraprestação reconhecidas como rendimento pelo Município estão relacionadas com os impostos diretos e indiretos, nomeadamente o IMI, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e os recebidos através do Orçamento de Estado, com especial relevo para a Participação no IRS e a Participação do IVA.

Conforme o descrito na Nota 25 - Outras contas a receber, nos acréscimos de rendimentos são registados os montantes referentes aos impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) e (IVA) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros.

Por sua vez, as quantias por receber, espelham os valores das dívidas de terceiros em conta corrente, excluídos das dívidas em cobrança duvidosa, descritas na Nota 23 - Transferências e subsídios não reembolsáveis e na Nota 24 - Clientes, contribuintes e utentes.

## Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 15.1 – Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que seja exigido um ex-fluxo de recursos

incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Durante os exercícios findos de 2023 e 2022, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Un.:euros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final (11)	
		Reforços (3)	Aumentos da quantia escriturada (4)	Outros aumentos (5)	Total dos aumentos (6) = (3) + (4) + (5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outros diminuições (9)		Total das diminuições (10) = (7) + (8) + (9)
Processos judiciais em curso	25 433 122,38	2 259 190,33		1 394 408,56	3 653 598,89		9 522 808,94		9 522 808,94	19 563 912,33
Outras provisões										
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4 404 957,03	773 368,40			773 368,40		753 621,81		753 621,81	4 424 703,62
Outras provisões	615 062,64				0,00				0,00	615 062,64
	30 453 142,05	3 032 558,73	0,00	1 394 408,56	4 426 967,29	0,00	10 276 430,75	0,00	10 276 430,75	24 603 678,59

## 15.2 – Divulgações por classe de provisões

A rubrica de processos judiciais em curso espelha o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais, que aguardam resolução pelos Tribunais.

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso, conforme o relevado no Anexo II às presentes demonstrações financeiras.

Por outro lado, as “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” traduzem os movimentos ocorridos em 2023 relacionados com a provisão decorrente da responsabilidade do Município pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, de onde subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988, conforme o descrito na NCP 19 – Benefícios dos empregados, assim como os montantes dos encargos associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

### 15.3 – Passivos contingentes

Un.:euros

Natureza Passivos Contingentes	Quantias Associadas
Processos judiciais em curso	11 754 147,22
Garantias bancárias prestadas pelo Município	2 942 745,99
	<b>14 696 893,21</b>

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pela DMSJ, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados. Estes processos encontram-se divulgados no Anexo III às presentes demonstrações financeiras.

As garantias bancárias não financeiras prestadas pelo Município, por não ser provável que decorra da sua utilização um ex-fluxo de recursos, têm de igual modo um carácter contingente. Exemplos destas garantias bancárias, são as garantias solicitadas pelo Tribunal Judicial da Comarca do Porto, associadas à expropriação dos terrenos com vista à execução da ligação da Via de Cintura e a expropriação de dez parcelas de terreno para execução da Frente Urbana do Parque Urbano.

### 15.4 – Ativos contingentes

Un.:euros

Natureza Ativos Contingentes	Valor
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	7 484 832,10
Imposto Municipal a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	4 719 065,70
Imposto Único de Circulação (IUC)	2 888 927,16
Contribuição Autárquica (CA)	409 615,84
SISA	13 420 088,85
Garantias bancárias prestadas por terceiros	41 908 432,49
	<b>70 830 962,14</b>

Nos termos do número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes.

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, também se enquadram nesta rubrica.

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

#### Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelas entidades competentes, nas datas a seguir discriminadas:

Demonstrações Financeiras autorizadas (1)		Outro órgão deliberativo com competência para alterar as DF após emissão
Data	Entidade competente para autorizar	
	Órgão Executivo	Assembleia Municipal

Acontecimentos, após 31 de dezembro de 2023, que apesar de materialmente relevantes, não deram lugar a ajustamentos:

Un.:euros

Acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos	
Natureza do acontecimento	Estimativa do efeito financeiro (1)
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - INVESURB	633 445,20

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de que o Município faz parte nos termos e em execução do designado “Contrato do Bairro do Aleixo”, assinado entre o Município do



Porto e a Gesfimo em 19 de janeiro de 2010 e alterado em 26 de julho de 2012, em 8 de julho de 2015, em 09 de fevereiro de 2019, sofreu uma nova modificação ao contrato, conforme deliberação em Assembleia Municipal de 07 de fevereiro de 2022.

O objetivo desta modificação visou a substituição das obrigações de construção dos fogos por reabilitar e por construir no Bairro do Leal e nas Eirinhas, por uma compensação financeira na quantia de €6.500.000,00, a liquidar faseadamente, correspondente ao valor de mercado das mesmas. Em 2023 o Município recebeu 2.100.000,00 euros.

Por deliberação da Assembleia Municipal de 11 de abril de 2022, foi autorizado o acompanhamento do aumento de capital do INVESURB, na proporção necessária à manutenção de uma percentagem não inferior a 20% de unidades de participação detidas nesse fundo, até ao valor de €1.600.000,00, processo a que foi concedido o visto do Tribunal de Contas em Sessão Diária de Visto, de 17 de junho de 2022.

O Fundo de Investimento Invesurb, deliberou em novembro de 2022, e em outubro de 2023 um aumento de capital no montante de 2.250.000€, respetivamente, a que corresponde por parte do Município do Porto à liquidação do valor de 483.300,00€ (percentagem de participação 21,48%), para cada uma das deliberações, tendo já o Município realizado o montante de 966.600,00 euros.

Uma vez que o aumento de capital deliberado foi “parcial”, de forma a cumprir com a quarta modificação ao contrato, será necessário em 2024 deliberar novo aumento. Está previsto o Município acompanhar o aumento de capital em 2024, no valor de 633.445,20€.

## **Nota 18 - Instrumentos financeiros**

### **18.1 – Políticas contabilísticas e bases de mensuração**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Ativos financeiros são registados da seguinte forma:

As participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos quando não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

As restantes participações, inicialmente pelo seu custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao custo menos perdas por imparidade ou ao custo

amortizado menos perdas por imparidade. No final de cada período de relato são analisados todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

Cientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários são mensurados ao custo amortizado menos as perdas por imparidade.

Passivos financeiros - são registados inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto aos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

## 18.2 – Quantia escriturada dos ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros encontravam-se escriturados do seguinte modo:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outros	
Un.: euros								
<b>Caixa e seus equivalentes:</b>								
Caixa	207 018,82			6 933,73			0,00	213 952,55
Depósitos bancários	68 715 401,13			0,00			8 758 071,28	59 957 329,85
Outros depósitos	5 398 918,68			1 386 924,22			0,00	6 785 842,90
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:</b>								
<b>Ativo Não Corrente</b>								
Participações financeiras - custo	<b>177 729 707,94</b>							<b>178 196 235,32</b>
Investimentos em entidades controladas	167 004 381,22							<b>167 004 381,22</b>
Gestão e Obras do Porto, E.M.	500 000,00							500 000,00
Domus Social, E.M.	500 000,00							500 000,00
Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	80 000 000,00							80 000 000,00
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M.	2 200 000,00							2 200 000,00
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	3 265 566,00							3 265 566,00
Porto Vivo, SRU, E.M.	4 786 208,52							4 786 208,52
Associação Porto Digital	1 885 000,00							1 885 000,00
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	73 867 606,70							73 867 606,70
Investimentos em associadas	<b>2 997 463,29</b>							<b>3 449 621,17</b>
Fundo de Investimento Imobiliário Inesurb	1 779 338,29	483 299,97				31 142,09		2 231 496,17
AdEPorto - Agência de Energia do Porto	70 625,00							70 625,00
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	1 147 500,00							1 147 500,00
Outros ativos financeiros	7 727 863,43		14 369,50					7 742 232,93
Outras contas a receber	3 700 000,00		0,00				0,00	3 700 000,00
<b>Ativo Corrente</b>								
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 720,00			67 109,02				70 829,02
Cientes, contribuintes e utentes	15 504 831,88		768 028,98	193 026,11				16 465 886,97
Outras contas a receber	119 636 855,42		63 266,77	317 648,14		0,00	2 305 407,60	117 712 362,73
	<b>390 896 453,87</b>	<b>483 299,97</b>	<b>845 665,25</b>	<b>1 971 641,22</b>	<b>0,00</b>	<b>31 142,09</b>	<b>11 063 478,88</b>	<b>383 102 439,34</b>

O detalhe dos movimentos na rubrica de caixa e seus equivalentes encontra-se discriminada na Demonstração de Fluxos de Caixa.

As imparidades relativas à rubrica de contribuintes, utentes e outros devedores de curto prazo, foram determinadas de acordo com os créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis vencidos em 2023, cujo risco de incobrabilidade é justificado pelos processos em execução fiscal instaurados até 31 de dezembro de 2023, pois considera-se que para estes existe um elevado risco de incobrabilidade. Similarmente, foram consideradas as restantes dívidas de clientes sem processo de execução fiscal ainda instaurado, mas para as quais já tenha sido ultrapassado o prazo de 90 dias decorridos da data de vencimento da fatura, pois a partir desta data, considera-se que estão reunidas as condições para instauração de um processo desta natureza.

Nesta medida, as perdas por imparidade foram calculadas tendo em consideração a percentagem de incobrabilidade obtida no último ano relativamente aos processos de execução fiscal instaurados para cada um dos créditos em mora, cujas taxas ascendem a 96% para as faturas emitidas até 31 de dezembro de 2012 e 76%, para as restantes emitidas posteriormente. Estas percentagens foram obtidas mediante a informação disponibilizada pelos serviços municipais de execução fiscal.

Encontra-se registada uma imparidade na rubrica de outras contas a receber do ativo não corrente no montante de 802.575 euros para fazer face às notas de crédito emitidas em 2016 pela empresa municipal Porto Lazer, EM, tendo por base o pedido de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira que aguarda decisão.

### 18.3 – Quantia escriturada dos passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros encontravam-se escriturados do seguinte modo:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Un.:euros								
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:</b>								
<b>Passivo Não Corrente</b>								
Financiamentos obtidos	13 278 072,99						5 237 076,40	8 040 996,59
Outras contas a pagar	19 266 234,39						10 086 006,00	9 180 228,39
<b>Passivo Corrente</b>								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	177 361,43						161 361,43	16 000,00
Fornecedores	1 039 749,61						868 661,73	171 087,88
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	579 997,43			1 437 910,75				2 017 908,18
Financiamentos obtidos	1 770 409,86						533 333,40	1 237 076,46
Fornecedores de investimentos	112 344,99						95 764,59	16 580,40
Estado e outros entes públicos	1 851 029,15			601 108,30				2 452 137,45
Outras contas a pagar	<b>30 719 037,84</b>			<b>1 601 027,82</b>			<b>3 599 835,34</b>	<b>28 720 230,32</b>
Cauções	4 976 408,05			1 601 027,82				6 577 435,87
Outros credores	25 742 629,79						3 599 835,34	22 142 794,45
	<b>68 794 237,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 640 046,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20 582 038,89</b>	<b>51 852 245,67</b>

No passivo não corrente, a rubrica de outras contas a pagar diz respeito aos valores dos adiantamentos por conta de vendas, que se relacionam com as operações realizadas pelo fundo de Investimento Imobiliário INVESURB.

No passivo corrente, a rubrica dos financiamentos obtidos está relacionada com o empréstimo bancário descrito na nota 7, e a rubrica das outras contas a pagar dizem respeito na sua maioria aos acréscimos das remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos.

## 18.4 – Quantia escriturada de outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, estavam assim escriturados os outros investimentos financeiros:

Un.:euros

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
<b>Participações de capital - ao custo</b>											
FAM - Fundo de Apoio Municipal	4.317.111 u.p.	4 317 111,00									4 317 111,00
Fundação Casa da Música	Dotação	200 000,00									200 000,00
Fundação da Juventude	Dotação	24 939,90									24 939,90
Fundação Portugal África	Dotação	299 278,74									299 278,74
Fundação de Serralves	Dotação	49 879,79									49 879,79
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.366 u.p.	11 830,00									11 830,00
Águas Douro e Paiva, S.A.	2.781.220 ações	2 781 220,00									2 781 220,00
Sociedade Metro do Porto, S.A	1 ação										0,00
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	49.870 ações										0,00
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	49.550 ações	43 604,00			14 369,50						57 973,50
		<b>0,00</b>	<b>7 727 863,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14 369,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 742 232,93</b>

## Nota 19 - Benefícios dos empregados

### 19.1 – Benefícios definidos

#### 19.1.1 - Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são benefícios dos empregados (que não sejam benefícios de cessação de emprego) que se vencem dentro de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço. Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência. Por norma, este tipo de benefícios é geralmente linear porque não são necessários pressupostos atuariais para mensurar a obrigação ou o custo e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se

reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

### 19.1.2 – Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados (que não sejam benefícios de cessação de emprego) que sejam pagáveis após o término do emprego. Os benefícios pós-emprego incluem pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida e cuidados médicos pós-emprego.

Para que as obrigações e o gasto possam ser mensurados são necessários pressupostos atuariais, existindo ainda uma possibilidade de obter ganhos e perdas atuariais. Acresce ainda que estas obrigações são mensuradas numa base descontada porque podem ser liquidadas muitos anos após os empregados prestarem o respetivo serviço.

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior, foi realizado um novo estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2023 por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo, deste modo, a atualização da provisão que reflete o valor atuarial das responsabilidades.

Un.:euros

Descrição	2023	2022
<b>Pensionistas:</b>	<b>4 203 729,37</b>	<b>4 138 171,80</b>
Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99	1 073 378,35	943 365,56
Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência	76 334,39	77 540,13
Responsabilidade atuarial com pensionistas	3 054 016,63	3 117 266,11
<b>Ativos:</b>	<b>220 974,25</b>	<b>266 785,23</b>
Valor atual das quotas em dívida	220 974,25	266 785,23
	<b>4 424 703,62</b>	<b>4 404 957,03</b>

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Idade			Quota Média em Dívida (€)	Quota em Dívida (€)
		Mínima	Média	Máxima		
<b>Total Ativos:</b>	<b>490</b>	<b>55</b>	<b>61,85</b>	<b>70</b>	<b>504,65</b>	<b>247 278,04</b>
Idade menor a 66 anos	437	55	61,24	65	477,00	208 448,73
Idade maior ou igual a 66 anos	53	66	66,91	70	732,63	38 829,31

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Idade			Pensão Média Anual (€)	Total Pensões Anual (€)
		Mínima	Média	Máxima		
<b>Total Pensionistas:</b>	<b>101</b>	<b>42</b>	<b>79,14</b>	<b>103</b>	<b>6 905,50</b>	<b>697 455,92</b>
Pensionistas DL n.º 503/99	39	42	64,36	74	1 647,91	64 268,40
Pensionistas Sobrevivência	1	46	45,00	46	3 242,54	3 242,54
Pensionistas	61	65	89,13	103	10 326,97	629 944,98

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento.

Descrição	Cenário Financiamento
<b>Tabelas:</b>	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
<b>Taxas:</b>	
Taxa de Desconto Ativos	3,00%
Taxa de Desconto Pensionistas	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
<b>Dados Gerais:</b>	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados (*)	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

(\*) Percentagem estimada

Relativamente à avaliação atuarial a 31/12/2022 foram atualizados os seguintes pressupostos:

- A taxa de desconto dos ativos passou de 2,8% para 3,00%;
- taxa de desconto dos pensionistas mantem-se em 3,00%.

As taxas de desconto utilizadas encontram-se no intervalo das taxas recomendadas para passivos com durações semelhantes, tendo-se optado, neste quadro, por uma duração de 5,59 e 3,22 para pensionistas e ativos, respetivamente.

Em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que confluíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2023:

Un.:euros

Provisões para Riscos e Encargos	2023	2022
<b>Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro</b>	<b>4 404 957,03</b>	<b>5 878 610,42</b>
Pensionistas	4 138 171,80	5 521 488,33
Ativos	266 785,23	357 122,09
<b>Ajustamentos do exercício</b>	<b>19 746,59</b>	<b>-1 473 653,39</b>
Pagamento de pensões	-753 621,81	-804 021,92
Atualização da estimativa associada aos custos com pensões	773 368,40	-669 631,47
<b>Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro</b>	<b>4 424 703,62</b>	<b>4 404 957,03</b>

Neste seguimento, e procurando dar resposta às exigências da NCP 19 - Benefícios dos Empregados e no que diz respeito aos benefícios pós emprego, procedemos à seguinte reconciliação do saldo inicial e o saldo final do valor presente da obrigação (sem fundo afeto):

Un.:euros

Responsabilidades com pensões	Ativos	Pensionistas	Total
Valor presente da obrigação no início do período	266 785,23	4 138 171,80	4 404 957,03
Efeitos no período:			
Custo de juros	7 297,79	113 180,82	120 478,61
Ganhos e perdas atuariais	-40 809,28	683 332,56	642 523,28
Benefícios pagos	-12 299,49	-730 955,81	-743 255,30
Valor presente da obrigação no final do período	<b>220 974,25</b>	<b>4 203 729,37</b>	<b>4 424 703,62</b>

Para o efeito, o quadro apresentado corresponde à evolução das responsabilidades de acordo com as rúbricas decorrentes desta norma contabilística.



As perdas atuariais verificadas no exercício, no valor de 220.974,25 euros, são justificadas essencialmente por uma mortalidade verificada nos pensionistas, inferior à mortalidade esperada.

Por último, apresenta-se uma relação das quantias reconhecidas como um gasto ou rendimento do período, relativas ao plano de contribuição definido:

Un.:euros

Rubrica	Conta da DR	Valor
Custo do serviço corrente	Gastos com pessoal	-743 255,30
Ganhos e perdas atuariais	Provisões (aumentos/reduções)	-642 523,28
		<b>-1 385 778,58</b>

## Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

### 20.1 – Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2023, as participações financeiras cujas entidades eram controladas pelo Município, encontravam-se escrituradas do seguinte modo:

Un.:euros

Designação	Sede	% Controlo		Valor
		Direto	Indireto	
GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.	Travessa da Bica Velha, 10, 4250-078 Porto	100,00%	0,00%	500 000,00
Domus Social, E.M.	Rua do Monte dos Burgos, 12, 4250-309 Porto	100,00%	0,00%	500 000,00
Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	Rua Barão de Nova Sintra, 285, 4300-367 Porto	100,00%	0,00%	80 000 000,00
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M	Rua Bartolomeu Velho, 648, 4150-124 Porto	100,00%	0,00%	2 200 000,00
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	Rua S. Dinis, 249, 4250-437 Porto	100,00%	0,00%	3 265 566,00
Porto Vivo, SRU, E.M.	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 4350-158 Porto	100,00%	0,00%	4 786 208,52
Associação Porto Digital	Largo do Dr. Tito Fontes, 15, 4000-538 Porto	80,04%	0,00%	1 885 000,00
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 4350-158 Porto	53,69%	0,00%	73 867 606,70

Apesar do controlo existente optou-se por contabilizar as participações financeiras ao custo, uma vez que a informação financeira destas entidades não é obtida em tempo útil.

## 20.2 – Transações entre partes relacionadas

Un. euros

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação (3)																Saldo no fim do período (4)		Termos e condições (5)
		Prestação de serviços		Transferências obtidas e rendimentos de ativos		Outros rendimentos		Aquisição de ativos fixos		Aquisição de serviços		Transferências e subsídios concedidos		Investimento em ativos financeiros		Outros gastos		Ativo	Passivo	
			%		%		%		%		%		%		%		%			
GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.	Entidades controlada	60 755,39	0,22%	0,00	0,00%	38 329,27	0,14%	24 217 234,03	87,06%	96 701,59	0,35%	3 403 806,99	12,24%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12 352,07	0,00	
Domus Social, E.M.	Entidades controlada	341 854,69	1,19%	48 179,39	0,17%	223 794,25	0,78%	23 279 117,17	81,20%	1 356 786,28	4,73%	3 366 611,60	11,74%	0,00	0,00%	53 498,89	0,19%	17 185,94	21 705,41	
Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	Entidades controlada	217 813,81	4,16%	3 300,26	0,06%	15 890,84	0,30%	555 713,76	10,62%	1 834 123,93	35,05%	2 605 771,48	49,80%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	23 852,36	0,00	
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M	Entidades controlada	54 313,25	0,25%	754,56	0,00%	80 771,50	0,37%	0,00	0,00%	6 844 412,01	31,27%	14 907 767,54	68,11%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1 167 199,48	0,00	
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	Entidades controlada	114,00	0,00%	0,00	0,00%	5 384,62	0,06%	0,00	0,00%	35 104,96	0,36%	9 584 333,95	99,58%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2 011,25	0,00	
Porto Vivo, SRU, E.M.	Entidades controlada	718 425,57	17,65%	0,00	0,00%	353,44	0,01%	1 037 608,45	25,49%	27 452,00	0,67%	2 286 305,94	56,17%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	122 906,48	0,00	
STCP	Entidades controlada	46 156,19	0,63%	0,00	0,00%	14 790,56	0,20%	0,00	0,00%	131 626,60	1,79%	7 154 804,02	97,38%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4 595,21	0,00	
Associação Porto Digital	Entidades controlada	29 412,31	1,03%	0,00	0,00%	-5 358,34	-0,19%	1 001 148,62	34,98%	1 807 261,91	63,14%	30 000,00	1,05%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4 821,76	0,00	
Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb	Associada	0,00	0,00%	4 200 000,00	89,68%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	483 299,97	10,32%	0,00	0,00%	0,00	7 080 228,39	
AdEPorto - Agência de Energia do Porto	Associada	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	72 629,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	Associada	0,00	0,00%	331 500,00	82,64%	21,65	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	69 615,00	14,79%	0,00	0,00	
Lipor-Serviço Intermunicipalizado de Gestão Resíduos Grande Porto	Pessoal Chave da Gestão	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2 074 539,94	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	
		<b>1 468 845,21</b>		<b>4 583 734,21</b>		<b>373 977,79</b>		<b>50 090 822,03</b>		<b>12 133 469,28</b>		<b>45 486 570,46</b>		<b>483 299,97</b>		<b>123 113,89</b>		<b>1 354 924,55</b>	<b>7 101 933,80</b>	

### 20.3 – Pessoas chave da gestão

Em 31 dezembro de 2023, as remunerações das pessoas chave na gestão eram as seguintes:

Cargo	Órgão de Gestão	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos	OBS
Presidente	Executivo	1	29 096,50 €	21 784,17 €			<p>Em Outras remunerações foram considerados valores respeitantes a: Ajudas de Custo; Despesas de Representação; Subsídio de Refeição; Subsídio de Férias e de Natal.</p> <p><b>Vereadores com Pelouro a Tempo inteiro</b> - Em Outras remunerações foram considerados valores respeitantes a: Ajudas de Custo; Despesas de Representação; Subsídio de Refeição; Subsídio de Férias e de Natal.</p> <p><b>Vereadores sem Pelouro</b> - Valores de senhas de presença em reuniões</p>
Vereadores	Executivo	6	239 423,04 €	102 533,12 €			
Vereadores	Executivo	15	0,00 €	19 777,81 €			

### Nota 21 - Relato por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos.

Numa perspetiva de demonstrações financeiras individuais, o Município identifica um único segmento, motivo pelo qual não apresenta neste documento o relato por segmentos. Efetuando a análise das atividades consolidadas do Município, poderão vir a ser identificados mais do que um segmento de atividades, pelo que se aplicável, o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas poderá incluir o relato por segmentos e a informação preconizada pela NCP 25 (Relato por Segmentos), para cada conjunto de atividades desenvolvidas pelo conjunto das entidades consolidantes que integram o perímetro de consolidação do Município do Porto.

## Nota 22 – Interesses em outras entidades

Em 31 de dezembro de 2023, o Município detinha as seguintes participações financeiras:

Un.:euros

Entidades/ Fundos			Participação no final do exercício a 31/12/2023				Observ.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	%	Valor Custo Aquisição (1)	Imparidades Acumuladas (2)	Valor Contabilístico (3)	
Empresa Municipal de Gestão de Obras do Porto - GO Porto, E.M.	EM	505 037 238	100,00%	500 000,00		500 000,00	a)
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Manutenção Município do Porto, E.M.	EM	505 037 700	100,00%	500 000,00		500 000,00	a)
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	EM	507 718 666	100,00%	80 000 000,00		80 000 000,00	a)
Ágora - Cultura e Desporto do Porto E.M.	EM	507 718 640	100,00%	2 200 000,00		2 200 000,00	a)
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM	EM	514 280 956	100,00%	3 265 566,00		3 265 566,00	a)
Porto Vivo, SRU - Soc. Reabilitação Urbana Baixa Portuense, E.M.	SA	506 866 432	100,00%	4 786 208,52		4 786 208,52	a)
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	SA	500 246 467	53,69%	73 867 606,70		73 867 606,70	a)
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	SA	505 111 780	1,42%	249 350,00	249 350,00	0,00	c)
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	SA	504 076 574	0,22%	247 154,00	189 180,50	57 973,50	c)
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	SA	501 958 630	25,50%	1 147 500,00		1 147 500,00	b)
Metro do Porto, S.A	SA	503 278 602	0,00%	5,00	5,00	0,00	c)
Águas Douro e Paiva, S.A.	SA	514 310 774	13,31%	2 781 220,00		2 781 220,00	c)
Adeporto - Agência de Energia do Porto	ASU	507 886 550	34,58%	70 625,00		70 625,00	b)
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	NS	501 814 957	0,65%	11 830,00		11 830,00	c)
Associação Porto Digital	ASU	506 838 730	80,04%	1 885 000,00		1 885 000,00	a)
Fundação Casa da Música	FSU	507 636 295	3,10%	200 000,00		200 000,00	c)
Fundação da Juventude	FSU	502 263 342	1,38%	24 939,90		24 939,90	c)
Fundação Portugal África	FSU	503 530 409	2,63%	299 278,74		299 278,74	c)
Fundação de Serralves	FSU	502 266 643	0,30%	49 879,79		49 879,79	c)
Fundo Investimento Imobiliário Invesurb	FI	720 011 914	21,48%	2 536 546,97	305 050,80	2 231 496,17	b)
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	Fundo	513 319 182	1,03%	4 317 111,00		4 317 111,00	c)
				<b>178 939 821,62</b>	<b>743 586,30</b>	<b>178 196 235,32</b>	

a) entidade controlada e consolidada

b) Interesses em outras entidades - Interesses em acordos conjuntos e associadas

c) outras participações

### 22.1 – Divulgação de interesses em outras entidades

#### a) Interesses em entidades controladas consolidadas:

Un.:euros

Designação Social	Tipologia	% Participação	Valor
Empresa Municipal de Gestão de Obras do Porto - GO Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	500 000,00
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Manutenção Município do Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	500 000,00
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	80 000 000,00
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.	Empresa Municipal	100%	3 265 566,00
Ágora - Cultura e Desporto do Porto E.M.	Empresa Municipal	100%	2 200 000,00
Porto Vivo, SRU - Soc. Reabilitação Urbana Baixa Portuense, E.M.	Empresa Municipal	100%	4 786 208,52
Associação Porto Digital	Associação	80,04%	1 885 000,00
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	Empresa Inter Municipal	53,69%	73 867 606,70
			<b>167 004 381,22</b>

**b) Interesses em outras entidades - Interesses em acordos conjuntos e associadas:**

Un.:euros

Designação	Sede	% Interesses			Mensuração do Investimento	
		Propriedade detidos/quota accionista	%	Direitos de voto	Método da equivalência patrimonial	Custo Aquisição
Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb	Avenida Eng.º Duarte Pacheco, Torre 1, 11º Andar Lisboa	2 536 546,97	21,48%	1.621 u.p.		2 536 546,97
AdEPorto - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347 Fr.B Est.2, Porto	70 625,00	34,58%	565 u.p.		70 625,00
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.	Rua Chaves de Oliveira, 181, Porto	1 147 500,00	25,50%	510.000 ações		1 147 500,00
						<b>3 754 671,97</b>

O Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (INVESURB ou Fundo) é um fundo de distribuição, constituído em 15 de Novembro de 2010 por um período inicial de 10 anos, prorrogável por períodos adicionais de 5 anos. O Fundo é gerido pela Fund Box- Sociedade Gestora de Organismos de Investimentos Coletivos S.A., a mesma assumiu a gestão em 31 de janeiro de 2019, que até então pertencia à Gesfimo- Espírito Santo, Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

O Município do Porto detém uma participação de 21,48%.

**c) Interesses em outras entidades não consolidadas:**

Un.:euros

Designação	Sede	% Interesses		
		Propriedade detidos	%	Direitos de voto
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/C, Lisboa	4 317 111,00	1,03%	4.317.111 u.p.
Fundação Casa da Música	Avenida da Boavista, 604-610, Porto	200 000,00	3,10%	dotação
Fundação da Juventude	Palácio das Artes - Largo de S.Domingos, n.º 21, Porto	24 939,90	1,38%	dotação
Fundação Portugal África	Rua de Serralves, n.º 191, Porto	299 278,74	2,63%	dotação
Fundação de Serralves	Rua D. João de Castro, n.º 210, Porto	49 879,79	0,30%	dotação
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	Rua Dr. Roberto Frias, n.º400, Porto	11 830,00	0,65%	2.366 u.p.
Águas Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, n.º235 - 5.ºandar, Porto	2 781 220,00	13,31%	2.781.220 ações
Sociedade Metro do Porto, S.A	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 7.º andar, Porto	5,00	0,00%	1 ação
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	Rua O Primeiro de janeiro - Estádio do Bessa Século XXI, Porto	249 350,00	1,42%	49.870 ações
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	Via Futebol Clube do Porto, Entrada Nascente, Porta 15, Piso 3, Porto	247 154,00	0,22%	49.550 ações

A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com esta Lei, o Município do Porto estava obrigado a contribuir para este fundo com 6.715.507,00 euros. Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2018, procedeu-se à alteração do artigo

19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, e à diminuição do montante a subscrever por cada Município, resultando numa diminuição de 2.398.396,00 euros para o Município do Porto.

### Nota 23 - Transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de transferências e subsídios não reembolsáveis tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023		31-12-2022	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
<b>Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis:</b>				
Estado	61 329,02		3 720,00	
Fundos Comunitários	9 500,00		0,00	
<b>Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos:</b>				
Estado		0,00		4 521,00
Administração Local		0,00		118 583,78
Outros		16 000,00		54 256,65
	<b>70 829,02</b>	<b>16 000,00</b>	<b>3 720,00</b>	<b>177 361,43</b>

### Nota 24 - Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023				31-12-2022			
	Conta Corrente (1)	Cobrança Duvidosa (2)	Imparidades acumuladas (3)	Valor Recuperável Líquido (4)=(1)+(2)-(3)	Conta Corrente (5)	Cobrança Duvidosa (6)	Imparidades acumuladas (7)	Valor Recuperável Líquido (8)=(5)+(6)-(7)
<b>Ativo corrente</b>								
Clientes c/c	270 580,30	3 087,71	0,00	273 668,01	401 453,09	16 553,40	0,00	418 006,49
Contribuintes	436 528,55	406 583,40	311 350,04	531 761,91	942 130,74	3 177 141,56	3 043 834,07	1 075 438,23
Utentes	15 106 310,01	14 411 544,79	12 332 600,34	17 185 254,46	12 791 531,74	11 588 000,71	10 368 145,29	14 011 387,16
	<b>15 813 418,86</b>	<b>14 821 215,90</b>	<b>12 643 950,38</b>	<b>17 990 684,38</b>	<b>14 135 115,57</b>	<b>14 781 695,67</b>	<b>13 411 979,36</b>	<b>15 504 831,88</b>

No quadro anterior, os valores em “Cobrança duvidosa” e em “Imparidades acumuladas” são divergentes. Como cobrança duvidosa, foi considerada a totalidade do valor dos débitos em dívida há mais de 90 dias decorridos da data de vencimento da fatura. Por sua vez, como imparidade, foi determinada pela aplicação das percentagens de incobrabilidade nos termos já referidos na Nota 18.

O aumento significativo do valor recuperável líquido em 2023 face ao valor registado no final do ano de 2022 está associado ao aumento da receita proveniente de Infraestruturas Urbanísticas.

Durante o ano de 2023 foi necessário proceder à liquidação relativa a anos anteriores de valores registados em execução fiscal até 31 de dezembro de 2012, no montante de 3.039.881,15 euros, com reflexo na rubrica de resultados transitados e na rubrica de utentes.

### Nota 25 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023				31-12-2022			
	Conta Corrente (1)	Cobrança Duvidosa (2)	Imparidades acumuladas (3)	Valor Recuperável Líquido (4)=(1)+(2)-(3)	Conta Corrente (5)	Cobrança Duvidosa (6)	Imparidades acumuladas (7)	Valor Recuperável Líquido (8)=(5)+(6)-(7)
<b>Ativo não corrente</b>								
Outros devedores - Emp.Municipais								
Empresas Municipais	802 574,73		802 574,73	0,00	802 574,73		802 574,73	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de investimentos	3 700 000,00		0,00	3 700 000,00	3 700 000,00		0,00	3 700 000,00
	<b>4 502 574,73</b>	<b>0,00</b>	<b>802 574,73</b>	<b>3 700 000,00</b>	<b>4 502 574,73</b>	<b>0,00</b>	<b>802 574,73</b>	<b>3 700 000,00</b>
<b>Ativo corrente</b>								
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	0,00			0,00	0,00			0,00
Devedores por acréscimos (periodização económica)								
Impostos e taxas imputados ao período	104 684 620,47			104 684 620,47	106 726 734,64			106 726 734,64
Devedores por acréscimos de rendimentos	12 029 311,88			12 029 311,88	11 811 298,86			11 811 298,86
Cauções	152 191,97			152 191,97	52 780,41			52 780,41
Outros devedores	858 424,78	0,00	12 409,93	846 014,85	1 042 086,49	79 631,72	75 676,70	1 046 041,51
	<b>117 724 772,66</b>	<b>0,00</b>	<b>12 409,93</b>	<b>117 712 362,73</b>	<b>119 632 900,40</b>	<b>79 631,72</b>	<b>75 676,70</b>	<b>119 636 855,42</b>
	<b>122 227 347,39</b>	<b>0,00</b>	<b>814 984,66</b>	<b>121 412 362,73</b>	<b>124 135 475,13</b>	<b>79 631,72</b>	<b>878 251,43</b>	<b>123 336 855,42</b>

A rubrica de Impostos e taxas imputados ao período inclui os montantes que foram especializados durante o ano de 2023, e cujo rendimento será reconhecido em exercícios futuros. Neste particular, foram especializados os seguintes impostos:

- i) o IMI de acordo com a média da cobrança dos últimos 24 meses, no montante de 41.928.210,00 euros;
- ii) a derrama de acordo com a média da cobrança dos últimos 24 meses, no montante de 24.613.774,00 euros;
- iii) a participação no IRS conforme os valores previstos no orçamento de estado para 2024, no montante de 27.065.838,00 euros;

- iv) a participação dos municípios na receita do IVA conforme os valores previstos no orçamento de estado de 2024, no montante de 4.359.493,00 euros;
- v) o IMT e o Imposto Único de Circulação (IUC), recebidos em 2024, mas cujo rendimento diz respeito ao ano de 2023, no montante de 6.248.915,77 euros e 468.389,70 euros, respetivamente.

De salientar que o valor apresentado em devedores por acréscimo de rendimentos, sofre um aumento justificado pelo aumento dos valores arrecadados em termos de taxa turística.

### Nota 26 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Un.: euros

Rubrica	31-12-2023		31-12-2022	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Retenção de impostos sobre rendimentos		660 333,15		637 545,36
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	1 179 500,02		653 508,01
Outros impostos		73,35		112,04
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		604 838,59		549 832,71
Outras tributações		7 392,34	0,00	10 031,03
	<b>0,00</b>	<b>2 452 137,45</b>	<b>0,00</b>	<b>1 851 029,15</b>



## Nota 27 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Diferimentos ativos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Variação 23-22	%
<b>Diferimentos ativos:</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Outros gastos a reconhecer				
Contratos de arrendamento	35 625,00	0,00	35 625,00	100,00%
	<b>35 625,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35 625,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Outros gastos a reconhecer				
Contratos de arrendamento	543 521,69	161 915,07	381 606,62	235,68%
Seguros	164 076,28	133 281,37	30 794,91	23,11%
Outros Custos Diferidos	1 863,60	0,00	1 863,60	100,00%
	<b>709 461,57</b>	<b>295 196,44</b>	<b>414 265,13</b>	<b>140,34%</b>
	<b>745 086,57</b>	<b>295 196,44</b>	<b>828 530,26</b>	<b>152,40%</b>

Nesta rubrica foram registadas todas as transferências, subsídios e gastos, cujo reconhecimento só deverá ocorrer em exercícios futuros, como são o caso dos contratos de arrendamento e seguros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Diferimentos passivos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Variação 23-22	%
<b>Diferimentos passivos:</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Acordos de concessão de serviços				
Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos	3 222 536,45	4 240 405,97	-1 017 869,52	-24,00%
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão em concessão	18 890 272,48	17 317 181,34	1 573 091,14	9,08%
Obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota	9 364 498,73	9 988 798,65	-624 299,92	-6,25%
	<b>31 477 307,66</b>	<b>31 546 385,96</b>	<b>-69 078,30</b>	<b>-0,22%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Acordos de concessão de serviços				
Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos	1 017 869,50	1 017 869,50	0,00	0,00%
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão em concessão	3 304 653,07	2 988 524,74	316 128,33	10,58%
Obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota	624 299,92	624 299,92	0,00	0,00%
Outros rendimentos a reconhecer	237 385,40	237 385,40	0,00	0,00%
	<b>5 184 207,89</b>	<b>4 868 079,56</b>	<b>316 128,33</b>	<b>6,49%</b>
	<b>36 661 515,55</b>	<b>36 414 465,52</b>	<b>247 050,03</b>	<b>0,68%</b>

Os valores inscritos nesta rubrica estão associados aos contratos de concessão de serviços referidos na Nota 4, e às obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota descritas na Nota 8, e cujo rendimento só será reconhecido em exercícios futuros.

### **Nota 28 – Património Líquido**

Conforme consta do mapa da Demonstração das alterações no património líquido, as variações, em 2023, nesta rubrica do balanço, justificam-se do seguinte modo:

#### **28.1 - Reservas**

O aumento nesta rubrica de 1 304 590,39 euros diz respeito à incorporação do resultado líquido de 2022 aprovado em assembleia municipal, conforme proposta apresentada pelo executivo, e mantendo a boa prática apontada pelo ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual refere a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

#### **28.2 - Resultados transitados**

O movimento ocorrido em 2023 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, no valor de 24.787.217,48 euros. Para além deste movimento, os resultados transitados sofreram um aumento no total de 12.016.292,32 euros, decorrente essencialmente, da regularização efetuada ao valor dos ativos de concessão do contrato de concessão da E-Redes no valor de 8.360.291,51 euros, para acerto do ativo líquido de subsídios e ainda de regularizações relacionadas com a prescrição de dívida.

#### **28.3 - Ajustamentos em ativos financeiros**

Em 2023, não existiu qualquer variação na rubrica de ajustamentos em ativos financeiros.

## 28.4 - Outras variações no património líquido

Nesta rubrica, o saldo a 31 de dezembro de 2023, no total de 358.136.429,84 euros, justifica-se da seguinte forma:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2022 (1)	Aumentos					Diminuições	30-12-2023 Σ
		Ajustamentos de transição (2)	Donativos em numerário (3)	Donativos em espécie (4)	Transferências Gratuitas (5)	Subsídios de capital (6)	Reconhecimento de rendimentos com subsídios (7)	
<b>Outras variações no património líquido</b>								
Transferências e subsídios de capital								
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	138 183 319,91					2 620 443,10	-7 193 832,19	133 609 930,82
Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	666 096,99							666 096,99
Outras transferências e subsídios de capital	142 023,00							142 023,00
Doações e transferências								
Doações obtidas	18 659 417,98				51 949 797,63			70 609 215,61
Transferências de ativos					0,00			
Obtidas	153 109 163,42							153 109 163,42
	<b>310 760 021,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>51 949 797,63</b>	<b>2 620 443,10</b>	<b>-7 193 832,19</b>	<b>358 136 429,84</b>

No que respeita ao aumento de outras variações no património líquido, de salientar os movimentos de transferências gratuitas nos montantes de 12.615.459,35 euros e 37.827.105,28 euros, resultantes da integração dos equipamentos escolares decorrentes da transferência de competências, na área da Educação.

Conforme o discriminado, verificaram-se os seguintes aumentos na rubrica de «Outras variações no património líquido»: o montante de 2.620.443,10 euros, relativo ao valor dos subsídios ao investimento, recebidos em 2023.

Por sua vez, esta rubrica sofreu uma redução no montante de 7.193.832,19 euros, relacionada com a especialização dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento aqui registados.

No que respeita aos subsídios ao investimento para a aquisição de ativos, em termos comparativos, estes apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Un.:euros

Rubrica	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativos depreciables	Ativos não depreciables	Ativos depreciables	Ativos não depreciables
Saldo inicial	138 183 319,91	666 096,99	141 447 432,11	666 096,99
Subsídios recebidos	2 620 443,10		4 152 389,70	
Imputação de subsídios a resultados	-7 193 832,19		-7 416 501,90	
Saldo final	<b>133 609 930,82</b>	<b>666 096,99</b>	<b>138 183 319,91</b>	<b>666 096,99</b>

Os detalhes dos movimentos anteriores relacionados com os subsídios ao investimento encontram-se detalhados no Anexo IV às presentes demonstrações financeiras.

### Nota 29 – Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Fornecedores tinha a seguinte composição:

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Un.:euros	
			Variação 23-22	%
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	171 087,88	1 039 749,61	-868 661,73	-83,55%
Fornecedores de investimentos	16 580,40	112 344,99	-95 764,59	-85,24%
	<b>187 668,28</b>	<b>1 152 094,60</b>	<b>-964 426,32</b>	<b>-83,71%</b>

### Nota 30 - Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Un.:euros	
			Variação 23-22	%
<b>Passivo corrente</b>				
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 524 797,41	0,00	1 524 797,41	
Adiantamentos por conta de vendas	493 110,77	579 997,43	-86 886,66	-14,98%
	<b>2 017 908,18</b>	<b>579 997,43</b>	<b>1 437 910,75</b>	<b>247,92%</b>

### Nota 31 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Variação 23-22	%
<b>Passivo não corrente</b>				
Outros credores				
Adiantamentos por conta de vendas	9 180 228,39	4 980 228,39	4 200 000,00	84,33%
Credores de Contratos de Concessão	0,00	14 286 006,00	-14 286 006,00	-100,00%
	<b>9 180 228,39</b>	<b>19 266 234,39</b>	<b>-10 086 006,00</b>	
<b>Passivo corrente</b>				
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a Liquidar	13 116 633,00	11 873 447,33	1 243 185,67	10,47%
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	74 144,59	74 144,78	-0,19	0,00%
Outros acréscimos de gastos	8 819 063,43	13 615 659,14	-4 796 595,71	-35,23%
Cauções	6 577 435,87	4 976 408,05	1 601 027,82	32,17%
Outros credores	132 953,43	179 378,54	-46 425,11	-25,88%
	<b>28 720 230,32</b>	<b>30 719 037,84</b>	<b>-1 998 807,52</b>	<b>-6,51%</b>
	<b>37 900 458,71</b>	<b>49 985 272,23</b>	<b>-12 084 813,52</b>	<b>-24,18%</b>

As outras contas a pagar, apresentam variações influenciadas pelo contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Desde 2020 até 2022 o Município execucionava o contrato com a E-REDES (anteriormente designada de EDP Distribuição – Energia, S.A.), ao qual se aplicava um “modelo misto”.

Em 2023 o Município procedeu novamente a uma análise deste contrato tendo optado por não inscrever o valor de resgate ou de indemnização, em outras contas a pagar.

A E-REDES em 2023 na sua comunicação menciona o valor de 14.992.260 euros como sendo o “valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização)”, referindo de seguida que, no caso de hipotético resgate da concessão, o valor efetivo da indemnização poderá não ser esse valor mencionado, pois irá pressupor um conjunto de dados que só serão determinados com rigor à data do cálculo.

Assim, entendemos que não se tratando de uma obrigação incondicional (parágrafo 16 da NCP 4), o referido valor não deve ser transferido para a conta 27 (Outras contas a pagar), isto é, deve ficar a totalidade do passivo registado na conta 28 (Diferimentos – Rendimentos a reconhecer).

Consultando a IPSAS 32 (parágrafo 17), para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa o concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, que poderá ser de duas formas ou combinação das duas: (i) efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do “passivo financeiro”), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»; e (ii) compensar o concessionário por outro meio (o modelo do “atribuição de um direito ao concessionário”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No contrato em questão a forma como o Município compensa o concessionário corresponde ao modelo de “atribuição de um direito ao concessionário”, confirmando a ideia de que o montante total do passivo deve constar na rubrica de diferimentos – rendimentos a reconhecer.

Por sua vez, no passivo corrente, a rubrica de credores por acréscimos de gastos, apresenta como valores mais significativos, a importância estimada relativa às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2023, no montante de 13.116.633,00 euros, bem como o montante de 8.819.063,43 euros, associado aos restantes gastos reconhecidos no exercício de 2023, mas que só serão liquidados nos anos seguintes.

Na rubrica das Outras contas a pagar, passivo não corrente, encontram-se registados os adiantamentos efetuados até 31 de dezembro de 2023 do Fundo Investimento Imobiliário Invesurb.

As Outras contas a pagar no passivo corrente, divulgam uma diminuição de 2 milhões euros. Para esta componente concorrem os acréscimos de gastos, que incorporam os gastos a pagar em exercícios futuros, em obediência ao princípio de especialização dos exercícios, nomeadamente o montante estimado relativo às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar, em 2024, no montante 13.116.633,00 euros, bem como o montante de 8.819.063,43 euros, associado aos restantes gastos reconhecidos no exercício de 2023, mas que só serão liquidados nos anos seguintes.

Esta rubrica inclui, também, o saldo das cauções prestadas por entidades terceiras, de 6.577.435,87 euros, com destaque para a caução de 3.317.196,82 euros entregue pela Mercan Properties S.A. e 1.626.056,54 euros, apresentada pela Socimave - Sociedade Imobiliária do Ave, Lda., relacionadas com processos de licenciamento de obras de urbanização.

## Nota 32 - Fornecimentos e serviços externos

Em 2023 e 2022, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Rubrica	Un.:euros			
	31-12-2023	31-12-2022	Variação 23-22	%
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>				
<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>6 590 092,61</b>	<b>5 079 145,25</b>	<b>1 510 947,36</b>	<b>29,75%</b>
Tratamento de RSU's	45 163,88	47 626,43	-2 462,55	-5,17%
Sinalização e trânsito	774 463,47	846 268,81	-71 805,34	-8,48%
Iluminação Pública	957 814,53	664 954,70	292 859,83	44,04%
Transportes escolares	116 020,71	65 025,39	50 995,32	78,42%
Outros transportes	0,00	12 052,20	-12 052,20	-100,00%
Cantinas escolares - refeições confeccionadas	4 560 150,56	3 021 926,43	1 538 224,13	50,90%
Outros subcontratos e parcerias	136 479,46	421 040,87	-284 561,41	-67,59%
Serviços de fornecimento de água	0,00	250,42	-250,42	-100,00%
<b>Serviços especializados</b>	<b>21 134 818,44</b>	<b>18 708 252,17</b>	<b>2 426 566,27</b>	<b>12,97%</b>
<b>Trabalhos especializados</b>	<b>9 724 341,72</b>	<b>8 198 637,96</b>	<b>1 525 703,76</b>	<b>18,61%</b>
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	1 704 150,92	1 696 717,59	7 433,33	0,44%
Projetos e serviços de informática	2 066 513,38	1 695 818,88	370 694,50	21,86%
Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	297 468,65	39 347,70	258 120,95	656,00%
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	80 869,88	210 383,03	-129 513,15	-61,56%
Organização de eventos	838 521,90	307 832,31	530 689,59	172,40%
Formação ao pessoal	320 578,74	218 560,72	102 018,02	46,68%
<b>Outros trabalhos especializados</b>	<b>4 416 238,25</b>	<b>4 029 977,73</b>	<b>386 260,52</b>	<b>9,58%</b>
Trabalhos de impressão	296 747,67	277 361,20	19 386,47	6,99%
Ensaios e Análises Técnicas	45 978,84	42 807,24	3 171,60	7,41%
<b>Outros</b>	<b>4 073 511,74</b>	<b>3 709 809,29</b>	<b>363 702,45</b>	<b>9,80%</b>
Traduções	25 142,81	39 024,18	-13 881,37	-35,57%
Instalações de Ramais	11 844,99	7 463,71	4 381,28	58,70%
Resíduos Sólidos	0,00	116,60	-116,60	-100,00%
Vestuário e artigos pessoais	203,01	0,00	203,01	100,00%
Outros trabalhos especializados	4 036 320,93	3 663 204,80	373 116,13	10,19%
Publicidade, comunicação e imagem	234 476,94	447 794,18	-213 317,24	-47,64%
Vigilância e segurança	3 555 670,09	3 023 052,21	532 617,88	17,62%
Honorários	87 130,92	92 786,67	-5 655,75	-6,10%
Comissões- Encargos de cobrança	3 951 494,02	3 731 405,38	220 088,64	5,90%
Conservação e reparação	3 581 704,75	3 214 575,77	367 128,98	11,42%
<b>Materiais de consumo</b>	<b>1 695 563,27</b>	<b>1 824 401,66</b>	<b>-128 838,39</b>	<b>-7,06%</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>2 568 024,81</b>	<b>3 184 934,83</b>	<b>-616 910,02</b>	<b>-19,37%</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>510 579,18</b>	<b>383 107,34</b>	<b>127 471,84</b>	<b>33,27%</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>23 195 669,51</b>	<b>19 905 679,82</b>	<b>3 289 989,69</b>	<b>16,53%</b>
Rendas e alugueres	4 028 994,84	3 864 789,30	164 205,54	4,25%
Comunicação	588 440,24	578 476,97	9 963,27	1,72%
Seguros	597 231,09	632 332,61	-35 101,52	-5,55%
Outros serviços diversos	15 946,91	4 488,38	11 458,53	255,29%
Contencioso e notariado	105 542,92	292 517,32	-186 974,40	-63,92%
Despesas de representação dos serviços	143 740,13	81 414,99	62 325,14	76,55%
Limpeza, higiene e conforto	1 498 771,46	1 666 532,74	-167 761,28	-10,07%
<b>Outros fornecimentos e serviços externos</b>	<b>16 217 001,92</b>	<b>12 785 127,51</b>	<b>3 431 874,41</b>	<b>26,84%</b>
Serviços de Educação	569 626,60	694 313,99	-124 687,39	-17,96%
<b>Outros</b>	<b>15 647 375,32</b>	<b>12 090 813,52</b>	<b>3 556 561,80</b>	<b>29,42%</b>
Atividades Culturais e Turísticas	8 999 002,70	6 485 805,46	2 513 197,24	38,75%
Trabalhos fotográficos	141 478,75	105 286,12	36 192,63	34,38%
Jornais e Revistas	20 529,82	21 010,43	-480,61	-2,29%
Refeitórios	51 148,89	20 786,96	30 361,93	146,06%
Serviços Sociais	4 971 471,74	4 240 664,39	730 807,35	17,23%
Serviços de Reboque	494 149,42	455 565,04	38 584,38	8,47%
Outros	969 594,00	761 695,12	207 898,88	27,29%
Outros fornecimentos e serviços externos	1 676 900,88	1 364 343,67	312 557,21	22,91%
	<b>55 694 747,82</b>	<b>49 085 521,07</b>	<b>6 609 226,75</b>	<b>13,46%</b>

A rubrica de serviços especializados engloba diversos gastos relacionados com estudos, pareceres e consultadoria jurídica, projetos e serviços informáticos, vigilância e segurança e conservação e manutenção dos equipamentos e infraestruturas afetas à atividade do Município.

Por sua vez, os serviços diversos, dizem respeito na sua maioria a rendas e alugueres de edifícios e veículos automóveis, gastos relacionados com atividades culturais e turísticas e serviços sociais.

### Nota 33 - Gastos com pessoal

Em 2023 e 2022, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Un.: euros

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Varição 23-22	%
<b>Gastos com pessoal</b>				
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	649 290,25	516 030,07	133 260,18	25,82%
Remunerações do pessoal	79 262 504,35	69 955 948,31	9 306 556,04	13,30%
Indemnizações	106 177,71	140 373,14	-34 195,43	-24,36%
Encargos sobre remunerações	16 678 943,32	15 996 776,65	682 166,67	4,26%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	885 182,92	840 127,98	45 054,94	5,36%
Outros gastos com o pessoal	3 660 473,16	3 353 857,08	306 616,08	9,14%
Outros encargos sociais	3 679 317,41	3 083 478,99	595 838,42	19,32%
	<b>104 921 889,12</b>	<b>93 886 592,22</b>	<b>11 035 296,90</b>	<b>11,75%</b>

Verifica-se um aumento dos gastos com pessoal, resultante, das medidas de valorizações remuneratórias dos trabalhadores em funções públicas, aplicadas no ano 2023.

Destaca-se, ainda, as alterações de posicionamento remuneratório pela obtenção de 10 pontos resultantes da avaliação do desempenho (SIADAP), do qual abrangeu 618 trabalhadores, o acréscimo da atualização dos suplementos remuneratórios resultantes das valorizações remuneratórias ocorridas em 2023, bem como outros suplementos e prémios ao nível dos serviços remunerados da Polícia Municipal.

### Nota 34 - Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

Em 2023 e 2022, a rubrica Transferências e subsídios concedidos e de prestações sociais tinha a seguinte composição:



Un.:euros

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Variação 23-22	%
<b>Transferências e subsídios concedidos</b>				
Empresas Municipais	43 309 396,07	35 843 808,89	7 465 587,18	20,83%
Juntas de Freguesia	7 189 471,61	5 516 705,61	1 672 766,00	30,32%
Instituições sem fins lucrativos	6 335 529,88	5 772 574,20	562 955,68	9,75%
Famílias	397 826,28	67 293,73	330 532,55	491,18%
STCP Serviços	1 927 433,57	5 426 760,60	-3 499 327,03	-64,48%
Fundação Casa da Música	0,00	240 000,00	-240 000,00	-100,00%
LIPOR	2 040 423,31	1 938 016,00	102 407,31	5,28%
Outras transferências e subsídios concedidos	5 934 766,29	5 221 146,42	713 619,87	13,67%
	<b>67 134 847,01</b>	<b>60 026 305,45</b>	<b>7 108 541,56</b>	<b>11,84%</b>

Para o aumento das transferências e subsídios concedidos, concorrem entre outros, as verbas transferidas para as empresas municipais tendo presente os respetivos contratos-programa e as transferências para os STCP, EM, SA e STCP, Serviços, no âmbito das operações de serviço público e do contrato programa para a otimização da gestão conjunta dos equipamentos, infraestruturas e serviços conexos ao sistema urbano de mobilidade e transportes respetivamente, e ainda as transferências as Freguesia, Agrupamentos escolares, decorrentes da descentralização de competências na área da educação, famílias e outros apoios diversos, nomeadamente os apoios ação social, no âmbito da intervenção social e promoção da saúde e ainda, no domínio das ações de interesse cultural e turístico.

### Nota 35 – Outros Gastos

Em 2023 e 2022, a rubrica de Outros gastos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Variação 23-22	%
<b>Outros Gastos</b>				
Impostos e taxas	176 934,33	3 788,15	173 146,18	4570,73%
Dívidas incobráveis	79 304,43	0,00	79 304,43	100,00%
Perdas em inventários	254 492,82	130 179,98	124 312,84	95,49%
Gastos em investimentos não financeiros	1 412 896,24	235 206,40	1 177 689,84	500,70%
Outros	11 799 561,16	5 252 741,38	6 546 819,78	124,64%
	<b>13 723 188,98</b>	<b>5 621 915,91</b>	<b>8 101 273,07</b>	<b>144,10%</b>

Os Outros gastos e perdas estão influenciados pelos reembolsos e pela aplicação da prescrição de dívida nomeadamente nas taxas de operações urbanísticas 2.664.381,41 euros, venda de bens e serviços 3.042.552,27 euros, e correções de exercícios anteriores designadamente,

correção ao subsídio ao investimento 1.616.833,70 euros e outras correções 3.839.908,21 euros.

### Nota 36 - Juros e gastos similares suportados

Em 2023 e 2022, a rubrica de Juros e gastos similares suportados tinha a seguinte composição:

Un.:euros

Rubrica	31-12-2023	31-12-2022	Varição 23-22	%
<b>Outros Gastos</b>				
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00	0,00	100,00%
Juros e encargos suportados	308 249,89	350 582,97	-42 333,08	-12,08%
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	15 500,00	0,00	15 500,00	100,00%
Outros gastos de financiamento	74 566,11	0,00	74 566,11	100,00%
	<b>398 316,00</b>	<b>350 582,97</b>	<b>47 733,03</b>	<b>13,62%</b>

O montante apresentado em Juros e encargos suportados é influenciado pelos juros suportados pelos financiamentos obtidos em 306.249,89 euros.

## Índice de figuras

Figura 1. Projeções do PIB mundial .....	7
Figura 2. Estimativa do PIB das maiores economias mundiais (2023) .....	7
Figura 3. Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes .....	8
Figura 4. Projeção do PIB na Zona Euro.....	10
Figura 5. Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro .....	11
Figura 6. Projeções do PIB para Portugal .....	12
Figura 7. Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal.....	13
Figura 8. Dívida líquida de curto prazo.....	15
Figura 9. Resultado líquido do exercício.....	15
Figura 10. Cultura e património .....	21
Figura 11. Economia, pessoas e inovação .....	23
Figura 12. Ambiente, energia e qualidade de vida .....	26
Figura 13. Urbanismo e habitação.....	30
Figura 14. Coesão social .....	32
Figura 15. Mobilidade.....	35
Figura 16. Governância da Câmara.....	37
Figura 17. Regras orçamentais de equilíbrio .....	41
Figura 18. Taxa de execução da receita.....	45
Figura 19. Evolução da receita cobrada.....	46
Figura 20. Evolução dos impostos diretos .....	48
Figura 21. Evolução das receitas correntes não fiscais.....	49
Figura 22. Evolução das receitas de capital.....	51
Figura 23. Evolução das receitas não efetivas .....	52
Figura 24. Taxa de execução da despesa.....	53
Figura 25. Evolução da despesa paga .....	54
Figura 26 - Evolução da dívida bancária .....	61
Figura 27. Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais .....	70
Figura 28 – Evolução do endividamento .....	79
Figura 29. Gastos ambientais .....	88

## Índice de quadros

Quadro 1. Indicadores da receita .....	16
Quadro 2. Indicadores da despesa .....	17
Quadro 3. Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida .....	17
Quadro 4. Indicadores económico-financeiros .....	18
Quadro 5. Despesa por objetivos .....	20
Quadro 6. Alteração e origem da variação da dotação .....	42
Quadro 7. Alterações ao orçamento segundo a natureza.....	43
Quadro 8. Receita por classificação económica .....	45
Quadro 9. Evolução da receita global cobrada.....	47
Quadro 10. Evolução da estrutura da receita fiscal .....	48
Quadro 11. Despesa por classificação económica.....	53
Quadro 12. Despesa paga.....	55
Quadro 13. Evolução das despesas com pessoal .....	56
Quadro 14. Evolução das transferências correntes (sem Juntas de Freguesia) .....	57
Quadro 15. Juntas de Freguesia .....	58
Quadro 16. Subsídios.....	59
Quadro 17. Evolução das transferências de capital (sem Juntas de Freguesia) .....	60
Quadro 18. Dívida bancária .....	61
Quadro 19. Execução das Grandes Opções do Plano .....	62
Quadro 20. Evolução das despesas de investimento .....	63
Quadro 21. Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos.....	64
Quadro 22. Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto.....	66
Quadro 23. Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos.....	67
Quadro 24. Resumo da conta de gerência .....	69
Quadro 25. Ativo .....	71
Quadro 26. Passivo.....	73
Quadro 27. Património.....	75
Quadro 28. Gastos.....	76
Quadro 29. Rendimentos .....	77
Quadro 30. Gastos por centro de custo .....	85
Quadro 31. Gastos e rendimentos por funções .....	86
Quadro 32. Rendimentos gerais e gastos não incorporados.....	87
Quadro 33. Resultado líquido do período .....	88

## Acrónimos

ÁGORA – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.  
AMP – Área Metropolitana do Porto  
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários  
BCE – Banco Central Europeu  
BdP – Banco de Portugal  
CCD – Centro Cultural e Desportivo  
CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte  
CE – Comissão Europeia  
CFP – Conselho de Finanças Públicas  
CNC – Comissão Normalização Contabilística  
COVID-19 – Coronavirus disease – Doença do Corona Vírus (19 - Ano em que a doença foi identificada)  
DMSJ – Direção Municipal de Serviços Jurídicos  
EBITDA - Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento  
EM – Empresa Municipal  
ERP – Enterprise Resource Planning  
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais  
FAM – Fundo de Apoio Municipal  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FSM – Fundo Social Municipal  
GO Porto – Gestão e Obras do Porto, E.M.  
GOP – Grandes Opções do Plano  
GRI – Global Reporting Initiative  
IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor  
IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis  
IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis  
INVEURB – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado  
IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado  
IPSAS – Normas Internacionais de Contabilidade do setor Público  
IUC – Imposto Único de Circulação  
LED – Diodo Emissor de Luz  
LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto  
NCP – Norma de Contabilidade Pública  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ORU – Operação de Reabilitação Urbana

PAR – Plano das Atividades Mais Relevantes

PCM – Plano de Contas Multidimensional

PIB – Produto Interno Bruto

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PORTO VIVO, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

SGOPM – Sistema de Gestão de Ocupações do Património Municipal

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, EIM, S.A.

VPT – Valor Patrimonial Tributário

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

WIFI - Wireless Networking Technology

# Relatório de Gestão **2023**

— Anexos





Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Rendimentos			Saldo da conta 5931
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
				(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	
<b>1.</b>	<b>Ativos fixos tangíveis</b>									
<b>1.1.</b>	<b>Edifício e outras construções</b>									
1.1.1	Projecto Bairro Santa Luzia	IORU	29 743 107,25	751 083,36	0,00	751 083,36	363 364,58	31 423,12	394 787,70	356 295,66
1.1.2	Projecto Integrado do Bairro do Aleixo	IORU	0,00	422 319,71	0,00	422 319,71	0,00	0,00	422 319,71	0,00
1.1.3	Projecto Bairro do Lagarteiro	IORU	10 309 521,91	199 285,09	0,00	199 285,09	154 848,44	12 666,35	167 514,79	31 770,30
1.1.4	Centro Comunitário de Recursos Condominhas	IORU	3 375 684,53	201 114,91	0,00	201 114,91	92 205,04	8 406,28	100 611,32	100 503,59
1.1.5	Jovens Espaço Vivo / Quotidianos Urbanos S.Tomé	IORU	396 785,07	378 779,32	0,00	378 779,32	264 875,19	26 801,01	291 676,20	87 103,12
1.1.6	Bairro Rainha D.Leonor - Modernizar e Desenv. Lordelo do Ouro	IORU	0,00	545 734,78	0,00	545 734,78	545 734,78	0,00	545 734,78	0,00
1.1.7	Bairro da Pasteleira - Mobilizar e Desenvolver Lordelo do Ouro (1.º Projecto)	IORU	15 522 262,09	3 021 717,66	0,00	3 021 717,66	1 268 852,24	111 951,95	1 380 804,19	1 640 913,47
1.1.8	Equipamentos Desportivos do Vale de Campanhã	IORU	1 540 855,17	583 593,54	0,00	583 593,54	252 839,37	23 700,70	276 540,07	307 053,47
1.1.9	Reconstrução do Bairro de Aldoar	IORU	10 928 601,26	132 870,49	0,00	132 870,49	103 101,99	4 342,97	107 444,96	25 425,53
1.1.10	Bairro da Pasteleira - Mobilizar e Desenvolver Lordelo do Ouro (2.º Projecto)	IORU	11 176 854,00	482 594,45	0,00	482 594,45	405 239,16	43 975,22	449 214,38	33 380,07
1.1.11	Requalificação Urbana do Bairro do Bom Sucesso	IORU	1 976 763,86	152 708,00	0,00	152 708,00	145 945,46	1 981,20	147 926,66	4 781,34
1.1.12	Projecto Piloto Urbano Bairro da Sé - 2.ª Fase	IORU	1 641 644,35	1 170 170,39	0,00	1 170 170,39	780 659,20	33 379,98	814 039,18	356 131,21
1.1.13	Projecto de Ampliação e Modernização do Arquivo Histórico do Porto	PRONorte QCA II	8 639 961,50	173 717,39	0,00	173 717,39	63 517,29	11 159,51	74 676,80	99 040,59
1.1.14	Casa do Infante (Torre do tombo)	PARAM	2 138 895,70	748 196,85	0,00	748 196,85	314 210,90	31 184,63	345 395,53	402 801,32
1.1.15	Ampliação e Remodelação da "Casa do Infante"	IFAT	8 639 961,50	2 551 396,05	0,00	2 551 396,05	940 713,49	163 107,11	1 103 820,60	1 447 575,45
1.1.16	Museu do Vinho do Porto	IFAT	0,00	553 561,27	0,00	553 561,27	553 561,27	0,00	553 561,27	0,00
1.1.17	Casa do Infante (Programa Ecos-Overture)	Euromint	8 639 961,50	34 056,00	0,00	34 056,00	17 899,22	1 636,10	19 535,32	14 520,68
1.1.18	Ampliação e Remodelação da Casa do Infante	PRONorte QCA II	10 778 857,20	2 960 771,27	0,00	2 960 771,27	1 170 501,54	172 774,56	1 343 276,10	1 617 495,17
1.1.19	Núcleo Rural de Aldoar	PRONorte QCA III	2 919 117,42	694 193,25	0,00	694 193,25	621 145,57	57 964,39	379 109,96	1 535 083,29
1.1.20	Requalificação e Valorização Urbana do Palácio de Cristal	PRONorte QCA III	24 313 603,76	2 402 668,51	0,00	2 402 668,51	2 323 833,07	3 721,00	2 327 554,07	75 114,44
1.1.21	Dinamização e Requalificação Bairro do Cerco do Porto	PRONorte QCA III	19 456 765,05	390 426,70	0,00	390 426,70	345 864,09	11 045,25	358 909,34	33 513,36
1.1.22	Projeto de remodelação da Casa Museu Guerra Junqueiro	PRONorte QCA II	1 293 770,79	38 454,98	0,00	38 454,98	17 186,91	1 176,06	18 362,97	20 092,01
1.1.23	Complexo Desportivo do Monte Aventino	PRONorte QCA II	0,00	1 234 524,80	0,00	1 234 524,80	1 234 524,80	0,00	1 234 524,80	0,00
1.1.24	Projeto de Adaptação do Teatro Rivoli em Centro Cultural	PRONorte QCA II	11 678 582,66	198 272,16	0,00	198 272,16	92 471,91	8 636,70	101 108,61	97 163,55
1.1.25	Projeto de Adaptação do Teatro Rivoli em Centro Cultural - 1.ª e 2.ª fases	PRONorte QCA II	11 678 582,66	3 740 984,23	0,00	3 740 984,23	1 744 097,55	163 011,14	1 907 108,69	1 833 875,54
1.1.26	Projeto de Adaptação do Teatro Rivoli em Centro Cultural - 2,3.ª e 4.ª fases	PRONorte QCA II	11 678 582,66	2 057 541,32	0,00	2 057 541,32	959 039,09	89 673,63	1 048 712,72	1 008 828,60
1.1.27	Nó de Ciriaco Cardoso 2.ª fase - obras complementares	PRONorte QCA II	19 262 527,18	1 047 475,58	0,00	1 047 475,58	550 748,07	71 728,03	622 476,10	424 999,48
1.1.28	Nó de Faria Guimarães 2.ª fase - obras complementares	PRONorte QCA II	1 032 402,39	759 419,80	0,00	759 419,80	306 813,96	58 341,77	365 155,73	394 264,07
1.1.29	Túnel de ligação da Zona Oriental à VCI - 1.ª fase	PRONorte QCA II	38 440 548,33	1 732 075,69	0,00	1 732 075,69	1 306 173,61	63 096,63	1 369 270,24	362 805,45
1.1.30	Inventário Património Cultural	PRONorte QCA II	0,00	311 047,87	0,00	311 047,87	0,00	0,00	311 047,87	0,00
1.1.31	Museu Virtual da Memória do Palácio de Cristal	PRONorte QCA II	0,00	28 244,43	0,00	28 244,43	28 244,43	0,00	28 244,43	0,00
1.1.32	SITE Internet / CD ROM Interactivo	PRONorte QCA III	0,00	18 655,04	0,00	18 655,04	18 655,04	0,00	18 655,04	0,00
1.1.33	Formatação de novas intervenções reneração urbana	PRONorte QCA II	0,00	17 956,73	0,00	17 956,73	17 956,73	0,00	17 956,73	0,00
1.1.34	Túneis Urbanos Porto - Túnel 2	PRONorte QCA III	24 191 692,58	15 386 208,67	0,00	15 386 208,67	9 680 991,60	1 610 884,81	11 291 876,41	4 094 332,26
1.1.35	Remate Poente Parque da Cidade	PRONorte QCA III	2 919 117,42	641 851,45	0,00	641 851,45	490 512,05	26 689,19	517 201,24	124 650,21
1.1.36	Construção e Instalação de Redes de Águas Pluviais 1.ª fase	PRONorte QCA III	1 300 426,47	597 214,72	0,00	597 214,72	363 133,72	47 185,66	410 319,38	186 895,34
1.1.37	Rede Viária Estruturante - Bairro S.João de Deus	URBAN II	1 864 632,64	898 406,87	0,00	898 406,87	213 365,74	89 841,54	303 207,28	595 199,59
1.1.38	Liação Rotunda Bairro S. João Deus à Rua Nau Vitória	URBAN II	932 316,32	466 132,72	0,00	466 132,72	110 712,77	46 612,51	157 325,28	308 807,44
1.1.39	Arranjos Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Social Pio XII	URBAN II	0,00	827 286,82	0,00	827 286,82	827 286,82	0,00	827 286,82	0,00
1.1.40	Arranjo Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Soc. Contumil	URBAN II	0,00	1 052 858,07	0,00	1 052 858,07	1 052 858,07	0,00	1 052 858,07	0,00
1.1.41	Equipamento informático nas escolas EB2	PRODEP III	0,00	337 494,59	0,00	337 494,59	337 494,59	0,00	337 494,59	0,00
1.1.42	Biblioteca Almeida Garrett - Obra	DGLB	7 345 312,37	1 368 701,43	0,00	1 368 701,43	547 610,24	54 437,01	602 047,25	766 654,18
1.1.43	Biblioteca Almeida Garrett - Equipamento Informática	DGLB	16 968 291,39	63 335,00	0,00	63 335,00	32 289,25	1 309,46	33 598,71	29 736,29
1.1.44	Biblioteca Almeida Garrett	Porto 2001	7 345 312,37	997 595,79	0,00	997 595,79	398 917,76	39 691,40	438 609,16	558 986,63
1.1.45	Escolas - equipamentos (computadores)	DREN	0,00	181 137,45	0,00	181 137,45	181 137,45	0,00	181 137,45	0,00
1.1.46	Conjunto Habitacional das Condominhas	IHRU	3 099 065,13	1 379 550,28	0,00	1 379 550,28	631 725,40	57 582,17	689 307,57	690 242,73
1.1.47	Conjunto Habitacional dos Choupous	IHRU	739 334,37	390 409,11	0,00	390 409,11	174 640,64	16 650,62	191 291,26	199 117,85
1.1.48	Conjunto Habitacional do Falcão	IHRU	19 443 944,16	3 134 974,71	0,00	3 134 974,71	1 833 154,49	123 584,83	1 956 739,32	1 178 235,39
1.1.49	Conjunto Habitacional do Viso	IHRU	13 985 280,84	4 733 359,86	0,00	4 733 359,86	766 699,98	233 247,18	999 947,16	3 733 412,70
1.1.50	Conjunto Habitacional das Antas	IHRU	6 914 665,14	3 432 906,69	0,00	3 432 906,69	1 373 176,00	131 144,42	1 504 320,42	1 928 586,27
1.1.51	Conjunto Habitacional do Ilhéu	IHRU	6 095 307,68	2 738 557,57	0,00	2 738 557,57	1 095 485,12	109 682,16	1 205 167,28	1 533 390,29
1.1.52	Conjunto Habitacional da Fontinha	IHRU	2 103 008,40	549 984,58	0,00	549 984,58	220 002,56	21 873,83	241 876,39	308 108,19
1.1.53	Conjunto Habitacional da Travessa de Salgueiros	IHRU	3 399 846,08	1 029 288,05	0,00	1 029 288,05	237 792,75	46 218,71	284 011,46	745 276,59
1.1.54	Conjunto Habitacional do Monte S. João	IHRU	7 757 069,43	1 062 454,48	0,00	1 062 454,48	59 140,40	45 953,30	105 093,70	957 360,78
1.1.55	Conjunto Habitacional das Fontainhas I, II e III	IHRU	3 788 516,67	529 002,45	0,00	529 002,45	122 197,19	22 392,95	144 590,14	384 412,31
1.1.56	Bairro Parceria Antunes	Ministério Saúde/IHRU	2 971 939,93	976 269,00	0,00	976 269,00	203 696,46	37 852,38	241 548,84	734 720,16
1.1.57	PROHABITA - Recuperação de 1109 fogos	IHRU	2 213 749,64	4 608 466,24	0,00	4 608 466,24	4 169 285,61	46 891,10	4 216 176,71	392 289,53
1.1.58	Bairro Parceria Antunes (MS)	Ministério Saúde/IHRU	6 532 312,65	2 898 512,00	0,00	2 898 512,00	556 425,16	121 305,38	677 730,54	2 220 781,46
1.1.59	OACE-Centro Apoio à Criação de Empresas	IEFP	35 316 384,05	562 068,69	0,00	562 068,69	189 272,86	39 815,29	229 088,15	332 980,54
1.1.60	Terminal Rodoviário do Bom Sucesso	DGTT	1 491 206,50	763 138,36	0,00	763 138,36	17 883,58	11 629,45	29 513,03	733 625,33
1.1.61	Requalificação da Frente Ribeira entre Ponte D.Luís I e o Cais de Estiva	DGOTDU	4 312 336,14	3 253 595,12	0,00	3 253 595,12	2 453 656,24	231 307,65	2 684 963,89	568 631,23
1.1.62	Requalificação e reabilitação da Avenida da Boavista	Metro do Porto	19 107 421,16	4 215 778,96	0,00	4 215 778,96	2 124 139,56	313 745,96	2 437 885,52	1 777 893,44
1.1.63	Grande Prémio do Porto - Circuito da Boavista	PIQTUR	5 368 097,56	2 459 087,88	0,00	2 459 087,88	1 096 216,79	341 027,55	1 437 244,34	1 021 843,54
1.1.64	Sistema de Controlo de Trafego na VCI	IEP	0,00	1 034 940,96	0,00	1 034 940,96	1 034 940,96	0,00	1 034 940,96	0,00
1.1.65	Acessibilidades - Antas	IEP	82 670 735,48	33 740 182,27	0,00	33 740 182,27	31 869 810,57	339 507,24	32 209 317,81	1 530 864,46
1.1.66	Acessibilidades - Bessa	IEP	25 013 315,09	13 957 197,84	0,00	13 957 197,84	13 099 436,80	226 241,83	13 325 678,63	631 519,21
1.1.67	Espaco Internet do Porto	POS CONHECIMENTO	21 067 742,35	286 056,01	0,00	286 056,01	181 963,18	1 864,33	183 827,51	102 228,50
1.1.68	Porto Digital	POS CONHECIMENTO	0,00	615 852,39	0,00	615 852,39	615 852,39	0,00	615 852,39	0,00
1.1.69	Noé " Accções de Consertação"	Interreg III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.70	Noé " Cartodata"	Interreg III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.71	Noé " Georisk"	Interreg III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.72	IDEA-STCC	Interreg III	0,00	63 567,89	0,00	63 567,89	63 567,89	0,00	63 567,89	0,00
1.1.73	Recuperação de									

Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Rendimentos			Saldo da conta 5931
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
				(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	
1.1.80	Museu da Cidade - Núcleo Museológico da Casa do Infante	PRONorte QCA III	0,00	2 708,50	0,00	2 708,50	2 708,50	0,00	2 708,50	0,00
1.1.81	Via Estruturante do POLO II	PRONorte QCA III	1 310 177,22	702 427,40	0,00	702 427,40	441 950,90	65 119,16	507 070,06	195 357,34
1.1.82	Projecto Integrado do Porto	IFAT	12 008 915,58	1 066 182,31	0,00	1 066 182,31	481 011,79	44 648,19	525 659,98	540 522,33
1.1.83	PROHABITA - Recuperação 1080 Fogos	IHRU	5 365 640,00	5 365 640,00	0,00	5 365 640,00	4 667 183,43	138 600,12	4 805 783,55	559 856,45
1.1.84	PROHABITA - Recuperação 42 Fogos	IHRU	0,00	720 638,00	0,00	720 638,00	720 638,00	0,00	720 638,00	0,00
1.1.85	PROHABITA - Recuperação de 362 Fogos	IHRU	2 552 394,47	1 365 585,97	0,00	1 365 585,97	1 149 429,36	37 483,23	1 186 912,59	178 673,38
1.1.86	PROHABITA - Recuperação 846 Fogos	IHRU	5 257 432,51	5 098 794,12	0,00	5 098 794,12	3 990 066,97	191 294,07	4 181 361,04	917 433,08
1.1.87	PER - Construção 408 Fogos	IHRU	4 248 547,35	2 346 990,91	0,00	2 346 990,91	1 856 396,40	87 448,29	1 943 844,69	403 146,22
1.1.88	Centro Escolar das Antas	POR Norte - ON2	2 262 631,27	1 698 324,95	0,00	1 698 324,95	235 282,72	86 061,31	321 345,03	1 376 979,92
1.1.89	Ampliação/Requalificação da Escola EB1 do Bom Sucesso	POR Norte - ON2	3 228 703,61	512 421,59	0,00	512 421,59	227 692,53	41 667,67	269 360,20	243 061,39
1.1.90	Requalificação da Escola EB1/II do Campo 24 Agosto	POR Norte - ON2	508 665,29	275 881,88	0,00	275 881,88	157 204,43	5 274,52	162 478,95	113 402,93
1.1.91	Escola EB1 de Costa Cabral	POR Norte - ON2	1 180 256,54	32 204,75	0,00	32 204,75	33,65	2 015,95	2 049,60	30 155,15
1.1.92	Modernizar, Dinamizar, Qualificar os Museus da Câmara Municipal do Porto	POR Norte - ON2	10 357,02	56 293,71	0,00	56 293,71	49 205,95	7 087,76	56 293,71	0,00
1.1.93	Centro Escolar de S.Miguel de Nevogilde	POR Norte - ON2	3 853 835,98	2 670 610,76	0,00	2 670 610,76	413 002,82	130 246,61	543 249,43	2 127 361,33
1.1.94	PROHABITA - Recuperação 200 Fogos Bairro Lagarteiro	IHRU	4 282 250,71	1 152 155,39	0,00	1 152 155,39	424 066,00	196 691,84	620 757,84	531 397,55
1.1.95	Iniciativa Bairros Críticos - Projecto Lagarteiro	Mercado Financ. Espaço Económico Europeu (EEE)	1 210 606,75	1 187 048,23	0,00	1 187 048,23	113 464,12	58 961,14	172 425,26	1 014 622,97
1.1.96	Bairro do Lagarteiro - Novos Espaços Públicos	POR Norte - ON2	2 769 795,39	2 209 735,91	0,00	2 209 735,91	1 087 073,10	207 260,83	1 294 333,93	915 401,98
1.1.97	Qualificação do Espaço Público - Morro da Sé	POR Norte - ON2	1 097 374,59	1 402 408,69	0,00	1 097 374,59	427 946,75	135 010,65	562 957,40	534 417,19
1.1.98	Intervenções de Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável	POR Norte - ON2	2 236 882,97	1 777 680,61	0,00	1 777 680,61	889 346,37	179 310,77	1 068 657,14	709 023,47
1.1.99	PROHABITA - Reabilitação de 365 Fogos	POR Norte - ON2	0,00	1 538 262,82	0,00	1 538 262,82	0,00	0,00	1 538 262,82	0,00
1.1.100	Ampliação da Residência de 3.ª Idade - Morro da Sé	POR Norte - ON2	1 083 287,68	523 525,39	0,00	523 525,39	61 570,80	10 190,18	71 760,98	451 764,41
1.1.101	Bairro do Pereiró (CTT)	CTT - Correios Portugal	2 852 054,50	500 000,00	0,00	500 000,00	0,00	10 480,35	489 519,65	489 519,65
1.1.102	Requalificação do Espaço Público	POR Norte - ON2	7 594 395,44	5 598 474,28	0,00	5 598 474,28	145 329,28	651 228,71	796 557,99	4 801 916,29
1.1.103	Centro Escolar EB1/II Costa Cabral	POR Norte - ON2	0,00	759 067,55	0,00	759 067,55	21 668,31	0,00	737 399,24	83 162,83
1.1.104	Centro Escolar EB1/II Miosóti	POR Norte - ON2	0,00	739 641,87	0,00	739 641,87	0,00	0,00	739 641,87	0,00
1.1.105	Qualificação do Circuito da Boavista para o Grau 2 da FIA	PIT	5 368 097,56	429 931,80	0,00	429 931,80	266 207,62	80 561,35	346 768,97	83 162,83
1.1.106	Centro Escolar EB1/II do Bom Pastor	POR Norte - ON2	2 005 445,84	919 328,60	0,00	919 328,60	263 663,41	68 417,24	332 080,65	587 247,95
1.1.107	Centro Escolar EB1 II Campinas	POR Norte - ON2	1 003 728,79	1 003 728,79	0,00	1 003 728,79	261 974,29	70 087,03	332 061,32	671 667,47
1.1.108	Expropriações para a Ponte do Infante	Metro do Porto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.109	Teatro Campo Alegre, Pavilhão da Água e Planetário	FGD	4 797 740,37	3 562 571,75	0,00	3 562 571,75	333 050,14	175 122,06	508 172,20	3 054 399,55
1.1.110	Criação de Centro Interpretativo: Infante D.Henrique e os Novos Mundos	POR Norte - ON2	8 639 961,50	107 548,82	0,00	107 548,82	58 425,92	534,75	58 960,67	48 588,15
1.1.111	Beneficiação da rede viária - 1 - Eixos centros urbanos e polos geradores de tráfego	POR Norte - ON2	4 439 417,28	984 068,20	0,00	984 068,20	308 987,14	101 743,62	410 730,76	573 337,44
1.1.112	Qualificação do ambiente urbano do Parque do Palácio de Cristal	POR Norte - ON2	881 464,32	81 338,42	0,00	81 338,42	16 370,48	7 320,29	57 647,65	57 647,65
1.1.113	Requalificação da Av.Boavista - Fases I, II, III e IV	POR Norte - ON2	19 631 194,27	1 654 393,29	0,00	1 654 393,29	267 417,75	207 099,82	474 517,57	1 179 875,72
1.1.114	Arranjo urbanístico junto à Sé e na Rua dos Clérigos	POR Norte - ON2	463 859,05	382 962,87	0,00	382 962,87	16 863,90	5 341,69	22 205,59	360 757,28
1.1.115	Requalificação da Av.Boavista - Fases V e VI	POR Norte - ON2	0,00	453 107,02	0,00	453 107,02	0,00	0,00	453 107,02	0,00
1.1.116	Qualificação do Ambiente Urbano do Parque do Palácio de Cristal (2)	POR Norte - ON2	881 464,32	132 963,45	0,00	132 963,45	87 741,78	5 095,42	92 837,20	40 126,25
1.1.117	Prog.Reabilitação e Melhoría do Ambiente Urbano de Bairros de Habitação Social Municipal do Porto	POR Norte - ON2	0,00	1 862 282,91	0,00	1 862 282,91	0,00	0,00	1 862 282,91	0,00
1.1.118	Escola Básica Paulo da Gama	POR Norte - ON2	1 818 178,96	181 496,97	0,00	181 496,97	33 142,20	11 789,77	44 931,97	136 565,00
1.1.119	Escola Básica Agra do Amial	POR Norte - ON2	0,00	67 267,42	0,00	67 267,42	0,00	0,00	67 267,42	0,00
1.1.120	Reparação e beneficiação geral da Escola Básica S.João da Foz	POR Norte - ON2	0,00	21 977,16	0,00	21 977,16	0,00	0,00	21 977,16	0,00
1.1.121	Beneficiação da Rede Viária 2 - Melhoría da Circulação dos Transportes Públicos	POR Norte - ON2	846 069,90	183 298,78	0,00	183 298,78	13 807,56	21 388,65	35 196,21	148 102,57
1.1.122	Reabilitação do Bairro do Falcão - 1ª Fase	NORTE2020	192 666,39	357 852,41	0,00	357 852,41	1 749,79	870,21	2 620,00	155 232,41
1.1.123	Beneficiação da Rede Viária 3 - Sinistralidade	NORTE2020	1 794 462,01	258 215,47	0,00	258 215,47	0,00	146 419,83	146 419,83	111 795,64
1.1.124	Ampliação e Requalificação do Quartel do Batalhão de Saparadores Bombeiros do Porto	FEM	4 668 067,34	843 254,27	0,00	843 254,27	61 691,63	47 729,02	109 420,65	733 833,62
1.1.125	Valorização dos Caminhos de Santiago - O Caminho Português da Costa	NORTE2020	102 073,97	87 197,24	0,00	87 197,24	2 614,17	1 791,65	4 405,82	82 791,42
1.1.126	FEE - Planos de ação de Eficiência Energética na Administração Pública	FEE	15 985 273,87	5 990,74	0,00	5 990,74	682,24	418,58	1 100,82	4 889,92
1.1.127	Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Cerco do Porto - 1ª fase	NORTE2020	125 878,65	4 867 406,77	59 692,62	4 927 099,39	2 864,04	1 853,33	4 717,37	4 922 382,02
1.1.128	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal-2ª fase - Ena.º Machado Vaz	NORTE2020	0,00	836 785,02	0,00	836 785,02	0,00	0,00	836 785,02	0,00
1.1.129	Projeto do Mercado do Bolhão	NORTE2020	40 873 275,06	14 152 621,89	278 575,51	14 431 197,40	0,00	157 417,85	157 417,85	14 273 779,55
1.1.130	Requalificação da Quinta da Bonjola	FGD	4 425 327,02	5 786 264,06	0,00	5 786 264,06	1 861 077,01	125 791,57	1 986 868,58	3 799 395,48
1.1.131	PROHABITA - Recuperação 4700 Fogos	IHRU	4 666 775,51	8 990 566,91	0,00	8 990 566,91	8 976 320,82	1 433,07	8 977 753,89	12 813,02
1.1.132	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - 1ª fase	NORTE2020	12 201 475,00	5 246 105,32	17 930,47	5 264 035,79	68 372,37	50 113,00	118 485,37	5 145 550,42
1.1.133	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - 2ª fase - St.Luzia	NORTE2020	0,00	567 729,02	8 505,91	576 234,93	0,00	0,00	576 234,93	0,00
1.1.134	Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária Alexandre Herculano	NORTE2020	15 443 009,94	5 329 146,31	554 007,59	5 883 153,90	0,00	34 074,96	34 074,96	5 849 078,94
1.1.135	Prom.Efic.Energética Bairros Hab.Pública Municipal-3ª Fase (Mouteira)	NORTE2020	7 589 496,69	248 743,71	0,00	248 743,71	14 492,56	16 439,03	30 931,59	217 812,12
1.1.136	Prom.Efic.Energética Bairros Hab.Pública Municipal-3ª Fase (Carvalho)	NORTE2020	8 900 639,43	665 054,90	0,00	665 054,90	45 457,01	51 060,69	96 517,70	568 537,20
1.1.137	Terminal Intermodal de Campanhã	NORTE2020	16 843 137,49	7 902 017,97	374 954,53	8 276 972,50	11 013,54	329 538,66	340 552,20	7 936 420,30
1.1.138	ENERPART	INTERREG IV	498 605,56	197 676,09	0,00	197 676,09	896,04	1 394,37	2 290,41	195 385,68
1.1.139	Reparações de Danos Causados pela Depressão Elsa	Fundo de Emergência Municipal	0,00	2 607,66	0,00	2 607,66	0,00	0,00	2 607,66	0,00
1.1.140	Escola Básica do Falcão	NORTE2020	0,00	734 311,95	342 750,13	1 077 062,08	0,00	0,00	1 077 062,08	0,00
1.1.141	Req.Mod.Instalações Escola Secundária Alexandre Herculano (Acordo 15 2019)	NORTE2020	0,00	1 825 538,67	932 385,90	2 757 924,57	0,00	0,00	2 757 924,57	0,00
1.1.142	Fundo Ambiental - Geral	FEE	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00
			<b>877 009 131,82</b>	<b>253 217 332,66</b>	<b>2 569 802,66</b>	<b>255 787 135,32</b>	<b>129 839 577,52</b>	<b>9 751 684,03</b>	<b>139 591 261,55</b>	<b>116 195 873,78</b>
<b>1.2</b>	<b>Equipamento Básico</b>									
1.2.1	Museu da Cidade do Porto e Qualificação das Reservas	ProMuseus	0,00	7 198,02	0,00	7 198,02	7 198,02	0,00	7 198,02	0,00
1.2.2	Simplex Autárquico da Câmara Municipal do Porto	POR Norte - ON2	2 182 961,20	772 275,09	0,00	772 275,09	637 836,37	127 445,71	765 282,08	6 993,01
1.2.3	Aquisição de Equipamentos Individuais BSB	POR Norte - ON2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4	Crescer Interactivo	POR Norte - ON2	40 683 534,08	133 586,44	0,00	133 586,44	89 173,03	5 116,11	94 289,14	39 297,30
1.2.5	Plano de Promoção de Acessibilidade para todos na Cidade do Porto	POPH	45 964,66	36 479,02	0,00	36 479,02	23 368,60	13 110,42	36 479,02	0,00

Ano: 2023										
Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Rendimentos			Saldo da conta 5931
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
				(3)	(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	
1.2.6	Portal do Turismo 2.1	POR Norte - ON2	0,00	176 739,56	0,00	176 739,56	176 739,56	0,00	176 739,56	0,00
1.2.7	Aquisição de uma Viatura Urbana de Combate a Incêndios - VUCI	POVT	240 404,87	187 486,20	0,00	187 486,20	121 592,80	26 804,13	148 396,93	39 089,27
1.2.8	Histórias à lupa: ser criança	Fundação Calouste Gulbenkian	0,00	1 614,79	0,00	1 614,79	1 614,79	0,00	1 614,79	0,00
1.2.9	Europe Direct - Centros de Informação Europeia	Comissão Europeia	5 000,15	3 193,56	0,00	3 193,56	2 981,61	185,57	3 167,18	26,38
1.2.10	Cap@cidade - Inovar para o cidadão	POFC	0,00	191 972,20	0,00	191 972,20	191 972,20	0,00	191 972,20	0,00
1.2.11	Cid@ta - informação para todos	POFC	0,00	179 115,81	0,00	179 115,81	179 115,81	0,00	179 115,81	0,00
1.2.12	Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto	POR Norte - ON2	0,00	8 662,24	0,00	8 662,24	8 662,24	0,00	8 662,24	0,00
1.2.13	Ligação à Prelada sobre a VCI (Norte e Poente)	POR Norte - ON2	8 392 825,20	1 179 692,45	0,00	1 179 692,45	319 692,60	276 606,33	596 298,93	583 393,52
1.2.14	Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil do Porto	POVT	4 668 067,34	169 791,21	0,00	169 791,21	12 196,98	1 680,08	13 877,06	155 914,15
1.2.15	Requalificação dos Equipamentos de Promoção e Dinamização Cultural pertencentes ao Município do Porto	POR Norte - ON2	19 476 832,43	226 916,56	0,00	226 916,56	166 589,88	7 449,60	174 039,48	52 877,08
1.2.16	VEC - VinFood Education and Creation	PROALV	0,00	5 984,87	0,00	5 984,87	1 508,97	0,00	1 508,97	4 475,90
1.2.17	Rádios da redes SIRESP para o BSB do Porto	POVT	0,00	2 880,12	0,00	2 880,12	2 880,12	0,00	2 880,12	0,00
1.2.18	Valorização do Património Cultural do Porto	NORTE2020	4 772 977,53	937 762,71	0,00	937 762,71	165 159,94	45 400,90	210 560,84	727 201,87
1.2.19	Porto.Ambiente + Verde	Fundo Ambiental	735 540,00	337 821,00	0,00	337 821,00	112 044,71	45 920,26	157 964,97	179 856,03
1.2.20	Centro de Gestão Integrada	NORTE2020	4 797 466,60	326 293,59	-127,68	326 165,91	195 722,62	20 520,73	216 243,35	109 922,56
1.2.21	In Focus - Smart Specialisation at City Level	URBACT II	0,00	1 000,50	0,00	1 000,50	1 000,50	0,00	1 000,50	0,00
1.2.22	Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)	IEFP	0,00	2 195,27	0,00	2 195,27	1 093,39	0,00	1 093,39	1 101,88
1.2.23	Plataforma de dados abertos - Centro inovação para as Cidades do Futuro	NORTE2020	0,00	54 467,51	0,00	54 467,51	54 467,51	0,00	54 467,51	0,00
1.2.24	AtlasSWH	Interreg Espaço Atlântico	0,00	3 751,92	0,00	3 751,92	3 751,92	0,00	3 751,92	0,00
1.2.25	Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	NORTE2020	115 110,14	62 040,37	0,00	62 040,37	6 340,20	51 007,54	57 347,74	4 692,63
1.2.26	URBINAT	Horizonte 2020	4 372,68	2 012,10	0,00	2 012,10	405,11	1 606,99	2 012,10	0,00
1.2.27	Remodelação da cozinha e bufete da Escola Secundária Alexandre Herculano	Ministério da Educação	0,00	77 183,72	0,00	77 183,72	0,00	0,00	0,00	77 183,72
			<b>86 121 056,88</b>	<b>5 088 116,83</b>	<b>-127,68</b>	<b>5 087 989,15</b>	<b>2 483 109,48</b>	<b>622 854,37</b>	<b>3 105 963,85</b>	<b>1 982 025,30</b>
<b>1.3</b>	<b>Equipamento Transporte</b>									
<b>1.4</b>	<b>Ferramentas e utensílios</b>									
<b>1.5</b>	<b>Equipamento Administrativo</b>									
1.5.1	SUDOE WAT - "WATER and TERRITORIES"	INTERREG IV	0,00	39 020,96	0,00	39 020,96	39 020,96	0,00	39 020,96	0,00
			<b>0,00</b>	<b>39 020,96</b>	<b>0,00</b>	<b>39 020,96</b>	<b>39 020,96</b>	<b>0,00</b>	<b>39 020,96</b>	<b>0,00</b>
<b>1.6</b>	<b>Outras ativos fixos tangíveis</b>									
1.6.1	Civitas	Fundo Social Europeu	1 779 250,22	117 042,44	0,00	117 042,44	64 723,67	9 487,85	74 211,52	42 830,92
1.6.2	Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	POISE	0,00	765,00	0,00	765,00	0,00	0,00	765,00	0,00
1.6.3	LIFE17	LIFE	0,00	76 130,04	0,00	76 130,04	0,00	0,00	0,00	76 130,04
1.6.4	C-Roads Portugal	CEF	0,00	5 770,62	0,00	5 770,62	0,00	0,00	0,00	5 770,62
1.6.5	Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA)	NORTE2020	0,00	0,00	9 537,94	9 537,94	0,00	0,00	0,00	9 537,94
1.6.6	Bombarda Digital	PRR	0,00	0,00	28 175,00	28 175,00	0,00	0,00	0,00	28 175,00
1.6.7	Baixa Digital	PRR	0,00	0,00	13 055,18	13 055,18	0,00	0,00	0,00	13 055,18
			<b>1 779 250,22</b>	<b>199 708,10</b>	<b>50 768,12</b>	<b>250 476,22</b>	<b>64 723,67</b>	<b>9 487,85</b>	<b>74 211,52</b>	<b>176 264,70</b>
<b>2</b>	<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>									
<b>2.1</b>	<b>Edifício e outras construções</b>									
2.1.1	Projecto Urban Rehabilitation Porto	Mercado Financ. Espaço Económico Europeu (EEE)	37 160 437,19	41 404 496,09	0,00	41 404 496,09	25 369 726,37	3 657 360,01	29 027 086,38	12 377 409,71
2.1.2	Valorização e Requalificação na Frente Marítima da Foz do Douro	POR Norte - ON2	7 522 456,35	525 570,61	0,00	525 570,61	0,00	89 361,80	89 361,80	436 208,81
2.1.3	Qualificação do Ambiente Urbano - Fontainhas Setor 5.3	POR Norte - ON2	0,00	623 956,48	0,00	623 956,48	623 956,48	0,00	623 956,48	0,00
2.1.4	Qualificação do Ambiente Urbano - Fontainhas Setor 3.1 e 5.4	POR Norte - ON2	0,00	408 443,59	0,00	408 443,59	0,00	0,00	0,00	408 443,59
2.1.5	Qualificação e valorização de Jardins Públicos	POR Norte - ON2	1 106 045,33	70 352,81	0,00	70 352,81	31 242,37	5 297,29	36 539,66	33 813,15
2.1.6	Reparação de Infraestruturas Rodoviárias Municipais Danificadas pelos Eventos Climáticos verificados em Jan. e Fev. de 2017	FEM	8 187 169,29	90 575,57	0,00	90 575,57	19 378,42	10 534,17	29 912,59	60 662,98
2.1.7	Criação de uma rede de Interfaces Intermédios - Bom Sucesso	NORTE2020	1 491 206,50	137 277,35	0,00	137 277,35	2 869,35	2 097,38	4 966,73	132 310,62
2.1.8	Corredores de Autocarros de Alta Qualidade-Requalificação da Av.Fernão Magalhães, entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Camoo 24 de Agosto	NORTE2020	0,00	1 676 087,05	0,00	1 676 087,05	0,00	0,00	0,00	1 676 087,05
2.1.9	Criação de ligações mecanizadas de apoio a percursos pedonais - Miraçoa	NORTE2020	918 608,24	592 488,32	0,00	592 488,32	0,00	461 657,15	461 657,15	130 831,17
<b>2.2</b>	<b>Património histórico artístico e cultural</b>									
<b>2.3</b>	<b>Outros bens de domínio público</b>									
			<b>56 385 922,90</b>	<b>45 529 247,87</b>	<b>0,00</b>	<b>45 529 247,87</b>	<b>26 047 172,99</b>	<b>4 226 307,80</b>	<b>30 273 480,79</b>	<b>15 255 767,08</b>
<b>3</b>	<b>Investimentos Financeiros</b>									
<b>3.1</b>	<b>Habitação social</b>									
<b>4</b>	<b>Ativos intangíveis</b>									
<b>4.1</b>	<b>Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>									
<b>4.2</b>	<b>Projetos de desenvolvimento</b>									
4.2.1	Estudo caract.sócio-económico população residente hab.municipais	IORU	0,00	60 423,44	0,00	60 423,44	60 423,44	0,00	60 423,44	0,00
			<b>0,00</b>	<b>60 423,44</b>	<b>0,00</b>	<b>60 423,44</b>	<b>60 423,44</b>	<b>0,00</b>	<b>60 423,44</b>	<b>0,00</b>
<b>Total dos subsídios para investimento</b>			<b>1 021 295 361,82</b>	<b>304 133 849,86</b>	<b>2 620 443,10</b>	<b>306 754 292,96</b>	<b>158 534 028,06</b>	<b>14 610 334,05</b>	<b>173 144 362,11</b>	<b>133 609 930,86</b>

Anexo II - Processos Judiciais

Un.:euros

N.º do Processo	Tipo de Ação	Descrição	Valor a 31/12/2023
<b>Natureza Administrativa</b>			
8041	Expropriação Litigiosa	Expropriações da parcelas constantes da planta cadastral do empreendimento denominado "Praça da Corujeira / VCI / Praça das Flores" - (Alameda 25 de Abril)	10 937 645,30
	Outros com provisão < 300.000,00		328 152,24
			<b>11 265 797,54</b>
<b>Natureza Tributária</b>			
74 de 2008	Impugnação	Indeferimento tácito da reclamação que determinou a revisão do ato de liquidação de taxas devidas pelo processo de licenciamento n.º 21269	1 451 083,74
79/2009	Impugnação	Pagamento de taxas de ocupação da via pública por motivo de obras (Estaleiro do Molhe Norte da Barra do Douro)	1 019 099,43
2013/010	Impugnação	Anulação liquidação da TMI	839 048,69
2017/002-T	Impugnação	Pagamento de taxas, no âmbito do processo de loteamento nº 515/11/DMU	769 237,12
2017/005-T	Impugnação	Impugnação dos atos de liquidação de taxas no âmbito do procedimento de emissão do alvará de licença de obras de construção nº770/11/DMU	745 109,55
2022/001	Impugnação	Anulação do ato de liquidação das taxas urbanísticas	1 510 290,37
	Outros com provisão < 300.000,00		905 585,15
			<b>7 239 454,05</b>
<b>Tribunal Arbitral</b>			
2021/001/TA	Contencioso pré-contratual	Celebração de compromisso arbitral/Sabaportugal-Parques de Estacionamento, SA/CPE-Companhia de Parques de Estacionamento SA	<b>351 568,80</b>
<b>Cível</b>			
2023/008C	Embargo de Terceiros	Penhora do direito de superfície e penhora de estabelecimento	<b>615 072,38</b>
	Outros com provisão < 300.000,00		<b>31 939,74</b>
<b>Outras Naturezas</b>			
	Outros com provisão < 300.000,00		60 079,79
			<b>19 563 912,30</b>

N.º do Processo	Tipo de Ação	Descrição
<b>Natureza Administrativa</b>		
2013/088	Ação Administrativa Especial	Pedido de nulidade do procedimento administrativo para aposentação da Autora por alegada incapacidade para o exercício das suas funções
2013/152	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos	O Autor foi notificado que dispunha do prazo de 120 dias seguidos para proceder à cessação da utilização da fração sita na Rua Dr. Alves da Veiga
2015/063	Ação Administrativa Especial	Impugnação do despacho que ordenou a demolição do prédio sito na Rua das Fontainhas, n.º 202
2015/080	Execução de Sentença	Execução de sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto em 11/11/2013
2017/003	Ação Administrativa	Pedido de indemnização no âmbito do contrato de empreitada, com vista à execução dos trabalhos de reparação/Conservação geral da fachada do Agrupamento Habitacional do Ilhéu, blocos 1,2,3 e 6
2017/006	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes da falta de licença de utilização de imóvel sito na Rua João Pedro Ribeiro, 655
2017/026	Ação Administrativa	Queda num Jazigo do Cemitério do Prado do Repouso, em 18/4/2014
2017/056	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	Prejuízos sofridos no funcionamento do restaurante "GOSHÔ" com morada na Av. da Boavista, nº1017, resultantes das obras realizadas na Av. Boavista - empreitada de "Requalificação da Av. Boavista(troço Nascente) e Áreas Adjacentes"
2017/058	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2018/001	Ação Administrativa	Pedido para declarar nulo e de nenhum efeito o Regulamento de Extinção da Caixa de Reformas e Pensões, publicado no Boletim da CMP em 17/2014
2018/006	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos decorrentes de acidente de viação
2019/008	Ação Administrativa	Exercício do direito de preferência do prédio sito na Rua Justino Teixeira,228 a 244 e Rua Monte da Estação, 79,85, 97 e 101
2019/061	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais causados por queda do autor
2019/068	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2020/024	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2020/028	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor
2020/030	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2020/033	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor
2020/034	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2020/041	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2020/046	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por acidente de serviço
2021/001	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2021/005	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2021/006	Contencioso Pré-Contratual	Decisão de adjudicação do procedimento pré-contratual com a referência n.º CPI/15/2019/DMC
2021/009	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos decorrentes de trabalhos na sinalização de trânsito
2021/028	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos decorrentes do acidente de viação
2021/030	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2021/039	Ação Administrativa	Pedido de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais, relativos à autorização para a construção de um jazigo-capela na parte superior do jazigo subterrâneo 331, na Seccção 9ª, da Ordem do Carmo no Cemitério de Agramonte.
2021/041	Ação Administrativa	Pedido de pagamento de 25 horas de trabalho suplementar
2022/007	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2022/008	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2022/009	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2022/017	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel
2022/036	Ação Administrativa	Remoção de painéis publicitários
2022/055	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor
2023/007	Ação Administrativa	Impugnação da Deliberação da Câmara Municipal do Porto de 19 de dezembro de 2022
2023/019	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos decorrentes do acidente ocorrido em 9 de Março de 2021, na Rua São Filipe Nery, com o motociclo Honda RC 90 NC750, matrícula 81-XN-19.
2023/022	Ação Administrativa	Remoção de painéis publicitários. Anulação das liquidações notificadas
2023/046	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos no dia 05/09/2021, no parque de lazer e jardim público, designado e conhecido por Jardim da Cordoaria
2023/052	Ação Administrativa	Reconhecimento do direito de propriedade do prédio urbano sito na Rua do Pinheiro Manso, n.º 587
2023/056	Ação Administrativa	Anulação do despacho proferido em 17 de Julho de 2023 pelo Exm.º Vereador do Pelouro do Urbanismo e Espaço Público e do Pelouro da Habitação, Albino Pedro Pereira Baqanha, que homologou a avaliação do desempenho da autora de 3,871- adequado no biénio 2021/2022.
2023/076	Ação Administrativa	Pedido de indemnização por danos sofridos, decorrentes de incidente ocorrido em 06-05-2022, na Escola Básica dos Miosóti
<b>Natureza Tributária</b>		
2009/039-T	Impugnação	Taxa de impedimento de Trânsito
2011/019-T	Impugnação	Taxas de ocupação de via pública
2019/004-T	Impugnação	Pedido de reconhecimento de direito a isenção de IMT e sua subsequente restituição
2020/004-T	Impugnação	Pedido de restituição de montante pago a título de taxa
2022/002-T	Intimação	Restituição de quantias liquidadas, acrescidas de juros vencidos e vincendos até efetivo pagamento
2023/005-T	Pedido de Indemnização	Impugnação dos atos de liquidação de taxas municipais de condicionamento de trânsito ou estacionamento
<b>Natureza Cível</b>		
2022/008-CC	Pedido de Indemnização	Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor
2023/014-CC	Pedido de Indemnização	Pedido de indemnização por danos no imóvel (classificado, à data dos factos, como "Imóvel com Interesse Patrimonial"), sito na Avenida Brasil, 72, causados por duas obras distintas levadas a cabo pelas Rés



# Relatório de Gestão **2023**

— Certificação Legal  
de Contas

**Porto.**





**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município do Porto (adiante também designado por Entidade ou Município), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1 950 097 193 euros e um total de património líquido de 1 836 979 753 euros, incluindo um resultado líquido de 14 603 851 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município do Porto em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Ênfases**

A certificação legal das contas com referência a 31 de dezembro de 2022, datada de 21 de abril de 2023 emitida por um outro auditor continha uma reserva por limitação de âmbito relativa às rubricas Ativos fixos tangíveis e Outras variações no património líquido, pelo facto de não terem sido registados os equipamentos educativos, cuja titularidade foi transferida para o Município em 2022 no âmbito do processo de transferência de competências da Administração Central para os órgãos municipais e entidades intermunicipais, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Conforme referido na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, durante o exercício de 2023, o Município averbou à matriz, a seu favor, quinze das dezoito escolas transferidas, através do Valor Patrimonial Tributário (VPT) desses equipamentos, que permitiram proceder aos respetivos registos contabilísticos. As restantes três escolas transferidas encontram-se, na presente data, por averbar, pelo que o Município recorreu ao simulador do VPT da Autoridade Tributária e Aduaneira para apurar os valores de forma a proceder aos respetivos registos contabilísticos, não sendo esperadas diferenças significativas aquando do registo na matriz a ocorrer em 2024. Deste modo, a reserva por limitação de âmbito anteriormente mencionada encontra-se ultrapassada.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Resultados transitados sofreu uma variação de 36 803 510 euros, que resultou de: (i) aumento em 24 787 217 euros resultante da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais; (ii) aumento em 8 360 292 euros decorrente da correção do valor dos ativos do contrato de concessão celebrado com a E-Redes (concessionária) que foi efetuada para expurgar o valor das participações financeiras e subsídios a fundo perdido obtidos pela concessionária e que estava incluído no valor desses ativos; (iii) aumento em 941 423 euros decorrente da correção efetuado aos rendimentos a diferir no âmbito do referido contrato; (iv) aumento em 3 039 881 euros referente às regularização de saldos de utentes anteriores a 31 de dezembro de 2012 não discriminados; e (v) diminuição em 325 303 euros decorrente de uma correção efetuada às depreciações de 2022. Adicionalmente, no que diz respeito ao contrato de concessão anteriormente mencionado, e, conforme divulgado nas notas 4 e 31 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, o Município procedeu à atualização do registo deste contrato tendo sido para o efeito utilizada a informação previsional não auditada de 2023 comunicada pela própria entidade concessionária. Decorrente de uma análise efetuada ao referido contrato e, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 4, o Município procedeu à anulação do valor de resgate ou indemnização mencionado na comunicação da E-Redes que se encontrava registado em Outras contas a pagar. Desta forma, o valor dos ativos iguala o valor do Passivo associado registado na rubrica Diferimentos.

#### **Outras Matérias**

As demonstrações financeiras do Município do Porto relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por um outro auditor que expressou uma opinião com reservas sobre essas demonstrações em 21 de abril de 2023.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de acordo com o SNC-AP;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do Município, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 377 901 250 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 317 576 964 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Município. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.



Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

#### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme mencionado no ponto 8 do relatório de gestão e atividades, o Município ainda não implementou em pleno a contabilidade de gestão (p.e., falta ainda, apesar dos esforços efetuados no presente exercício, a separação entre custos diretos e indiretos por função, a divulgação dos custos diretos e indiretos e respetivos rendimentos associados por serviço prestado) e, por isso, o relatório de gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 - Contabilidade de Gestão (situação que constava como reserva por desacordo na certificação legal das contas com referência a 31 de dezembro de 2022, datada de 21 de abril de 2023 emitida por um outro auditor).

Porto, 19 de abril de 2024



---

Paulo Jorge de Sousa Ferreira  
(ROC n.º 781, inscrito na CMVM sob o n.º 20160414)  
em representação de BDO & Associados, SROC, Lda.

**Porto.**